



Placide Okalema Pashi

Palestra de Imprensa: Mediação da Estrutura Sociopolítica Dominante no Congo-Kinshasa

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Patrícia Maurício Carvalho

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019



Placide Okalema Pashi

Palestra de Imprensa: Mediação da Estrutura Sociopolítica Dominante no Congo-Kinshasa

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Patrícia Maurício Carvalho

Orientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Tatiana Oliveira Siciliano

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Adriana Barsotti Vieira

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Placide Okalema Pashi

Graduou-se em Comunicação Social na Université Catholique du Congo em 2015. É Padre da Arquidiocese de Kinshasa na República Democrática do Congo desde 2011.

Ficha Catalográfica

Pashi, Placide Okalema

Palestra de Imprensa: Mediação da Estrutura Sociopolítica Dominante no Congo-Kinshasa / Placide Okalema Pashi ; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2019.

167 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2019.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social - Teses. 2. Mediação. 3. Ditadura. 4. Congo-Kinshasa. I. Maurício, Patrícia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Ao meu pai,
Jean Lokombe Pashi,
um exemplo de vida e de determinação;

A Sua Eminência **Cardeal Laurent Monsengwo Pasinya,**
um exemplo de excelência e de inteligência;

Às **vítimas do genocídio congolês,**
massacradas com a cumplicidade da
classe política congoleza medíocre e da Comunidade Internacional.

Agradecimentos

A Deus, nosso Pai, por seu amor paterno e por seus dons, dos quais nossa humilde pessoa é beneficiada.

A nossa prezada Mãe, a Virgem Maria, por sua proteção materna e sua intercessão generosa em nosso favor.

Ao nosso pai, Vossa Eminência Laurent, Cardeal Monsengwo Pasinya, Arcebispo Metropolitano emérito de Kinshasa, por seu coração bom e por ter acreditado em mim.

A Sua Eminência Orani João, Cardeal Tempesta, Arcebispo Metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro, por seu bom coração e por nos receber e nos conceder a oportunidade de estudar na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Sua Eminência Fridolin, Cardeal Ambongo, Arcebispo Metropolitano de Kinshasa, por seu coração paternal e por sua atenção especial aos nossos estudos.

Aos Excelentes Srs. Edouard KISONGA, Sebatién MUYENGO, D. BAFUIDINSONI e J.-P. KWAMBAMBA, por sua atenção especial aos nossos estudos.

A Missio Archaen e ao povo brasileiro, pelo apoio a nossos estudos.

Este estudo não poderia ter sido realizado sem a contribuição intelectual e material de nossa orientadora, Professora Patrícia Maurício. Foi graças ao seu impulso, seu rigor, sua solicitude, seu dinamismo e seu apoio permanente que elaboramos esta dissertação. Que a Professora Dra. Patrícia Maurício também reconheça neste trabalho o fruto da sua orientação, seu rigor científico e a expressão de nossa profunda gratidão.

Naturalmente, expressamos nossa veneração e gratidão aos membros da Comissão Examinadora: Profa. Dra. Adriana Basortti da Universidade Federal Fluminense (UFF), Profa. Dra. Tatiana Siciliano e Profa. Dra. Lilian Saback de Sá Moraes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) por terem aceitado guiar nossos passos neste universo da ciência. Prezadas professoras doutoras, sua inteligência, seu amor pela ciência, por um mundo livre e uma sociedade realmente plural nos inspira.

Expressamos, igualmente, nossa veneração pelos professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Université Catholique du Congo, especialmente os professores: Dra. Angeluccia Habert, Dr. Leonel Azevedo de Aguiar, Dra. Adriana Braga, Dr. Arthur Ituassu, A. W. LIBAMBU, A. Ghislain KAPIA (yaya wanga wa bolingo), P. Roger WAWA, P. Leon De Saint MOULIN, A. L. SANTEDI, A. Georges NDJILA, A. BOMENGOLA, A. NZINGA, A. TEBANGAZA, J. ONAOTSHIO, Aimé KAYEMBE, D. MWENZE, François-Xavier BUDIM'BANI, DJUNGU SIMBA, Jean-Christien EKAMBO. Através da

profundidade de sua reflexão e de sua paixão pela excelência, eles sempre nos levaram a aprofundar nosso próprio pensamento e a especificar com maior rigor nossas intuições sociais. Que todos encontrem neste trabalho o resultado de seu apoio ao nosso compromisso com a excelência e com a libertação da República Democrática do Congo.

Aos meus pais, PASHI KOLOMEKOY (falecido) e DEMBO NGEMA ONADJAMBA Louise, por terem nos ensinado a conhecer, amar e servir a Deus.

A papa Emile Losambe, maman Madeleine MAMBIMBI, Henriette ANAKOYI Pashi, Mbele Matone Nancy, Gloria Folo Ngoyi, Dan LOSAMBE, Achim Pashi Lokombe, Gabriel POLO, Christian LOSAMBE, Sarah Meli, Carine Wineza, Leonard Pashi, Deasy Bibi Kama, Anne Gertrude Fataki, Gilbert PASHI, Florent Onadjamba Pashi, Osako Marie Pashi, Helen Okunema Pashi, Atshimbo, minhas sobrinhas e sobrinhos, por sua presença afetiva.

Aos meus amigos, especialmente Pe. Abílio (homem do coração), Pe. Márcio Queiroz, Pe. Frankie, Pe. Henrique, Marise Lira da PUC (pessoa incrível), Maria José Gomes da S. B. Marques, João, Professora Maria Alice, Fátima, Euridce Rosa, A. NGARA, Sr. Kinduelo Pascal, A. DJAMA, MIMBAYI Bernard, A. NGWASHI, A. Hugues Ndongisila, Destino BASONGA, Bruno KAKESA, A. Didier MOYO, A. Luc ZOLA, A. BENITO, A. José LUMBALA, A. Cley MAMVEMBA, A. Maurice MATATA, A. José MUSUBAO, A. Arthur Ponde, A. Serge KIBAWU, Sr TSHILULA, Sr Laurette (Ya Laurette), Maman KOKO, Irmã Thérèse Mpemba, Família NEMOYATO Jean-Paul, Papa Dr e Mãe Marie Jeanne, ATOCHA MASUMBUKU, Mãe Nicole ISUAFI, Pai Jean Robert ISUAFI, Mãe Paypay, AC MULOPO, A. Albert MBOLE, A. AKUNDA, Ir. Emilienne, Ir. Florence, Mãe Germinal NDELE, Mãe Juliana, Emérito, TAWAB Wonder, NINA, Bayon, Fanny, Maroussia KINTADI, JPS, Olga, Sarah, Grace, KANYOLE e Raymond, GREMAUD, por seu testemunho de vida que nos edifica constantemente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Pashi, Placide Okalema; Carvalho, Patrícia Maurício. **Palestra de Imprensa: Mediação da Estrutura Sociopolítica Dominante no Congo-Kinshasa**. Rio de Janeiro, 2019. 167p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No contexto social congolês, à época de nossa análise, marcado, particularmente, de um lado, pelos constrangimentos sociopolíticos e financeiros e, por outro lado, pelo compromisso de todos os atores políticos de trabalhar pela democracia, uma imprensa que não possui uma deontologia coerente e meios adequados para seu funcionamento pode, facilmente, se tornar *papagaiótica* da ditadura, da ação da elite que detém um duplo capital político e financeiro e pode gerar uma classe política medíocre. As modalidades discursivas mobilizadas em tal imprensa sofrem, direta ou indiretamente, a interferência do regime dominante na orientação de sua linha editorial. O quadro político dominante do Congo interferiu, diretamente, na orientação da política editorial da imprensa, ao conceder-lhe subsídios e financiamento. E, indiretamente, ao comprar espaço nos jornais. Essa interferência registra a evolução da imprensa congoleza em uma perspectiva de dependência política, econômica e financeira, ou seja, uma postura tática de alinhamento editorial à ideologia política dominante, e isso em detrimento do ideal de democracia sob o qual a própria legitimidade da função da imprensa seria fundada. Essa imprensa congoleza era vista como a midiatização quase exclusiva das opiniões dos atores políticos dominantes, excluindo do circuito midiático as opiniões de outros atores sócio-políticos e questionando sua própria função como garantidora e guardiã da liberdade, diversidade de olhares e último recurso dos cidadãos. A situação do jornalista, nesse contexto, é a do homem incapaz de fazer uso de sua própria razão. O jornalista torna-se o que os outros dizem, sem senso crítico, sem reflexão profunda. É a pura alienação e aniquilação da razão, de seu ser e de sua essência jornalística.

Palavras-chave

Mediação; ditadura; Congo-Kinshasa.

Abstract

Pashi, Placide Okalema; Carvalho, Patrícia Maurício. (Advisor). **Press Speech: Mediation of the Sociopolitical Framework Dominant to Congo-Kinshasa.** Rio de Janeiro, 2019. 167p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the Congolese social context of our analysis, particularly marked, on the one hand, by socio-political and financial constraints and, on the other hand, by the commitment of all political actors to work for democracy, a press that does not have a coherent deontology and adequate means for its functioning can easily become *parrotic* of the dictatorship and / or the action of the dominant politician or the elite holding a double political and financial capital and can generate a political class poor. The discursive modalities mobilized in such a press suffer, directly or indirectly, the interference of the dominant regime in the orientation of its editorial line. Congo's dominant political environment directly interfered with the editorial policy of the press, providing subsidies and funding, and indirectly, buying newspaper space. This interference records the evolution of the Congolese press in a perspective of political, economic and financial dependence, that is to say, a tactical posture of editorial alignment with the dominant political ideology, and this to the detriment of the ideal of democracy under which the very legitimacy of the function of the press would be founded. This Congolese press was perceived as the almost exclusive mediatization of the opinions of the dominant political actors, excluding from the media circuit the opinions of the other socio-political actors and calling into question its own role of guarantor and guardian of the freedom, the diversity of opinions and last resort of citizens. The situation of the journalist, in this context, is that of a man unable to use his own reason. The journalist becomes what others say, without critical sense, without deep reflection. It is the pure alienation and annihilation of reason, of its being and its journalistic essence.

Keywords

Mediation; Congo-Kinshasa.

Sumário

Introdução	13
Parte I: O quadro sociopolítico e o surgimento da imprensa congoleza...24	
1. A Criação do Congo-Kinshasa e seus problemas de partida	25
1.1. A divisão berlinense do bolo africano: A RD do Congo, um patrimônio mundial	27
1.2. O Estado independente do Congo (1885-1908): um patrimônio privado do rei dos belgas Léopold II.....	30
1.3. O Congo belga (1908-1960): um patrimônio privado da Bélgica e berço do Apartheid	33
1.4. Do EIC ao Congo belga: Papel e estatuto trans-histórico da imprensa	35
1.4.1. Uma imprensa de propaganda colonial.....	36
1.4.2. Uma imprensa contra Léopold II?	38
1.4.3. Uma imprensa ópio dos colonizados	40
1.4.4. A imprensa como instrumento do sistema	42
1.4.5. Da censura à imprensa no Congo à radicalização da imprensa	44
2. Conquista da independência e dificuldades da sua gestão: papel e <i>status</i> da imprensa	46
2.1. A conquista da liberdade e a independência (1956-1960)	46
2.1.1. Sob o signo do paternalismo: as políticas educacionais no Congo belga (1908-1960)	48
2.2. Independência e dificuldades da sua gestão (1960-1965)	49
2.3. Papel ou <i>status</i> da imprensa frente às turbulências políticas.....	53
2.3.1. Uma imprensa militante.....	53
2.3.2. A imprensa que tem se tornado terreno para acertos de contas.....	55
2.3.3. A imprensa, faca de dois gumes	57
2.3.4. Durante a 1ª República (1960-1965), uma imprensa trimodelos.....	58
3. O regime ditatorial de Mobutu (1965-1997).....	63
3.1. Conferência Nacional Soberana (CNS): um momento de diálogo e de releitura crítica do país	67
3.2. A chegada de Laurent-Désiré Kabila no poder	71
3.3. Papel e <i>status</i> da imprensa frente à turbulência política	74
3.3.1. Sob o regime de Mobutu: Uma imprensa de propaganda política ou uma imprensa escrita politizada.....	74
3.3.2. A Conferência Nacional Soberana (1990-1997): Da imprensa estatal à imprensa liberal e plural.....	78
3.3.3. Amordaçamento, opressão e enfraquecimento da imprensa sob o regime de Laurent Désiré Kabila	80

Parte II: Evolução da Imprensa Congoleza no contexto de mudanças Sócio-Políticas na República Democrática do Congo	83
4. O regime ditatorial de Joseph Kabila.....	84
4.1. A ascensão de Joseph Kabila ao poder	84
4.2. Do diálogo inter-congolês à gestão global e inclusiva da transição.....	85
4.3. A vitória contestada de Joseph Kabila nas eleições presidenciais	89
4.4. Um regime que endurece	91
4.5. Predadores locais dos recursos naturais congolezes	94
5. Ambiente Sociopolítico e Jurídico da emergência evolução dos órgãos de imprensa na República Democrática do Congo	100
5.1. Quadro jurídico congolês da emergência e evolução da imprensa	100
5.2. Da precariedade financeira à publicidade como meio de sobrevivência	105
5.3. A introdução de uma prática chamada <i>coupage</i>	107
5.4. Predominância de informações do detentor do poder político e econômico	109
5.5. Quadro político como uma restrição ideológica no tratamento de informação.....	111
5.6. Controle político-jurídico pela instituição de uma precariedade financeira.....	112
5.7. Da precariedade financeira à dependência política e econômica	115
6. Análise da produção midiática em períodos de eleição (2006 e 2011) e sua mediação no quadro político congolês	117
6.1. Espaço público: o conceito fundador da comunicação.....	117
6.1.1. Limites do modelo	120
6.1.2. A renovação do espaço público através da criação de novas formas de interação e ação mediatizadas.....	122
6.2. Análise de conteúdo: princípios básicos	124
6.2.1. Construção da grade de leitura como instrumento metodológico.....	126
6.2.2. Constituição das categorias	128
6.2.3. O corpus.....	129
6.2.3.1. Jornais analisados	131
6.3. Análise, apresentação e interpretação dos resultados de 2006....	131
6.3.1. Viés temático nos jornais congolezes de 2006 e 2011 e interpretação dos resultados de 2006	133
6.3.2. Interpretação dos resultados de 2006	133
6.4. Apresentação, análise e interpretação dos resultados de 2011	139
6.4.1. Interpretação dos resultados de 2011	139
6.5. Técnicas, estratégias e procedimentos jornalísticos nas empresas jornalísticas <i>L'Avenir</i> , <i>Le Phare</i> e <i>Forum des As</i>	143
6.5.1. A estratégia de propaganda nos jornais <i>L'Avenir</i> e <i>Forum des As</i>	143

6.5.2. Censura democrática, repetição e purificação de informação	145
6.5.3. Manipulação pelo apelo a sentimentos nacionalistas	146
6.6. Breves considerações sobre os resultados	147
7. Conclusão geral	150
8. Referências bibliográficas	157

Lista de figuras

Figura 1: O mapa da África26

Figura 2: O mapa da RD Congo.....26

Introdução

A reflexão que propomos neste trabalho parte da nossa observação da cena sociopolítica congoleza. Desde sua independência, em 30 de junho de 1960, a República Democrática do Congo (RDC), localizada no centro da África, com uma área de 2.344.932 km², enfrenta graves e recorrentes crises sócio-políticas, em que uma das causas fundamentais é a contestação da legitimidade das instituições e de seus líderes. Essa contestação assume uma importância particular com as guerras que devastam o país entre 1996 e 2003, causando a morte de mais de dez milhões de pessoas. Durante esses períodos de guerra, a pilhagem sistemática de recursos naturais foi transformada em forma de existência e governança por “poderosos *lobbies* ocidentais, seus governos e manipuladores africanos com surpreendente cumplicidade dos congolezes de adoção ou de origem” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 11).

Assim, para pôr fim a essa crise crônica de legitimidade, estabelecer um Estado de direito, consolidar a democracia, garantir liberdades fundamentais, os delegados da classe política e da sociedade civil reunidos no Diálogo Intercongolês, concordaram no Acordo Global e Inclusivo assinado em Pretória, na África do Sul, em 17 de dezembro de 2002. O Acordo estabeleceu uma nova ordem política, baseada em uma nova constituição democrática que ajudaria os congolezes a escolher seus líderes ao final das eleições livres, pluralistas, legítimas, democráticas e transparentes.

Em 18 de outubro de 2006, uma nova Constituição criada permite organizar as primeiras eleições pluralistas da República Democrática do Congo. Ao final dessas eleições, contaminadas por fraudes monumentais e numerosas irregularidades, Joseph Kabila é proclamado Presidente da República. Ele também teve, entre outras missões, promover os nobres ideais de liberdade, fraternidade, solidariedade, justiça, paz, trabalho para consolidar o processo de democratização iniciado desde a cidade de Sun Sinty e para o qual todos os atores sociopolíticos congolezes se pronunciaram a favor e se comprometeram. Nessa configuração, a imprensa congoleza foi convidada a acompanhar e ajudar a consolidar esse processo de democratização do Congo, principalmente porque a imprensa é a garantidora da democracia,

um elemento indispensável da democracia, porque é o elo principal, o canal de comunicação, entre os cidadãos e seu governo, entre o estado e o homem e entre os próprios cidadãos. Sem essa comunicação, nenhuma democracia pode viver. O bom funcionamento da democracia depende da participação de cidadãos conhecedores (KRISTIN, 1995, p.1).

Em um processo de democratização de um país, a mídia “tem um papel vital: força a pequena minoria que detém as rédeas do poder a não perder de vista as preocupações da grande maioria da população [...]. À medida que a informação atinge um público mais amplo, o comportamento político muda” (SCHUDSON, 1999, p. 27). Além disso, a imprensa sempre desempenhou um papel de liderança na vida social e política de um país. Esse papel deve-se ao status intermediário desse país. Trata-se de acompanhar o país em sua evolução social, econômica e política, missão que muitas vezes coincide com a descoberta e a assimilação do jornalismo sob um ângulo profissional (NDEYWEL e NZIEM, 1998).

É assim que, por exemplo, após a independência africana, a imprensa e os jornalistas africanos se viram diante da necessidade de inventar as ferramentas de expressão e reflexão social que lhes permitissem alcançar um verdadeiro funcionamento político, econômico, social e democrático. Os jornalistas africanos das primeiras mídias que nasceram sob o sol da independência foram, portanto, agentes do desenvolvimento da África, conscientes de sua função adicional na adesão do continente à consciência de suas identidades históricas e culturais.

Nessas condições, a imprensa torna-se vetor do desenvolvimento, permite estabelecer as bases de uma expressão democrática dentro das novas estruturas sociais que podem ser implementadas, desenvolver ao mesmo tempo uma opinião pública, forjar uma identidade nacional, defender, e promover a liberdade de expressão. Dessa forma, a imprensa desempenha o papel de guardião da liberdade, luta contra o monolitismo, o uso de informações erradas e preserva a diversidade de visões ou olhares. “Contra as restrições das liberdades, o abuso de poder e as suas tentativas de tornar a mídia um meio de pressão ou intimidação, a imprensa é então o recurso final dos cidadãos” (MALESHERBES, 1969, p. 276).

No entanto, enquanto os congolese esperavam que Joseph Kabila estabelecesse a democracia no país e que a imprensa apoiasse o país envolvido na democratização de suas instituições e na cena política, pelo menos durante esse

período crucial de 2002 a 2006, o presidente tornou-se um tirano do seu povo e a imprensa tornou-se conhecida por outra coisa. Eu mesmo fui preso em 2011 porque me manifestei junto com o povo congolês reclamando os verdadeiros resultados das eleições presidenciais de novembro de 2011. A imprensa desempenhou outro papel e revelou outro *status* que levanta novas questões que requerem mais investigação.

Nesse sentido, “Discurso da imprensa: mediação do quadro sociopolítico dominante no Congo-Kinshasa” (2006-2011) é nosso assunto e até onde sabemos, nenhuma pesquisa do tipo “Mestrado” na República Democrática do Congo, principalmente, abordou a questão do *status* da imprensa na República Democrática do Congo, considerando-a como consequência de uma imprensa privada dos meios de sua missão e que, em processo da democratização do país, é vítima de uma dependência muito maior da elite congoleza que detém um duplo capital político e financeiro. Embora existam trabalhos sobre a imprensa na República Democrática do Congo, a maioria das pesquisas é sobre a imprensa colonial. O recente livro de Jean-Chrétien Ekambo, intitulado *Histoire du Congo RDC dans la presse. Des origines à l’indépendance*, publicado em Paris, em 2013, pela editora L’Harmattan, apresentando à imprensa como “produtora da história”¹ (EKAMBO, 2013, p. 9. Minha tradução), é um exemplo perfeito.

Mas o trabalho sobre o status da imprensa no processo de democratização na África negra não começa conosco. Foi objeto de muita pesquisa. Para evitar ir além dos limites desta introdução, citaremos as produções mais recentes. O jornalista Thierry Perret acredita que a imprensa africana de língua francesa em geral apresenta “uma forte homogeneidade” (PERRET, 2005, p.11). Essa imprensa geralmente é apresentada como uma “imprensa de propaganda política”, “órgãos de luta apoiando as necessidades da política nascente” (PERRET, 2005, p.11). Renaud de la Brosse concorda quase plenamente quando afirma que esse modelo de imprensa, mesmo na democracia, emprestado de uma “forte crença no poder mobilizador da mídia [...] servirá aos objetivos prioritários que serão a construção nacional e o desenvolvimento econômico”, antes de transformar-se, na prática, em

¹ La presse est aussi productrice de l’histoire (EKAMBO, 2013, p. 9.)

“jornalismo servil que alguns chamam de jornalismo feiticeiro” (de la BROUSSE, 1999, p. 24).

Para Mbanza (2009), em uma democracia, o papel da imprensa é ser o vigia dos valores democráticos e republicanos, dos direitos e das liberdades dos cidadãos, diante da onipotência do aparato estatal; é a correia de transmissão entre a base e o topo e vice-versa, na medida em que “traz na cimeira os problemas que estão na base e dá conta das soluções trazidas pela cimeira” (p. 2.). O autor aqui estabelece duas concepções opostas do papel da imprensa. Se a primeira deseja atribuir à imprensa um papel de acompanhamento da ação governamental, para torná-la mais visível aos cidadãos, a segunda se inclina antes para o estabelecimento de uma relação entre o governo e os cidadãos bem como para a defesa de seus direitos e liberdades. Se a primeira posição implementa uma concepção linear e descendente de comunicação, a segunda é indicativa de uma concepção circular de comunicação. Daí a relevância de uma informação midiática equilibrada, com expressão dupla, a dos cidadãos e a dos governantes, pois é, no ato da comunicação realizada pelos profissionais da imprensa, colocar o relacionamento “base e cimeira” da cidade, por meio do compartilhamento das preocupações de alguns e das propostas e ações de outros (CAPUL, 2005, p.130). Os jornalistas devem privilegiar esse modelo de sociedade, a democracia (MATHIEN, 2007, 61).

Jacques Gerstle, por sua vez, acredita que, em uma sociedade democrática, a imprensa participa do processo de “divulgação, politização e polarização” dos problemas dos cidadãos (GERSTLE, 2004, p.16). Trata-se para a imprensa de retransmitir os problemas de uma determinada comunidade para “divulgar sua insatisfação, dada a falta de resolução de seus problemas” (GERSTLE, 2004, p.16). Segundo os pluralistas, a mídia seria essencial para o desenvolvimento da democracia. Ajudaria a garantir os direitos dos cidadãos, divulgando informações de interesse público e apresentando uma pluralidade de pontos de vista suscetíveis de pôr em causa a ideologia dominante (THOUVEREZ e GALLET, 2017, p. XX).

Por sua parte, André-Jean Tudesq, através de sua pesquisa, oferece um relato quantitativo, essencialmente descritivo, do papel da imprensa no contexto da democratização. O autor lembra que a importância da mídia é desigual de acordo com os países e que essas testemunhas e reflexões da evolução das sociedades

africanas se tornam atores cada vez mais reais da vida política (TUDESQ, 1999). Marie Soleil Frère (1997), por seu lado, estudou a evolução política e da mídia de dois países africanos (Níger e Benin), examinando a renovação do discurso político após o surgimento da nova imprensa privada. O autor chama a atenção para o que poderia ser o perigo ou o efeito benéfico da imprensa em relação ao ideal da democracia em uma sociedade em que a taxa de analfabetismo é alta. Esse é o caso da maioria dos países africanos. O autor mostra, além disso, que o idioma (francês ou inglês), usado na imprensa livre na África, não permite que toda a população (nativa) acesse livremente as informações e participe construtivamente de debates políticos, econômicos e sociais sobre a escolha política para o futuro.

Koumba Emmanuel enfatiza o papel misto da imprensa no espaço midiático do Gabão, resultante do movimento de democratização (1997). Segundo o autor, além da real vontade dos atores da mídia de colocar em prática uma dinâmica real do setor de informação, aparece, no entanto, um certo número de bloqueios estruturais, ou seja, permanecem numerosas as tentativas totalitárias das autoridades políticas de controlar a imprensa.

Há também pesquisas sobre o *status* da imprensa na República Democrática do Congo. No entanto, a maioria dessas investigações é sobre a imprensa colonial, como mencionado acima (LUBOYA, 1971). A esse respeito, também devemos destacar as enormes dificuldades que podemos encontrar quando queremos realizar sérias pesquisas na imprensa durante o período de nossas investigações, devido à substancial falta de livros, nesse país, que explicitam globalmente a situação da imprensa. No entanto, acreditamos que é útil começar mesmo apenas com o objetivo de desenvolver uma análise inicial desse novo fenômeno.

Dito isso, mencionemos alguns trabalhos recentes sobre o papel da imprensa no espaço político, sociológico e antropológico congolês. De fato, em sua tese “Discours de la presse et culture. Étude de la médiatisation de la journée internationale de la femme dans la presse de Kinshasa”, defendida em 2017 na *Université Catholique du Congo*, Arlette Masamuna demonstra como, no meio do processo de democratização, a imprensa congoleza oscila entre valorização (progresso) e depreciação (minimização) em relação à cobertura da mídia sobre os direitos das mulheres, durante as comemorações anuais do Dia Internacional da

Mulher. A narrativa das mídias é baseada em um imaginário do passado e reflete um discurso misto, parcialmente progressista e parcialmente conservador.

É também em torno desse papel parcial e misto da imprensa que a tese de Marie-Eve Saint Georges é articulada sobre “Le traitement journalistique des crises politiques et des catastrophes naturelles: (les cas de la RD Congo et du Rwanda; d’Haïti et du Japon)”, defendida em 2017 em Paris na Escola de Ciências Econômicas e Gestão, Ciências da Informação e da Comunicação. Em seu estudo, a autora demonstra como os eventos tais como guerras, práticas genocidas, terremotos não recebem o mesmo tratamento jornalístico, sendo dadas diferentes abordagens sob as quais esses eventos devem ser estudados.

Jerry M’Pereng Djeri (2004), por sua vez, mostra como a organização e a gestão das mídias, na maioria dos casos, dependem do contexto político em que a mídia de massa evolui, das condições gerais que lhes são impostas pelo ambiente ideológico dominante e, essencialmente, o regime da imprensa, considerado como um conjunto de textos de leis, como um modo de organização do quadro institucional estabelecido pelo poder.

O livro de Pierre Minkala-Ntadi, intitulado (2016) *La tutelle politique dans la production de l’information et de la presse en Afrique francophone. Le cas du Congo Brazzaville* também está nessa perspectiva. O autor afirma que “as modalidades discursivas mobilizadas na imprensa congoleza denotam uma dependência das informações da imprensa por relatório do quadro político” (p. 20). Isso significa que o quadro político dominante influencia a política editorial da imprensa congoleza. O mesmo autor, em sua tese sobre “Appropriation professionnelle des technologies de l’information et de la communication en contexte de dépendance politique: la spécificité de la co-construction de l’information de presse au Congo-Brazzaville (1963-2012)”, tese defendida publicamente em 11 de dezembro de 2012, na Universidade de Grenoble, na França, já afirmava a incompatibilidade de perspectivas entre a apropriação de Tecnologias da Informação e Comunicação e o desenvolvimento da imprensa em um contexto de dependência política, onde o campo de ação política, mesmo no contexto da democratização, se apresenta como a única instância legítima de construção social de significado.

Nosso trabalho naturalmente amplia o trabalho de Pierre Minkala-Ntadi, com a diferença de que, em suas análises do papel e *status* da imprensa, este considera apenas as restrições sociopolíticas que influenciam a orientação editorial da imprensa de seu país, Congo Brazzaville. O objetivo dele é de mostrar a incompatibilidade de perspectivas entre a apropriação de Tecnologias da Informação e Comunicação e o desenvolvimento da imprensa em um contexto de dependência política; destacar só as lógicas de comunicações, que consideramos limitadas. Além disso, ele não busca demonstrar como a imprensa participou da criação da ditadura e da classe política mediocre no país. Suas análises não partem do produto de mídia. Nossa análise, pelo contrário, levará em conta o contexto sócio-político do surgimento da imprensa e o produto da mídia juntos para entender melhor a paisagem da mídia congoleza e tentar demonstrar, humildemente, como e por que a imprensa congoleza ajudou o regime de Kabila a passar de seu compromisso com a democratização do país para a deriva ditatorial.

Como pode ser visto, o presente estudo enfoca o lugar e o papel da imprensa em um processo de democratização na República Democrática do Congo, inscrevendo nossas investigações em um ângulo inexplorado até hoje, na medida em que onde queremos analisar como a imprensa em processo de democratização do país se tornou uma imprensa *perroquetique* (*papagaiótica*), criando, solidificando os fundamentos da ditadura no Congo e participando da criação de uma classe política medíocre que levou o Congo-Kinshasa em direção ao subdesenvolvimento multissetorial. Isso significa que estaremos interessados tanto nas “restrições contextuais que governam a estrutura do texto” (ODIM, 2011, p.11) quanto nos produtos das mídias. Portanto, nossa abordagem colocará os produtos das mídias em seu contexto de enunciação, esclarecendo sua articulação com o quadro sócio-político e econômico congolês, colocando-os em perspectiva, assim como com outros discursos paralelos da mídia e com o referencial teórico preconizado para apreciar sua relevância. O “vocabulário e a estrutura dos textos usados na imprensa nunca são neutros” e, portanto, “devem ser examinados em sua relação com vários tipos de restrições, desde as restrições técnicas de produção da revista até as restrições mais importantes, que são dadas pela atmosfera ideológica da sociedade” (MIEGE, et al., 1984, p. 24). De fato, são essas restrições sociopolíticas, suas repercussões no processamento da informação e no produto da

mídia que tentaremos destacar neste trabalho para identificar o real papel desempenhado pela imprensa congoleza durante esse período de nossas investigações.

O objetivo do nosso trabalho é mostrar que a imprensa congoleza não conseguiu proteger o pacto republicano congolês, a Constituição e as conquistas de um longo processo de diálogo entre congolezes que levou ao comprometimento de todos de trabalhar para a democracia. O regime de Kinshasa, que no início era bastante favorável ao estabelecimento de princípios democráticos, pegou todos de surpresa e transformou-se em um aparelho ditatorial. A imprensa congoleza ajudou a criar e a consolidar essa deriva ditatorial. Não era um fórum de debate de idéias, princípios e guardião da democracia. Ela se deixou ser submissa, comprada a ponto de se tornar medíocre. É essa relação de causa e efeito entre o contexto de emergência e a implantação da imprensa congoleza neste momento de nossa análise e o *status* da imprensa que se deixa vislumbrar através de suas modalidades discursivas que tentaremos entender e explicar.

Essa abordagem sugere as seguintes perguntas: qual era o *status* e o verdadeiro papel da imprensa congoleza durante esse período de nossas investigações? Quais foram os tipos de modalidades discursivas mobilizadas na imprensa congoleza no tratamento de informações durante esse processo de democratização até sua transformação em regime ditatorial (ação, influência que possa ter tido e funções que poderiam ter tido ao longo das várias etapas do processo de transição para a democratização), ou seja, é ver o conteúdo de seu discurso, sua maneira de lidar com informações e eventos políticos. Além disso, o conteúdo das mídias congolezas é revelador “dos desvios sociais atribuídos às mídias, a expressão de julgamentos, idéias e opiniões” (PIERRE ALBERT, 1968, p. 25) e, portanto, um espaço real para o debate público de idéias? Qual é o contexto de emergência de uma imprensa assim e quais são as causas e as consequências dessa mutação? Como consertar isso? Diante do desafio de democratizar verdadeiramente as mídias e o espaço político congolês, que novos paradigmas devem ser postos em prática para dar à imprensa seu verdadeiro poder e, assim, combater efetivamente, ao mesmo tempo, a imprensa e o regime ditatorial? É a toda essa série de perguntas que esta pesquisa de mestrado busca responder.

O pressuposto que defendemos ao longo deste trabalho é que, no atual contexto social congolês, marcado essencialmente pelo comprometimento de todos atores cena sociopolítica congoleza em trabalhar pela democracia, bem como pelo aumento da dependência da imprensa de parte da elite política que detém um duplo capital político e financeiro, as modalidades discursivas mobilizadas na imprensa são muitas vezes *papagaióticas* da ação do campo político dominante, criam ditadores e uma classe política medíocre. A mão que dá é a mão que dirige. Acontece, portanto, uma interferência do regime na orientação da linha editorial dos órgãos da mídia, uma monopolização da relação imprensa-público pelo regime estabelecido e uma ocultação por e na imprensa de outros discursos levantados dos outros campos sociais compostos por públicos comuns que não aderem à visão da quadro político dominante. Essa hipótese é o laço entre o discurso de uma imprensa enfeudada, comprada e dependente do quadro político e financeiro em vigor, e o estabelecimento de um regime ditatorial no Congo-Kinshasa no processo de democratização.

Para entender melhor o objeto de nossa pesquisa, optamos pela aproximação da economia política da comunicação e da análise de conteúdo. Com efeito, a economia política da comunicação nos permite analisar os fenômenos informacionais e comunicacionais, desde a concepção dos produtos ao seu consumo e a sua apropriação, passando pela sua produção, e colocando o contexto no ponto de partida da produção de significado. Postulando que “é o contexto que rege essa produção, o contexto é então tomado como construção que antecede a comunicação” (ODIN, 2011, p. 9) para definir os termos. A análise de conteúdo, por outro lado, permite-nos interessar, objetiva, sistemática e quantitativamente, pelo conteúdo manifesto da comunicação, ou seja, dados brutos, cujo significado devemos dissecar ou descobrir (BERELSON, 1952, p. 155). Com efeito, como o diz R. Mucchielli (1984), “qualquer documento falado, escrito ou sensorial contém potencialmente uma grande quantidade de informações sobre a pessoa que é o autor, o grupo ao qual pertence, os fatos e eventos relacionados a ele, os efeitos buscados pela apresentação das informações, o mundo ou o setor da realidade em questão” (p. 17), considerando, efetivamente, o contexto do surgimento do real comunicativo, dada a relação entre o texto e o contexto ou entre a linguística e o social (ANGERMÜLLER, 2007, p. 13). Além disso, em vez de isolar os textos,

como se fossem unidades fechadas e dadas de uma vez por todas, a análise de conteúdo os considera como textos que incluem seu contexto, como ações sociodiscursivas, enunciativa e pragmaticamente situadas no mundo.

A esse respeito, a articulação de declarações das mídias com a realidade sociopolítica do Congo nos leva a associar nossa análise a uma abordagem sócio-histórica do jornalismo. Esta destaca os diferentes regimes políticos e/ou legislativos em que os órgãos de mídia congolese operam. Essa perspectiva nos obriga a revisitar o quadro sociopolítico de emergência e o funcionamento da imprensa congolese. Vale frisar, a esse respeito, que a questão ligada à metodologia é aprofundada no último capítulo onde analisamos o conteúdo dos jornais para determinar o *status* da imprensa no período da nossa pesquisa.

Nossa dissertação está dividida em duas partes principais. Na primeira parte, o quadro sociopolítico e o surgimento da imprensa congolese invocam, brevemente, o quadro político congolês no qual a imprensa congolese opera e o papel desempenhado pela imprensa ao longo da evolução política do Congo Kinshasa antes da chegada de Joseph Kabila ao Poder, a história política do Congo e as mãos dadas com a história da imprensa congolese. Em cada época política, há um dos *status* particulares da imprensa. Além disso, “[...] o campo da política e o das mídias não devem ser considerados campos fechados, separados um do outro e independentes. Parte da política passa pelas mídias e, em troca, se alimenta dessa” (CHARAUDEAU et al., 2005, p.9). Esta primeira parte é composta por três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “a criação da RDC no Congo e seus problemas de partida”, apresenta a história recente da República Democrática do Congo (RDC) no início de seus temas constituintes. Essa abordagem nos permite, entre outras coisas, compreender e descobrir a causa-mãe da trágica situação que a República Democrática do Congo enfrenta até hoje. Também detectamos o papel da imprensa na construção dessa história congolese. No segundo capítulo, intitulado “Conquista da independência e dificuldades da sua gestão: papel e *status* da imprensa”, apresentamos a marcha empreendida pelos congolese para conquistar a sua independência. Nessa marcha rumo à independência, a imprensa teve um papel determinante, do qual é necessário apreender a essência. No terceiro capítulo

desta primeira parte, intitulado “o regime ditatorial de Mobutu (1965-1997)”, descrevemos a longa regra ditatorial de Mobutu e, ao mesmo tempo, determinamos o *status* da imprensa e o papel desempenhado por ela na consolidação do regime de Mobutu.

Na segunda parte deste trabalho, “Evolução da imprensa congoleza no contexto de mudanças sócio-políticas na República Democrática do Congo”, analiso o papel desempenhado pela imprensa congoleza durante o período de nosso estudo. A segunda parte também é composta por três capítulos. De fato, o primeiro capítulo, intitulado “o regime ditatorial de Joseph Kabila”, que na realidade é o quarto capítulo de todo o trabalho, apresenta as grandes articulações desse regime, bem como seus principais estigmas. No quinto capítulo, intitulado “ambiente sociopolítico e jurídico da emergência e evolução das empresas de imprensa na República Democrática do Congo”, falamos, de fato, desse ambiente jurídico, econômico e sócio-político da implantação das empresas de imprensa congolezas, a fim de melhor compreender a natureza, seu status. No sexto e último capítulo de nosso trabalho, “análise da produção midiática em períodos de eleição (2006-2011) e sua mediação do quadro político congolês”, detectamos o *status* da imprensa e seu papel por meio da análise de conteúdo dos artigos produzidos por três grandes jornais selecionados em 2006 e 2011.

Parte I:

O quadro sociopolítico e o surgimento da imprensa congolesa

1. A Criação do Congo-Kinshasa e seus problemas de partida

Só uma preocupação preside a articulação deste primeiro capítulo do nosso trabalho: apresentar a história recente da República Democrática do Congo (RDC) nos seus inícios a partir das suas temáticas constitutivas. Tal perspectiva permite-nos, entre outros, apreender e descobrir, com olhares epistemológicos novos, a causa-mãe da situação dramática que experimenta a RD do Congo até agora. Com efeito, à imagem da África, todas as tragédias e crimes contra a humanidade, notadamente a escravidão e a colonização, o genocídio em seguida às guerras civis, a fome, a desestruturação das sociedades tradicionais, a espoliação das riquezas naturais, das quais a RD do Congo é um compêndio, têm como causa fundamental o patrimonialismo ocidental ou de qualquer outro potentado que considere como sua propriedade pessoal as riquezas do país que controla. Os seres humanos também são parte do patrimônio. Esse patrimonialismo, qual seja de Estado ocidental, africano ou privado, situando-se já ao início da criação do Congo-Kinshasa, aparece como o fio condutor trans-histórico que explica com uma clareza absoluta as tragédias vividas pelos congoleses. Mas na medida em que na República Democrática do Congo a história e a imprensa não vão uma sem a outra, é necessário mostrar igualmente o papel desempenhado pela imprensa na construção da história congolesa. Segundo Albert Camus, citado por Ekambo (2013), “o jornalista é o historiador do presente[...] só a imprensa sabe atribuir-se a rara virtude de restituir à história que está escrevendo [...] as suas inefáveis sonoridades e os seus inexprimíveis aromas” (p. 11). Para entendermos melhor a RD do Congo, objeto deste trabalho, importa observar dois mapas: o da África, onde está situado o Congo-Kinshasa, e também o da RD Congo, que mostra suas províncias no contexto atual.



Figura 1: O mapa da África

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&ved=>

PUC-Rio - Certificação Digital N° 1813256/CA



Figura 2: O mapa da RD Congo

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=>

1.1. A divisão berlinense do bolo africano: A RD do Congo, um patrimônio mundial

A República Democrática do Congo é um vasto território comparável às dimensões de países-continente (grande como a Europa ocidental). Está situada no meio da África, e com os seus 2.345.410 km² de superfície, o Congo Democrático ocupa o segundo lugar em tamanho no continente, atrás apenas da Argélia (2.384.000 km²). O país está sobre a linha do Equador, e é povoado desde pelo menos 200.000 A.C. Houve grandes Estados centralizados sobre este território, como o Kongo, Songye, Kuba, Garengaze, Lunda e o império Luba. Os europeus conheceram a região apenas em 1482 ou 1483, com a descoberta da embocadura do rio Congo pelo português Diogo Cão. O reino Kongo atinge então seu apogeu. Vale sublinhar que no início, o Reino estava governado por Nimi a Lukeni. Segundo o historiador guineense Ibrahima Baba Kaké e Elikia M'Bokolo, durante os primeiros anos do Kongo, o clã Nsaku Vena detinha os poderes espirituais do país e seu filho era reconhecido como sacerdote da terra. O Reino tinha uma organização econômica e política. O sistema econômico do Reino coexistia dois modos de produção que se integram um ao outro: a economia da aldeia e a economia urbana. No caso da economia da aldeia, é importante frisar que na vila, a terra é uma propriedade comum. Dessa maneira, as superfícies cultiváveis são compartilhadas entre as famílias e “o excedente é compartilhado entre os chefes da aldeia, os idosos e os chefes religiosos. A economia urbana, no que diz respeito, funciona diferentemente. A sua produção é controlada diretamente pelo rei” (MALU-MALU, 2014, p. 66). De ponto política, Elikia M'bokolo e Ibrahima Baba Kaké, citadas por Malu-Malu (2014), afirmam:

“No século XV, o poder é transferido pela mãe. A organização política repousava nas aldeias, depois nos distritos e nas províncias. No topo da arquitetura era Mni Congo, o detentor central do poder. Mani Congo é nomeia os governadores das seis províncias que compõem o Congo ”(MALU-MALU, 2014, p. 67)

A partir de 1879 o explorador inglês Henry Morton Stanley explora o interior do futuro país para o rei belga Léopold II (EKAMBO, 2013, p. 21-23).

A questão do Congo foi levada com grande importância à Conferência de Berlim (1884-1885). Aberta em 15 de novembro de 1884, sob o comando de Otto von Bismarck (1815-1898), chanceler alemão de 1871 a 1890, essa conferência

internacional, que “pretendia regular os conflitos aparecidos na ocupação e na divisão colonial da África central, vai encerrar-se em 26 de fevereiro de 1885” (EKAMBO, 2013, p. 31). Tomam parte nessa conferência um primeiro grupo de países mais envolvidos no assunto: a Inglaterra, Portugal, a França e a Alemanha, ao qual foi preciso acrescentar a Bélgica, os Estados Unidos, a Espanha; depois um segundo grupo de países destinados “a confirmar a aprovação geral”: a Áustria-Hungria, a Suécia-Noruega, a Dinamarca, a Itália, a Turquia e a Rússia (ELIKIA MBOKOLO, 1992, p. 278).

Sublinhamos que, durante a Conferência de Berlim, três litígios fundamentais relativos quase exclusivamente ao Congo-Kinshasa são evocados. Trata-se, em efeito, das perguntas sobre a liberdade de comércio na bacia do Congo, a liberdade de navegação sobre os rios do Congo e do Níger e a definição de regras a observar para as ocupações futuras que interviriam sobre as costas africanas. Essas questões, extremamente concretas, contudo, eram colocadas sob os princípios que englobam uma finalidade humanista que Bismarck, ele mesmo, sublinha a partir da abertura da conferência no seu curto discurso inaugural em 15 de novembro de 1884: “trata-se, através de todas as decisões que serão tomadas, de abrir a África à civilização e os benefícios da economia e do comércio num mundo em degrau para o progresso”. A Alemanha, bem como outros países, desejaria ver essa imensa zona, ao centro do continente, permanecer neutra e aberta ao comércio para todos. Temem que as rivalidades inter-coloniais se reacendam, rivalidades que custam caro e atrapalham o rendimento econômico das colônias.

A França e a Inglaterra olham a situação com superioridade. As duas grandes potências coloniais consideram que, se esse território for atribuído ao rei da pequena Bélgica, será fácil para os dois países surrupiá-lo depois. Os alemães preferiam que o Congo ficasse com o rei belga, pois seria mais fácil fazer uma guerra contra a Bélgica do que contra a Inglaterra. A França acalmou a sua impaciência em abril de 1884, depois que Léopold II “reconheceu-lhe um direito preferencial no caso de o rei proprietário do Congo viesse a vender as suas possessões” (ELIKIA MBOKOLO, 1992, p. 33).

As conclusões da conferência foram apresentadas numa Ata geral de Berlim: um vasto tratado em sete capítulos e trinta e oito artigos, acompanhados

dos dez protocolos e cinco relatórios que fazem o comentário (NDAYWEL e NZIEM, 2015, p. 128). Na ata final, a luta contra a escravidão ocupa apenas dez linhas (artigo 9), em um texto que se estende na sua totalidade por mais de quinze páginas. O objetivo principal da carta é garantir a grande liberdade de comércio para que todos os países interessados possam tirar da nova região congoleza as vantagens da exploração dos recursos. Assim, as regras comerciais fixadas proíbem qualquer protecionismo econômico: “As mercadorias importadas para esses territórios terão livre direito de entrada e de trânsito”. O artigo 5 diz que “qualquer potência que exerça ou venha a exercer direitos de soberania nos territórios acima indicados não poderá conceder nem monopólio nem privilégio de nenhuma espécie em matéria comercial”². Além disso, nenhuma taxa poderá ser percebida sobre as mercadorias exportadas: “Não será estabelecida nenhuma portagem marítima nem fluvial baseada no único fato da navegação, nem nenhum direito sobre as mercadorias que se encontram a bordo dos navios”³.

O artigo 25 do ato final da Conferência estipula ainda que o tráfego deve ficar “livre, apesar do estado de guerra, sobre as estradas, caminhos de ferros, lagos e canais mencionados”⁴. A liberdade de comércio prevalece sobre as questões de conflito, mais importante, permanecendo os benefícios materiais das trocas. As guerras são secundárias (mesmo quando a limitação das rivalidades militares foi a primeira razão evocada para a abertura desta conferência). Finalmente, sob pretexto de defender a liberdade e a igualdade do comércio, os signatários da Conferência de Berlim dedicam o Congo à selva econômica e seus seguidores, notadamente as guerras criadas pelas potências ocidentais e as multinacionais que enlutam o Congo até agora e impedem seu desenvolvimento em múltiplos setores.

Oficialmente, as grandes potências ocidentais vão fazer do Congo um vasto território sem dono. O Congo é, inicialmente, um patrimônio mundial. Um bem sem dono. Por conseguinte, é já nessa época da divisão berlinense do bolo africano sem os africanos, fora das outras causas essenciais como o tráfico de escravos, que é necessário situar os problemas e as dificuldades maiores que são fonte e motor da

² Disponível em: https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf. Acesso em 04 de abril de 2019.

³ Artigo 14 do Ato geral da Conferência de Berlim do 26 de fevereiro de 1885.

⁴ Artigo 25 do Ato geral da Conferência de Berlim do 26 de fevereiro de 1885.

instabilidade e do subdesenvolvimento do que se tornará, mais tarde, o Estado Independente do Congo. Como patrimônio mundial, todos os que estavam na conferência tinham o direito de tomar ao Congo as riquezas de sua escolha, de acordo com a sua força. Isso explica as guerras de nações e as aventuras macabras de multinacionais sobre o território congolês.

Sublinhamos que durante essa mesma conferência de Berlim, o rei Léopold II fará reconhecer às outras potências europeias a sua tomada de posse do Congo. É o início da colonização. O setor controlado toma o nome de Estado Independente do Congo, embora seja com efeito propriedade pessoal de Léopold II. Como declara Elikia Mbokolo no chamado *Livre Noir du Colonialisme*, “estes arranjos jurídicos, realizados com o acordo de todas as potências europeias e os Estados Unidos da América, deram nascimento a um regime de conquista colonial e forma ao colonialismo nascente no conjunto da África central, cujos efeitos continuam a fazer-se sentir nessa região até ao início do século XXI” (2003, p. 434).

O Congo, como testemunharia a história daí em diante, é entregue à predação pessoal do rei dos belgas. Léopold II fará desse vasto território o seu patrimônio privado antes de entregá-lo à pilhagem sistemática colonial do Estado belga em cumplicidade com as sociedades capitalistas que, por sua vez, farão da RD do Congo a sua propriedade privada. Durante décadas essas sociedades capitalistas explorariam livremente os imensos recursos naturais do país, enquanto os congolezes permanecem na miséria.

1.2. O Estado independente do Congo (1885-1908): um patrimônio privado do rei dos belgas Léopold II

A afirmação da existência de um Estado Independente do Congo assina a transformação oficial do Congo em colônia. Em 28 e 30 de abril de 1885, a Câmara do Senado belga, por suas respectivas resoluções, autoriza o rei dos belgas a tornar-se chefe do novo Estado. É assim que Léopold II formou o seu “governo congolês” metropolitano, composto de três administradores gerais: um para o Departamento dos Negócios Estrangeiros, o outro para o das Finanças e o terceiro para o Interior (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 139). O rei Léopold II toma, por conseguinte,

posse do território no seu nome próprio sob o nome de Estado Independente do Congo. Expedições de exploração são lançadas, e as vias de comunicação desenvolvidas. O controle do território termina em 1894, essencialmente com o fim da guerra contra o Arabo-Swahilis⁵. A iniciativa de Léopold II produziu, a partir do fim do século XIX, a identidade cartográfica do Congo e criou, de fato e de direito, graças ao estatuto de independência “do seu Estado, uma nacionalidade congoleza, que foi realizada por decreto real” (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 142).

Mas a exploração intensiva do território vai começar, e estão lado a lado tanto os missionários como os aventureiros em busca de fortuna fácil de todas as formas. Desde o início, o objetivo de Léopold II era claro: “fazer negócios”, achar uma colônia para a Bélgica e compensar as parcerias comerciais que tinham sido perdidas devido à separação da Holanda em 1830, ainda que o humanitário se tivesse imposto a ele como estratégia de camuflagem dessa ambição. Doravante, “o rei vai ser livre para fazer tudo o que sonhava com o valor do seu Estado” (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 143). Nessa época, a população congoleza sofria a predação mortífera e desumanizante. Devia fazer trabalho forçado por conta do domínio real ou das companhias privadas da borracha. O mercado desse material está então em expansão devido à demanda mundial de pneus. “Numerosas exceções (assassinatos, mutilações, torturas...) foram cometidas” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 118).

A exploração sistemática do Congo por Léopold II foi exercida com uma rara brutalidade. Considerando o Congo como o seu patrimônio privado, Léopold II tirou a riqueza do país e o transformou num vasto campo de trabalhos forçados. As populações do Congo eram obrigadas a entregar uma tonelada de borracha por dia, dez quilos por indivíduo por dia. “Numerosos aldeões congolezes receberam o castigo das mãos direitas cortadas, mulheres e crianças desventradas e outros foram abatidos friamente por não ter atingido a cota” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 119). No fim do século XIX, começa-se a descobrir as riquezas minerais do Congo: cobre, ouro, diamante, etc. Após ter servido para reembolsar os empréstimos da

⁵ O termo árabe-suaíli (árabe na época) designa, generosamente, os muçulmanos bantus de Zanzibar, mais raramente os mestiços árabes. De maio de 1892 a janeiro de 1894, esse povo governou alguns territórios no leste da República Democrática do Congo.

Bélgica, a venda da borracha e dos produtos de mineração, muito facilitada pela nova ferrovia Matadi-Léopoldville, Léopold II faz fortuna que lhe permite fazer numerosas construções em Bruxelas e Ostende.

Durante o período 1885-1908, a população sofreu essa exploração forçada, de maneira direta ou indireta. Muitos crimes contra a humanidade foram cometidos e a população diminuiu. Os historiadores calculam em cerca de três milhões o número de pessoas que perdeu a vida no sistema colonial. Durante o período Léopold II e em anos que se seguiram, a população do Congo diminuiu à metade. Adam Hochschild (1998) fala mesmo de cinco a oito milhões de mortos, talvez mesmo dez milhões entre os anos 1880 e a Primeira Guerra Mundial. O Congo é mais que um holocausto esquecido.

Mutilações, decapitações, humilhações, açoitamentos em público, etc., foram o pesado tributo pago por milhões de congoleses para que a Bélgica saísse da pobreza, prosperasse e acesse de cabeça erguida ao concerto das nações ditas civilizadas (UBOLE e YUMBI, 2017, p. XX). O tesouro “pilhado pelo monarca permitiu erigir muitas obras, como o museu Tervuren, os monumentos em Bruxelas (entre os quais o arco das mãos cortadas pago pelos coletores de borracha)” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 122). “A aventura colonial não somente ajudou a Bélgica a sobreviver, mas também contribuiu largamente para edificar e consolidar os pilares do capitalismo belga, em especial a sociedade geral da Bélgica e os principais bancos” (TSHIBWABWA, 2011, p. 37).

Sublinhamos, sobre este assunto, que houve contudo protestos contra os tratamentos desumanos que iam contra os princípios fundadores do Estado, particularmente por parte do escritor americano Mark Twain, do diplomata britânico Roger Casement, cujo relatório de 1904 condenava as práticas em vigor no Congo, e sobretudo as severas críticas do jornalista inglês do West African Edmond Morel, que afirmou que a verdade sobre os crimes contra a humanidade cometidos por Léopold II no Congo permaneceu dissimulada para proteger os belgas e os interesses belgas no Congo. Contudo, na sequência dessas denúncias, Léopold II é forçado a deixar a sua colônia ao Estado belga. “Concedendo o Estado Independente do Congo à Bélgica em 1908, o monarca Léopold II embolsa a soma de cinquenta milhões de francos belgas” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 123).

1.3. O Congo belga (1908-1960): um patrimônio privado da Bélgica e berço do Apartheid

Em 15 novembro de 1908, o Parlamento belga retoma a tutela sobre o território. O Congo passa, portanto, do estatuto de Estado Independente do Congo ao de Congo Belga, assim “uma propriedade da Bélgica” (MALU-MALU, 2014, p. 98). Nada pertence aos congolezes, nem mesmo a sua própria vida. São também uma propriedade privada da Bélgica. Esta última implanta uma colonização mais clássica. As novas autoridades coloniais constroem o seu sistema sobre três eixos: o Estado, a Igreja e o capital. O Estado é encarregado da administração, mantenedor da ordem, dos serviços públicos. Para além da sua função evangelizadora, a Igreja é um lugar “de civilização”, concebida para fornecer a saúde e a aprendizagem de certas atividades econômicas às populações locais (MALU-MALU, 2014, p. 98).

Para educar a juventude, a administração colonial tinha confiado o ensino aos missionários católicos que recebiam subsídios. O nível de formação não excedia as escolas primárias, artesanais e médias (escriturários auxiliares, professores do primário, enfermeiros etc.). À parte, os Pequenos Seminários e os Grandes Seminários destinam-se à formação dos sacerdotes, já que antes de 1955 não existiam escolas secundárias que poderiam dar acesso aos estudos universitários. As poucas que havia eram organizadas e destinadas exclusivamente aos nativos e, por conseguinte, de nível muito baixo. E, no entanto, nos colégios e liceus reais o programa metropolitano (belga) era unicamente para os brancos. Em 1954, foi criada a Universidade Lovanium católica, em Léopoldville (Kinshasa) e, em 1955, a universidade oficial em Élisabethville (Lubumbashi). Por último, foi criado, nas escolas secundárias, o programa metropolitano (colégios e liceus reais ditos interraças), mas nenhum branco o frequentou. Assim, é sem quadros universitários que o Congo ficará independente. O capital é essencialmente de origem belga em toda a economia.

Para assegurar uma administração de proximidade, um ministro das Colônias é instituído, enquanto um governador geral é instalado no Congo, em Boma. A nova administração colonial fez tudo para apagar rapidamente os vestígios dos prejuízos da famosa e tristemente aplicada política pelo Rei Léopold II no

Congo da sua época. Com efeito, todas as escolas primárias, artesanais e médias que foram organizadas pelos missionários para nativos do Congo ensinavam aos jovens apenas os elogios da política “de civilização” de Léopold II no Congo. A situação da população melhora gradualmente: uma rede de estabelecimentos sanitários permite fazer recuar as doenças e a desnutrição, o país é explorado, principalmente com a descoberta dos formidáveis recursos minerais do Katanga. O trabalho forçado, notadamente nas minas, persiste, contudo, sob diversas formas até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Os congolese que trabalhavam nas missões (que, no Congo, estabelecem escolas e capelas pelo país), eram incorporados ao exército do Congo (a Força Pública) ou trabalhavam em casas de brancos e adotavam um comportamento similar ao dos belgas (VAN REYBROUCK, 2012). Trabalhando nas minas, nos estaleiros, em ferrovias ou nas plantações, descobrem o salário, enquanto a economia doméstica principalmente era fundada sobre a troca. O controle da população se estrutura, tendo notadamente recursos étnicos e métodos de Apartheid. Os brancos não vivem nos mesmos bairros que os pretos. Do mesmo modo, os pretos não têm o direito de frequentar os bairros brancos que, no entanto, eram construídos pelas mãos dos congolese com trabalho forçado. O congolês não pode também entrar na polícia ou ser professor. Europeus e africanos encontravam-se lado a lado nas fábricas, nas lojas, nos cafés, nos serviços de transportes, mas as cidades ficavam compartimentadas em duas humanidades, brancas e pretas, que se misturavam extremamente pouco (PRÉVO, 1961).

Durante esse período doloroso, a anexação do Congo à Bélgica não muda a política da predação belga. O Parlamento belga retoma a tutela sobre o território e prosseguirá a obra de espoliação começada pelo Rei Léopold II. Com efeito, no setor de mineração, por exemplo, as concessões foram atribuídas na esperança que as companhias valorizariam o país, mas o exploraram, espremendo como uma laranja da qual vai-se cedo rejeitar a casca vazia. O solo e subsolo congolese, a fauna e a flora do Congo foram pilhadas sistematicamente pelos colonizadores. “A Bélgica sugou o Congo até à medula espinhal” (UBOLE e YUMBI, 2017, pp. 126-127).

Na hora do desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, a Força Pública participou da campanha vitoriosa contra a África oriental alemã. Com efeito, “o Congo Belga efetuou uma campanha militar contra as colônias alemãs em Camarões, em apoio às tropas francesas, na África oriental alemã (Ruanda-Urundi), campanha que foi cheia de pleno sucesso, notadamente por uma incontestável vitória em Tabora, em 19 de setembro de 1916” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 125). Isso vai permitir à Bélgica recuperar o protetorado sobre o Ruanda-Urundi. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Força pública obteve diversas vitórias sobre as tropas italianas na África do Norte. O Congo Belga fornece também o minério de urânio extraído da mina de Shinkolobwe e empregado nas bombas nucleares de Hiroshima e de Nagasaki. Antes da independência, o país conta 14.000 km de vias férreas e uma centena de centrais elétricas. É o terceiro produtor mundial de cobre e o primeiro produtor de diamante, mas com uma população autóctone socialmente pobre que manifesta cada vez mais a sua sede de liberdade e de independência (VAN REYBROUCK, 2012). O Rei Léopold II e a Bélgica atrasada chegaram a fazer do Congo o seu patrimônio privado também graças ao *lobby* feito pelo rei no Parlamento belga e parte da imprensa do país.

1.4. Do EIC ao Congo belga: Papel e estatuto trans-histórico da imprensa

Da Associação Internacional Africana (AIC) à criação do Estado Independente do Congo (EIC), que se tornará mais tarde colônia belga, não se fez nada nessa história sem a imprensa. A imprensa é consubstancial à história do Congo. Como afirma Ekambo, a imprensa é “a matriz do Estado” (2013, p. 11). Ao longo de toda essa parte da história da RD do Congo, a imprensa, pelas suas ações sucessivas, exerceu um papel determinante que, além disso, revela uma imprensa de características complexas. É necessário analisar esse papel da imprensa para descobrir, por um lado, o seu verdadeiro *status*, e de outro, como a imprensa orientou a história da RD do Congo, como o seu conteúdo determinou a opinião pública tanto nacional como internacional e como, nos anos antes da independência do Congo, a literatura jornalística suscitou junto aos atores políticos e sociais a

criatividade, os sentidos de iniciativa e o compromisso com um Congo livre (EKAMBO, 2013).

1.4.1. Uma imprensa de propaganda colonial

A imprensa sobre o Congo encontra-se tanto na Bélgica (o *Mouvement Géographique*, fundado em 1884) como no Congo (*L'Étoile du Congo* ou A Estrela do Congo, criada em 1911). A colônia atribuía uma importância fundamental à sua imagem e à da Bélgica no estrangeiro. O Serviço da Informação e das Relações Públicas para o Congo e o Ruanda-Urundi organizavam as despesas da colônia, das viagens e das estadas de jornalistas recomendados pelas embaixadas e pelos consulados belgas no estrangeiro. Em troca, reportagens favoráveis à obra da Bélgica eram escritas em grandes jornais e agências de notícias estrangeiros. Essa política valia também para os jornalistas belgas. Essa imprensa colonial de propaganda é obra de homens e de mulheres que, deixando para trás uma Europa destruída por cinco anos de guerra, tivessem liberado o passado para lançarem-se em uma vida nova.

Esses homens e essas mulheres eram empresários e não funcionários da colônia. Contudo, essa imprensa é imagem da política colonial. A partir disso, “nasceu a vontade de alguns de responder às necessidades de informação ou defesa dos grupos europeus e não por razões de política nativa” (VAN BOL, 1959, p. 84).

O jornalismo sobre o Congo começa com “as reportagens do jornalista Henry Morton Stanley (1841-1896), vindo ao Congo para realizar ao mesmo tempo uma reportagem e uma pesquisa sobre o misterioso desaparecimento de David Livingstone” (EKAMBO, 2013, p. 13), um missionário inglês que se perdeu e foi considerado morto. O jornalista acabou encontrando Livingstone. Essa imprensa sobre o Congo, pouco antes e após a conferência de Berlim, pode ser qualificada, com razão, de imprensa de propaganda colonial, entregando notícias de viagem ou apoiando as atividades das empresas comerciais belgas no Congo. Seu objetivo é atrair a atenção do público belga para a ideia colonial (que não interessava aos belgas, que consideravam uma colônia um peso, algo caro), o interesse sobre as investigações, as descobertas e as experiências distantes da Associação Africana

(1876), da Associação Internacional do Congo (1882) e do Estado Independente do Congo (1886). É especialmente o caso do *Movimento Geográfico*, criado em 1884, do semanário do editor-chefe René Vauthier, *A Bélgica Colonial*, lançado em 10 de novembro de 1895; e *A Tribuna Congoleza*, criada em março de 1902.

Essa imprensa belga de propaganda colonial era com frequência mais exaltada do que propriamente realista. *O Congo Belga*, por exemplo, é um órgão criado em fevereiro de 1896 com a (segunda) intenção de uma anexação do Congo pela Bélgica como Estado. Se esse objetivo fosse na ordem do possível, as motivações não o eram suficientes. Com efeito, essa publicação justificava esse motivo condutor apoiando-se sobre uma afirmação explícita de Léopold II, segundo a qual o objetivo do rei não era a criação de uma colônia belga, mas “ter uma colônia para a Bélgica era uma motivação principal de Léopold II” (EKAMBO, 2013, p. 68). Essa imprensa dizia absolutamente nada sobre a brutalidade e as atrocidades cometidas pelo regime de Léopold II sobre a população congoleza. O silêncio imposto pelo regulamento de pessoal do EIC sobre os seus 175 agentes territoriais permite preservar com cuidado a imagem de monarca filantropo que estava ligada a esse rei criminoso.

Seja como for, sobre o plano midiático, o *Movimento Geográfico* tinha criado um formato exemplar para o jornalismo de propaganda colonial. Ainda que mais tarde se vá tornar um jornal ligeiramente crítico em relação ao Rei Léopold II, os seus artigos mostram por testemunhos concretos como os benefícios da civilização operam a sua mutação junto às populações autóctones, “incultas” e “atrasadas” (*O Movimento Geográfico*, v. II, fasc. 1, 1893) (EKAMBO, 2013, p. 49). Esse formato midiático do *Movimento Geográfico* terminou por ser exportado ao Congo e adotado por quase toda a imprensa de propaganda colonial. Esse formato fica ativo até o período antes da independência, sobretudo nos domínios escrito e o do cinema documental (EKAMBO, 2013, p. XX).

Mas após a Conferência de Berlim, o rei encontrou muita dificuldade para desenvolver a colônia a ponto de ter lucro com ela. O rei Léopold II vai então adotar métodos criminosos de exploração de terras congolezas que ele chama de “terras vagas” (EKAMBO, 2013, p. 43), ou seja, todas as terras sem dono passam a

pertencer ao rei. Essa situação não passa despercebida na imprensa belga e internacional.

1.4.2. Uma imprensa contra Léopold II?

A boa reputação do rei termina por evaporar-se na Bélgica. Com efeito, a oposição política começa a ler os relatórios negativos que procedem do Congo, sobretudo os redigidos e divulgados pelos missionários protestantes. Os políticos autorizam-se, uns aos outros, a falar da tribuna do Parlamento. A imprensa, por sua vez, dedica-se doravante a retransmitir a oposição socialista. Os políticos vão até considerar a população como testemunha da mentira do rei: “enganou-se o país e o país o sabe” (EKAMBO, 2013, p. 71). As publicações belgas de todas as tendências políticas começam a tomar alguma distância do rei, incluindo o jornal católico *Le Patriote*⁶, ligado ao partido católico frequentemente alinhado às teses emitidas pelo Palácio Real. A emoção torna-se cada vez maior ainda na imprensa quando ela descobrir, por exemplo, que o tenente Léon Fievez, sucessor de Charles Lemaine na província do Equador, é solto em novembro de 1899 pelo órgão jurisdicional da capital do Congo (Boma), onde tinha sido condenado por violência contra as populações Bangala. No entanto, era dito desse agente territorial que um dia contou como proeza pessoal mais de 1.300 mãos cortadas dos aldeões que cercam o lago Tumba (EKAMBO, 2013, p. 71-72).

As críticas na imprensa e a esfera política belgas não podiam ser comparadas às publicadas nos outros jornais da Europa e da América, que foram envolvidas de maneira ostensiva na política do Congo. Os órgãos de imprensa europeus e americanos põem-se a recolher dados mais abundantes e mais precisos. Os jornais Times da Inglaterra e Kölnische Zeitung da Alemanha rivalizam, em termos de curiosidade, sobre tudo o que se passa no Congo (EKAMBO, 2013, p. XX).

Para lutar resolutamente contra a tendência negativa que se insinuava bastante maliciosamente na opinião pública, os assessores do monarca tinham feito

⁶ *Le Patriote*, criado em 1884 pelos irmãos Victor e Louis Jourdain, é o antepassado do atual diário belga *La Libre Belgique*. Seu patriotismo levou-o a ficar na clandestinidade durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

uma gestão da imprensa, que pode ser resumida na seguinte recomendação dirigida por carta ao rei em julho de 1892, pelo diplomata Edmond Van Eetvelde (1852-1925), secretário de Estado do Interior do EIC: será necessário unir-se a alguns órgãos da imprensa, por exemplo, *A Estrela (L'Etoile)* e *A Tarde (Le Soir)*, através de um subsídio. Seria necessária uma campanha a partir de setembro para veicular propaganda na imprensa; nunca teremos uma concordância absoluta por parte dos jornalistas se não os pagarmos (EKAMBO, 2013, p. 72).

Não era mais suficiente, por conseguinte, defender-se; importava passar doravante à ofensiva. Edmond Van Eetvelde vai fazer isso abertamente ao organizar uma retumbante coletiva de imprensa em 5 de agosto de 1892 (EKAMBO, 2013, p. XX). Essa imprensa será utilizada quando o rei for acusado “de despovoamento” do Congo (por causa da matança da população), iniciando mesmo um boletim mensal de propriedade do Estado, a Verdade sobre o Congo.

Finalmente, essa operação de propaganda, conjugada ao *marketing* político e ao *lobby* pode ter êxito para o rei Léopold II. Assim por exemplo, em 1897, é montada uma exposição em Bruxelas onde foram mostrados negros em pessoa. A descrição dos seus comportamentos diários deixava ver e entender que vinham deixar o seu estado “de selvagens” para ascender ao de homens “civilizados”. Jornais e jornalistas preparados para este fim de apologia então elogiaram os méritos da obra “civilizadora” de Léopold II. A imprensa comprada pelo rei faz esses elogios em relação à sua atividade civilizadora. Não diz palavra sobre o desastre que aconteceu ao grupo exposto, cuja expatriação para a Europa foi assim perturbadora para os congolezes, que souberam depois que sete entre aqueles expostos faleceram. Trata-se “de mulheres: Sambo, Mpemba e Ngemba, e homens: Ekia, Zwao, Kitukwa e Mibange. Os seus corpos foram enterrados sem a presença da imprensa num cemitério de Tervueren” (EKAMBO, 2013, p. 73).

Este duplo contexto de suspeita tanto por parte do público interno como do externo fez com que, durante mais de uma década, ainda não havia ideia de criar no Congo jornais para os leitores europeus do Congo. Em todo caso, enquanto o Palácio Real podia conter o entusiasmo da imprensa belga assegurando-se que não houvesse defesa de uma imprensa local congoleza, nem pelos europeus expatriados nem para os nativos da colônia que, pouco alfabetizados, então eram considerados

como ainda não “evoluídos”. E, para os jornalistas mais críticos, o Secretário de Estado do Interior Van Eetveld estava sempre lá para realizar tarefas “de faz tudo” (EKAMBO, 2013, p. 73), assim como afirmava ele mesmo numa carta de demissão recusada pelo rei. Mas essa situação não podia mais durar muito tempo. A imprensa do Congo acaba por desenvolver-se, mas com características às vezes insólitas.

1.4.3. Uma imprensa ópio dos colonizados

As duas primeiras publicações criadas no território do Estado Independente do Congo de Léopold II são obra de missionários protestantes suecos, em 1881. Trata-se de *Sekukianga*, em 1891, em Ngombe-Lutetete, e *Misamu mia Yenge*, em 1893, em Matadi-Londe. Os sacerdotes jesuítas vão seguir-lhes, em 1901, com Ntetembo Eto. Todas as publicações, quer sejam protestantes ou católicas, esforçam-se por espalhar a impressão segundo a qual, uma vez convertidos, os cristãos pretos juntam-se aos cristãos brancos em uma só e mesma família. Seja como for, a maneira de fazer “esta imprensa missionária fica muito paternalista, tanto mais que a hierarquia era de rigor em todas as igrejas, católica ou protestante, cujos líderes, muito naturalmente os missionários estrangeiros, tinham conforto de vida idêntico ao dos outros expatriados europeus ou americanos” (EKAMBO, 2013, p. 61).

A primeira abordagem da imprensa missionária é de ordem simbólica, se não ideológica. É suficiente ver títulos evocativos dessas publicações para dar-se conta. *Sekukianga* evoca o sol que se levanta, a esperança, o renascimento. E, de fato, a conversão à religião cristã era apresentada às autóctones como uma real liberação, uma verdadeira saída das trevas. Em outros termos, o Cristo, assim como os que pregam a sua palavra e a encarnam na sua vida, são portadores de luz. Quanto ao título, *Misamu mia Yenge* significa: mensagem da paz. É como para inculcar na mente de populações convertidas ao cristianismo a ideia segundo a qual a nova religião não se impõe pela força, ocorre em uma perspectiva normal da evolução dos povos autóctones. Mas também ao mesmo tempo adormece o povo convidando-o à paz, uma paz que esquece e perdoa as atrocidades cometidas por Léopold II.

O título da publicação católica, *Ntetembo Eto (A Nossa Estrela)* fica na mesma perspectiva. O cristianismo é uma estrela que ilumina e que se manifesta como guia espiritual e moral, tanto no nível da vida individual como no da vida coletiva. Em seguida, essas publicações atribuem um largo lugar aos nativos que evoluem e, portanto, são considerados modelos: catequistas, professores, enfermeiros são mostrados como exemplo com o objetivo de estimular os seus compatriotas a seguir seu caminho. A ascensão social equivale então ao abandono dos modelos antigos, apresentados como obsoletos e como opostos à prática cristã: medicina tradicional, certos jogos de sociedade ditos pagãos, rituais ancestrais, etc. Nessa perspectiva, os jornais destinados aos africanos eram chamados a apagar o tenebroso passado e assim contribuir para a implementação da nova ordem geral “de uma sociedade moderna”, perfeitamente compartilhada entre cristãos colonizadores e cristãos colonizados (EKAMBO, 2013, p. XX).

Finalmente, esta imprensa “para antigos alunos das missões”, tanto católicas como protestantes, funcionou sobretudo como produto de higiene mental, ou como uma técnica de condicionamento psicológico e político ou ainda como lavagem cerebral, ou, ainda melhor, como ópio dos colonizados. Notar-se-á, por exemplo, que a prova do veneno, administrada pelo autóctone às pessoas tidas como bruxas, tivesse sido proibida em EIC em 1889 principalmente sob a insistência dos missionários protestantes em serviço no Baixo Congo (EKAMBO, 2013). E, de certa maneira, a autoridade do Estado colonial tinha necessidade dessa “imprensa de fé” para ter o autóctone afastado dos assuntos “quentes” de políticas essenciais e assim vaciná-lo contra “a febre social” e o espírito reivindicativo que reinavam na imprensa belga (EKAMBO, 2013, p. 57).

Certamente, no Congo as publicações missionárias exerciam um papel de válvula de escape do qual os antigos alunos das missões, público alvo dessa imprensa ópio, não podiam suspeitar. Mas essa imprensa ópio produzida pelos missionários no Congo não era suficiente para salvar os belgas expatriados na colônia dos efeitos do fogo que soprava da imprensa socialista na Bélgica. O perigo para o sistema colonial podia, por conseguinte, vir desse espaço social insuficientemente controlado pelas autoridades do EIC (EKAMBO, 2013).

Sublinhamos, além disso, que nessa imprensa missionária, a publicação *The Kasai Herald* do pastor William Sheppard é uma exceção. Com efeito, publicada em Luedo desde 1901 pela Igreja Presbiteriana Americana, milita para a promoção dos habitantes do continente africano, decalcada do modelo de emancipação do homem preto nos Estados Unidos.

Essa imprensa não era, por conseguinte, um auxiliar do colonizador. Escrito em inglês, *The Kasai Herald* visava não tanto atingir um público leitor indígena, mas antes informar os leitores americanos e europeus, aos quais entendia poder mostrar o verdadeiro rosto da sociedade congoleza, nas suas diferentes manifestações culturais, rituais e artísticas, bem como a originalidade do seu gênio criador (EKAMBO, 2013, p. 66).

1.4.4. A imprensa como instrumento do sistema

A imprensa no Congo desenvolveu-se mais em Katanga com o primeiro semanário congolês, *A Estrela do Congo*, criado em 3 de maio de 1911, seguido mais tarde pelo *Echo du Katanga*, criado em 1918 pela sociedade geral do Sul-Katanga, e *Etoile-Nyota*, lançado em 1946. Com efeito, o público alvo dessa imprensa era a comunidade branca ou ainda uma população europeia internacional, que vivia em Katanga. A publicação tinha-se tornado uma real oportunidade de retransmissão entre indivíduos e grupos sociais geograficamente distantes. Nessa rica província, certos jornais, além da versão francês, tinham uma versão em inglês, preservando o multilinguismo (EKAMBO, 2013, p. XX). A imprensa era um verdadeiro instrumento do sistema katanguês, um sistema feito da proeminência dos interesses privados sobre os da administração do Estado. A imprensa, em especial *A Estrela do Congo*, beneficiava-se muito naturalmente do apoio da indústria mineradora em formação, e os mineiros encontravam na imprensa uma espécie de expressão cultural da sua atividade. A importância que teve a imprensa no Congo belga é vinculada obviamente ao fato que o Congo se tornava, ao longo dos anos, uma espécie de colônia de povoamento. Os belgas estabelecidos no Congo se fixaram no território, até com certa autonomia, no que diz respeito à metrópole. É nesse contexto de negócio e de política que a imprensa colonial

construiu a sua saúde econômica, a sua independência e a sua autonomia. Essa imprensa tinha uma impressão ou tipografia, *Les Presses de l'Imprimerie du Congo*, que fazia dela uma verdadeira editora.

Em Léopoldville aparece também o primeiro semanário: *L'Avenir Colonial Belge*, lançado em 4 de julho de 1920 por Brenez (1887-1961) e que se tornará mais tarde *L'Avenir*. “Ligado muito à potente *holding* Sociedade Geral da Bélgica, esse jornal anticlericalista abrirá as suas colunas às assinaturas de uma redação unicamente congoleza” (EKAMBO, 2013, p. 103). Assim, a partir de 5 de janeiro de 1956, foi lançado um suplemento semanal chamado *Actualités Africaines* (*Atualidades Africanas*), redigido por jornalistas congolezes. *Actualités Africaines* vai fixar-se formalmente como jornal para “evoluídos congolezes”. Pode assim ter a felicidade de encontrar as expectativas e as esperanças da nascente elite nacional, abordando de frente as questões do momento, que eram eminentemente os debates políticos e de sociedade.

Nessa perspectiva, em 11 de outubro de 1958, uma análise política é redigida nesse jornal por um dos seus editorialistas, Joseph-Désiré Mobutu⁷, sob um título bastante evocativo: “Pequeno ensaio geográfico das influências em Léopoldville”. Mobutu queria revelar aos congolezes a existência de líderes nativos que se distinguiam na capital, cuja autoridade, além disso, era bem reconhecida nas suas províncias de origem: Arthur Pinzi, Joseph Iléo, Patrice Lumumba, etc.

Apesar do ensino elementar dado pela colonização, a maioria da população congoleza permaneceu analfabeta. Em consequência, a publicação e o consumo dos jornais eram um negócio dos *mindele* (os brancos) (MUBANGI BET'UKANY, 2007, p. 51-62). Só a imprensa “missionária”, publicada em línguas africanas, como destacado mais acima, era destinada inteiramente à população local. Como nota Charles François (antigo colaborador de *La Presse Africaine*, um semanário que parece com o Kivu (RDC) nos anos 50), para os colonizadores belgas, o congolês era objeto do que o ex-presidente americano Richard Nixon chamava *benevolent*

⁷ Enquanto ainda era sargento-chefe da Força Pública e, portanto, proibido de inserir artigos na imprensa sem autorização de sua hierarquia militar, Joseph Désiré Mobutu publicou artigos em *L'Avenir* sob o pseudônimo De Banzy. No final do serviço militar, no final de 1956, tornou-se jornalista repórter e colunista político do diário e, em 1958, chefe de redação de *Les Actualités Africaines* (EKAMBO, 2013, p. 103).

neglect. Supunham-nos razoavelmente contentes do nosso destino que, certamente, melhorava gradualmente no plano material. Ademais, coloniais, o belga e estrangeiro ocupavam-se dos seus negócios administrativos, industriais ou comerciais e, como novos romanos, imaginavam dispôr de cinco séculos para transmitir os segredos e benefícios “da verdadeira civilização” aos novos “gauleses”. (...) Durante este tempo, formava-se rapidamente uma nova classe congoleza. Como qualquer geração de jovens, entregues à negligência de pais muito ocupados e distraídos, estavam limitados a educarem-se. A imprensa, em especial, “ignorou-os até aos primeiros estrondos da explosão anticolonial” (CHARLES FRANÇOIS, 1995, p. 2).

Após a Segunda Guerra Mundial, as coisas vão mudar. Assiste-se ao nascimento de jornais possuídos e escritos por congolezes. “O congolês toma consciência da importância para a sobrevivência do Reino da Bélgica, sentindo-se, no entanto, insuficientemente recompensado” (EKAMBO, 2013, p. 179). A guerra gerou uma tomada de consciência sobre certas ideias como: identidade, território, luta, soberania, liberdade. Esse contexto da guerra empurrará as autoridades políticas coloniais a legislar sobre a imprensa.

1.4.5. Da censura à imprensa no Congo à radicalização da imprensa

O decreto de 6 de agosto de 1922 do governador geral do Congo, editado em conformidade com a disposição da lei de 5 de março de 1922, relativo à imprensa, limita fortemente a liberdade de expressão e faz do Congo um gueto no plano da informação. Temendo que a imprensa estrangeira incite as populações congolezas a rebelar-se contra o sistema colonial, as autoridades coloniais belgas vão submeter a sua introdução no país a uma legislação vinculativa (MUBANGI BET’UKANY, 2007, p. 51-62). O artigo 2 dessa disposição da lei institui formalmente um regime de autorização prévia, que institui uma censura: “A publicação no Congo belga de qualquer jornal ou escrito periódico não poderá ter lugar sem autorização prévia do Governador geral”. E de acordo com esse mesmo artigo essa autorização prévia atribuída pelos poderes públicos não é perene; fica sempre revogável. Entra-se, por conseguinte, num regime de precariedade. “Por

analogia, este regime aparenta-se em direito do trabalho a um contrato de duração determinada, um contrato temporário” (EKAMBO, 2013, p. 112).

Esse controle da imprensa pelos poderes públicos não é novo. A Carta colonial, que fazia o papel de lei orgânica do país, já tinha aprisionado a imprensa. No seu artigo 2, parágrafo 2, a Carta colonial dispunha o seguinte: “nenhuma medida pode ser tomada em matéria de imprensa senão em conformidade com as leis e decretos que a governam”. O Artigo 1 dessa mesma lei dispunha estes termos: “a introdução e a circulação no Congo belga dos jornais ou escritos periódicos publicados fora da colônia, em qualquer língua que seja, poderão ser proibidas por prescrição do Governador geral”. O artigo 4 do decreto de 1922 vai mais longe prevendo medidas coercivas: “serão punidas das mesmas penalidades a introdução, a colocação em venda, a distribuição ou a exposição de escritos, de desenhos, de gravuras, de pinturas, de emblemas ou de imagens suscetíveis de infração ao respeito devido à autoridade belga”⁸.

Como se podia bem esperar, esse quadro legislativo ditatorial e vinculativo vai deteriorando as relações entre o congolês e as autoridades políticas coloniais. Os editores congolezes e os jornais possuídos por eles rejeitam essas medidas ditatoriais dos colonizadores que, na verdade, protegem os interesses belgas contra a liberdade da imprensa e os interesses congolezes. A imprensa dos congolezes radicaliza-se e torna-se um verdadeiro instrumento de reivindicações das populações nativas, de tomada de consciência do fato colonial, mas também da tomada de consciência da necessidade e da urgência de luta para conquistar a independência total do Congo. Esse degrau para a independência e sua gestão, bem como o papel exercido pela imprensa congoleza serão o objeto do nosso segundo capítulo.

⁸ Billetín Oficial du Congo Belge (1922), n° 8, p.788-790.

2. Conquista da independência e dificuldades da sua gestão: papel e *status* da imprensa

O assunto deste capítulo é a apresentação da caminhada empreendida pelo congolês para conquistar a sua liberdade e a sua independência. Com efeito, a independência do Congo não foi um presente do poder colonial ou do rei dos belgas. O congolês lutou heroicamente para conquistar o seu direito fundamental, legítimo e natural. E, por conseguinte, foi pela luta ardente e idealista do congolês que a independência do Congo foi conquistada. Essa independência lançou as bases de um Estado verdadeiramente soberano, justo e independente que porá fim ao regime bárbaro e à escravidão imposta ao congolês pela força. A imprensa contribuiu igualmente para a fecundação e a consolidação verdadeira de um sentimento nacionalista e patriótico. É preciso, então, reconstituir a caminhada histórica dessa luta congoleza para a liberdade de maneira a igualmente descobrir aí o papel desempenhado pela imprensa. Não há história congoleza sem a imprensa. A imprensa é consubstancial à história da República Democrática do Congo.

2.1. A conquista da liberdade e a independência (1956-1960)

O congolês exprime claramente a sede de liberdade e de independência após a Segunda Guerra Mundial. O Congo belga é sacudido pela cólera popular. Fortemente constrangidas, pressionadas ao trabalho forçado, mal pagas, oprimidas e exploradas, “as populações colonizadas manifestam, doravante, publicamente a sua hostilidade em relação ao colonizador” (MALU-MALU, 2014, p. 116). A melhoria lenta, mas contínua, do nível de vida não mais parece justificar as virtudes da colonização belga. Na colônia desenvolvem-se reivindicações vindas das religiões, das tribos e dos intelectuais. Por volta de 1920, Simon Kimbangu prega uma forma original do cristianismo (kimbanguista), coloca o tema da independência no meio de cantos religiosos e chega até a exigir que o colonizador belga deixe o solo congolês. Kimbangu chega até mesmo a pedir ao congolês que não mais pague impostos. Foi a gota d’água que fez o copo transbordar. “As autoridades belgas, julgando o seu ensino subversivo, condenam-no à morte e, depois, à prisão perpétua” (MALU-MALU, 2014, p. 116-117).

Entretanto, a tomada de consciência política do congolês manifesta-se tardiamente. Em 1956, são publicados três manifestos: Consciência Africana, a Declaração do Episcopado do Congo Belga e o Contra Manifesto. No primeiro texto, os signatários, especialmente Joseph Malula (futuro cardeal de Kinshasa), Joseph Iléo e outros alunos dos sacerdotes da Congregação de Scheut reivindicam “a emancipação política completa num prazo de trinta anos” (NDAYWEL e NZIEM, 1998, p. 515). Embora a palavra independência não seja mais pronunciada no texto do Manifesto de Consciência Africana, a ideia atravessa esse documento de ponta a ponta (EKAMBO, 2013, p. 207). No segundo texto, a Igreja afasta-se do Estado colonial insistindo no fato que o congolês “tem o direito de colaborar ativamente na promoção do bem comum e de tomar parte na condução dos negócios públicos” (NDAYWEL e NZIEM, 1998, p. 518). A declaração dos prelados católicos não era menos que um punhal nas costas dos colonizadores, um verdadeiro “descompromisso da Igreja Católica com o colonialismo” (BRASSINE, 1991, p. 16).

O Contra Manifesto redigido pelo Abako, grupo liderado por Joseph Kasavubu, em contrapartida, é ainda mais radical, exigindo a emancipação imediata. Em 1957, a Bélgica aceita a organização de eleições locais. O congolês vota pela primeira vez. A anulação de uma reunião do Abako provoca, em 4 de janeiro de 1959, motins em Léopoldville que a repressão militar afoga com sangue (centena de mortos, todos congolese) (NDAYWEL e NZIEM, 1998, p. 537). Pela primeira vez, de fato, a potência colonial é posta à dura prova pelos congolese que aspiram à independência. Foram necessários seis dias ao Exército para retomar o controle da situação e restabelecer a ordem.

Submetido às pressões da classe política, o governo belga concorda com uma reunião chamada “mesa redonda” (MALU-MALU, 2014, p. 124). Assim, no início de 1960, durante a referida mesa redonda reunida em Bruxelas, os congolese que lutavam pela independência e os delegados do Parlamento e do governo belgas fixaram a independência do Congo em 30 de junho do mesmo ano. A Bélgica precipita o acontecimento porque teme uma rebelião do Congo (os argelinos lutam, então, pela sua independência) e um isolamento internacional em um contexto em que as grandes potências (Reino Unido e França, principalmente)

separam-se uma a uma das suas colônias na África Negra. Por último, a metrópole sabe que manterá o controle sobre a sua ex-colônia: na medida em que as grandes empresas e os oficiais do exército congolezes continuarem belgas e enquanto os futuros dirigentes solicitarem a ajuda de conselheiros belgas.

A Bélgica organiza eleições legislativas para eleger os membros do Parlamento pelo qual ela assinaria e entregaria os documentos significando a independência da República Democrática do Congo. Patrice Lumumba desempenhou um papel crucial, pondo em relevo uma visão nacional do Congo e não federal, como queriam os belgas e congolezes oportunistas. O Movimento Nacional Congolês (MNC) de Lumumba e os seus aliados ganham as eleições nacionais com 65 % das cadeiras do Parlamento. O Estado independente será sob regime parlamentar, o Primeiro Ministro sendo o chefe do governo, e o presidente tendo apenas um papel simbólico. Por ocasião da nomeação do presidente, Lumumba convence os seus amigos e aliados a oferecer a presidência a seu adversário Joseph Kasavubu, do Abako, já que considera que a vitória contra os colonizadores é em primeiro lugar a de todos os congolezes. Far-se-á então uma transferência pacífica dos poderes entre colonizadores e colonizados na sua roupagem de homem livre.

2.1.1. Sob o signo do paternalismo: as políticas educacionais no Congo belga (1908-1960)

A transferência dos poderes que se faz nesse período entre colonizadores e colonizados é uma transferência, de fato, entre os letrados e os iletrados. Os líderes da luta pela independência, Patrice Lumumba, Joseph Kasavubu, Moïse Tshombe, etc., a quem a gestão do país será confiada, não têm nível universitário. Esses corajosos filhos do país, na sua maior parte, são heróis autodidatas que fazem parte da classe dos “evoluídos” (dos congolezes instruídos, pagos, ou dos cidadãos, cujo estilo de vida assemelha-se ao de um europeu) que surgem por volta do fim da Segunda Guerra Mundial. Uma emancipação da população, particularmente pelo acesso aos estudos de nível superior, somente é reconhecida à aurora da independência em 1960. Nessa data, não havia nenhum médico ou jurista congolês, nenhum quadro de nível superior.

A ausência de formação da elite congoleza foi causada pela política paternalista belga e pela imposição apenas do ensino elementar ao Congo pelos mesmos belgas (DEPAEPE e VAN ROMPAEY, 1995). Com efeito, a política do ensino belga no Congo era centrada quase no ensino básico em massa, nas aldeias e nas cidades. Esse ensino básico devia ser adaptado ao estilo de vida dos congolezes e não podia partir de uma perspectiva europeia. A educação moral devia predominar sobre o conhecimento e a instrução. Sobre o método, o programa recomendava um ensino “intuitivo” e “ocasional”, que podia abordar todas as espécies de temas relevantes nas conversas em língua nativa, mas não havia ensino formal. Nos centros urbanos e missões de maior importância, era previsto um ensino médio acessível aos alunos motivados. Esse ensino médio servia de preparação aos estudos especializados de empregados de escritório, diretores de escola e artesãos.

Tal visão eurocentrista e racista, orientada e vazia de sentido, deixava pouco lugar à imaginação. Trata-se nem mais nem menos do que um paternalismo destrutivo do ser congolês, para quem tudo faltava, já que eram considerados incapazes de iniciativas e do poder de abstração, de acordo com os belgas (PRÉVOT, 1961). Pensamentos errôneos que exprimem, realmente, o medo dos belgas porque, de fato, uma iniciação ao modo do pensamento e à escala de valores ocidentais podia libertar um potencial revolucionário entre os autóctones. Chester Bowles, citado por Prévot (1961) segue no mesmo sentido quando nota que a fraqueza do programa belga parece ser sua aversão a permitir aos africanos que consigam uma educação avançada por temer que, a mesma técnica, não precisem mais de sua participação em grande parte da elaboração do seu futuro. Foi uma má política que acarretou consequências enormes na gestão pós-independência do país.

2.2. Independência e dificuldades da sua gestão (1960-1965)

Após quase 80 anos sob o jugo colonial belga, o Congo tornou-se independente em uma quinta-feira, em 30 de junho de 1960. Joseph Kasavubu assume a presidência da República do Congo enquanto Patrice Lumumba ocupa os postos de Primeiro Ministro e de ministro da Defesa. É necessário sublinhar,

contudo, que a independência do Congo está na cabeça do congolês. Todas as grandes potências, com os Estados Unidos e a Bélgica à frente, continuam a considerar o Congo como um patrimônio mundial, um bem sem dono. Para todas as potências político-militares-financeiras, o Congo permaneceria sempre o berço de aquisição gratuita e/ou a vil preço das matérias primas estratégicas. É assim que essas grandes potências fizeram tudo para impedir a realização do plano Lumumba e eliminá-lo fisicamente. De fato, na qualidade de Chefe de Governo, Patrice Emery Lumumba, no seu discurso do 30 de junho de 1960, declarava oficialmente:

Vamos mostrar ao mundo o que pode fazer o homem negro quando trabalha em liberdade, e vamos fazer do Congo o centro de irradiação da África toda [...]. Nós vamos velar para que as terras da nossa pátria sejam aproveitadas verdadeiramente por suas crianças. Vamos reexaminar todas as leis antigas e fazer leis novas que sejam justas e nobres (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 323).

Como podemos ver, doravante, todas as riquezas naturais abundantes no Congo devem beneficiar, primeiramente, as populações congoleesas, a fim de aumentar seu nível de vida e desenvolver rapidamente o novo Estado ainda embrionário.

Certamente, logo depois da declaração da Independência do Congo, os soldados da Força Pública, lar da segregação racial, amotinam-se após a provocação do seu comandante-chefe, o general belga Emile Janssens. Ele escreveu em um quadro negro em frente às suas tropas: “antes de independência = depois independência” (EKAMBO, 2013, p. 243). Os amotinados pilham as propriedades dos europeus, ameaçam oficiais e civis europeus. O governo belga envia soldados belgas para proteger seus cidadãos. “A revolta militar apaga-se após a destituição de Janssens por Lumumba e a promoção imediata de congoleeses a oficiais da Força Pública” (NDAYWEL e NZIEM, 1998, p. 515). O amigo de Lumumba, Joseph Mobutu, é nomeado chefe de Estado-maior com a patente de coronel.

Ao mesmo tempo, apenas 11 dias após a declaração da Independência do Congo, as grandes potências ocidentais criaram e apoiaram as divisões. Assim, em 11 de julho de 1960, Moise Tshombe, de origem lunda, declara a independência da rica província mineira do Katanga (que representa 70 % das divisas) com o nome de Estado do Katanga. A Bélgica parece apoiar os separatistas. Em 14 de julho, Kasavubu e Lumumba rompem a relação diplomática com a Bélgica, acusando-a

de intervir militarmente sem a permissão expressa do governo congolês. Por sua vez, em 8 de agosto de 1960, a província do Sul-Kasaï torna-se um país, com Albert Kalonji como chefe. Essas divisões foram planejadas, organizadas e apoiadas pelas potências ocidentais na intenção de privar o governo de Lumumba das receitas das riquezas mineiras (cobre, cobalto, diamantes etc.) dessas duas províncias.

Diante dessa situação difícil, o congolês não desanima. Lumumba dirige-se à ONU para ser ajudado a retomar o controle do Katanga. O secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, atende o pedido de Patrice Emery Lumumba. Envia muitos capacetes azuis, mas Dag Hammarskjöld não deu aos soldados ordem de atacar os separatistas do Katanga. Lumumba pede então a ajuda da URSS, que responde favoravelmente enviando-lhe principalmente técnicos, aviões e veículos militares (VILLAFANA, 2012). Para o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, é evidente que Lumumba é um comunista. Estava errado. Lumumba é um nacionalista. Mas o presidente americano dará mesmo assim a ordem à CIA de eliminar fisicamente Lumumba.

Ao mesmo tempo, em 5 de setembro de 1960, às 20:15, a rádio nacional congoleza interrompeu abruptamente as suas transmissões para divulgar uma mensagem especial do presidente da República. Kasavubu anunciou a destituição do Primeiro Ministro, Patrice Lumumba, o acusando de semear a desordem e a perturbação no país. Ele afirmou que havia supressão das liberdades fundamentais e acusou Lumumba de mergulhar o país na guerra civil, alusão feita aos acontecimentos que se produziram no Kasaï. Kasavubu anunciou também a destituição do governo, a designação de Joseph Iléo, até então presidente do Senado, como responsável pela formação de um novo governo, e tomou ele mesmo o comando militar.

Após essa mensagem que leu pessoalmente, cercado de Vital Moanda, vice-presidente do Abako, e de certos guarda-costas, a rádio retoma o curso normal das suas transmissões. Essa intervenção de Kasavubu, que a premeditava há mais de uma semana, é o ponto de partida de um longo período de hesitação por parte do presidente da República, mas também de uma série de confrontos abertos entre um Lumumba cada vez mais isolado no plano internacional e nas divisões de líderes congolese.

Mas, apoiado pelo Parlamento e pelo Conselho de Ministros que votam a seu favor uma moção de estabilização ou de continuidade, Lumumba, por sua vez, demite o presidente das suas funções usando as mesmas ondas da Rádio Nacional sob a acusação de “alta traição” do Presidente Kasavubu (LABA NZUZI, 2007, p. 43-45). Tudo leva a crer que esses conflitos fratricidas (entre Lumumba e Kasavubu) ilustram efetivamente a política de dividir para melhor reinar, enraizada na classe política congoleza da época, usada pelas grandes potências ocidentais. Os dois homens vão finalmente dirigir-se à ONU para pedir um voto de confiança.

Dividida entre Lumumba e Kasavubu, a ONU põe finalmente a confiança em Kasavubu. Este nomeia Joseph Mobutu primeiro-ministro e, em 10 de outubro de 1960, Lumumba é forçado a viver em prisão domiciliar em Kinshasa. Ele foge e tenta juntar os seus partidários em Stanleyville, mas os soldados de Mobutu prendem-no. Kasavubu e o seu novo primeiro-ministro o enviam de avião ao seu inimigo, Moise Tshombe, líder do Katanga independente. Patrice Lumumba é torturado de maneira selvagem e, por fim, assassinado com os seus companheiros Polo e Okito, em 17 de janeiro de 1961, em Elisabethville (Katanga) pela polícia belga e pela CIA americana (LUDO de WITTE, 2000, p. 253-258). Como se isso não fora suficiente, o corpo de Lumumba foi recortado em pedaços e dissolvido em ácido sulfúrico numa banheira e atirado nos esgotos. A nova República naufragou então em um caos político e econômico indescritível. Em 14 de janeiro de 1963, ajudado pelos soldados da ONUC (Organização das Nações Unidas ao Congo, nome da missão da ONU), o governo do primeiro-ministro Cyrille Adoula (sindicalista) chegou a pôr fim à independência do Katanga, já que a do Sul-Kasaï tinha sido extinta antes pelo Exército Nacional Congolês.

Mas para vingar o assassinato de Patrice Emery Lumumba, guiada pelos Nacionalistas Lumumbistas, a população sublevou-se em uma grande rebelião legítima contra o governo ilegal de Léopoldville imposto pelas grandes potências. Essa rebelião, que ocupava já $\frac{3}{4}$ do país, durará de 1963 até o fim de 1964. Com a ajuda do grupo de mercenários comandados pelo francês Bob Denard, recrutados pelo primeiro-ministro Moïse Tschombe, o governo da Salvação Pública, que ele dirigia, pôs fim à rebelião e reunificou o país. Em abril e maio de 1965, o povo congolês exigiu novas eleições gerais. O governo concorda com o pedido do povo.

Moïse Tschombe, antigo chefe do Katanga independente, então primeiro-ministro do governo da Salvação Pública de transição em Léopoldville, ganhou essas eleições e a maioria do Parlamento. Outra vez o país, completamente reunificado sob o governo Moïse Tschombe, foi dotado de novas instituições políticas democráticas. Mas em 24 de novembro de 1965, Mobutu dá um segundo golpe militar que recoloca o presidente Kasavubu.

Essa história de lutas e conquistas gloriosas e trágicas é narrada pela literatura jornalística, que foi testemunha ocular. Porém, a imprensa não acompanhou passivamente esses acontecimentos do Congo nesse período determinante e fundador da sua história. A imprensa teve um papel igualmente ativo e complexo.

2.3. Papel ou status da imprensa frente às turbulências políticas

À aurora da independência e durante a Primeira República (1960-1965), a imprensa escrita parecia ser independente e livre. Não cessava de criticar e de denunciar os abusos do poder e os descumprimentos dos eleitos pelo povo. A liberdade foi mais acentuada no fim da primeira legislatura, tendo como consequência um Estado muito enfraquecido na gestão das coisas públicas. Em outras palavras, a tensão política que sacudiu o país impediu as autoridades de se consagrarem realmente às suas funções. O país não era mais governado realmente. O papel desempenhado pela imprensa nessa aventura congoleza é múltiplo.

2.3.1. Uma imprensa militante

A colonização, com o seu cortejo de miséria, acabaria por tornar-se uma carga insuportável para o congolês. As vozes se elevam para reclamar seja a autonomia da colônia, seja a independência do Congo. Cada grupo social ou político, de acordo com a sua ideologia e programas sociais, utiliza a palavra que lhe convém, incluindo emancipação. Os acontecimentos vão precipitar-se com a proximidade do ano 1960. Os jornais editados por congolezes ficam cada vez mais militantes, verdadeiras armas políticas que disparam balas de canhão vermelhas

sobre a administração colonial belga. Essa imprensa congoleza nacionalista permanece determinada e unida frente à autoridade colonial.

Além disso, os jornais contribuem para a fecundação de uma verdadeira consciência nacional, retransmitindo as reivindicações do congolês, principalmente de ordem econômica e social, política e psicológica, provocando o poder colonial a cair do terreno da escrita para a arena política, já que o poder colonial evitava sistematicamente que uma confusão fosse criada entre a livre expressão autorizada e as reivindicações sindicais ou políticas (EKAMBO, 2013, p. 173). Mas “os evoluídos” congolezes, pela voz da imprensa, vão empurrar a autoridade colonial a tomar consciência das suas reivindicações que consideram legítimas, legais e naturais.

Assim, por exemplo, durante o mês de agosto de 1958, Roger Bolamba, diretor da *La Voix du Congolais (A Voz do Congolês)*, periódico “para o congolês e pelo congolês”, mas editado sob os auspícios da administração colonial, publica um editorial cujo título era claramente reivindicativo: “Descolonização”. O MNC (Movimento Nacional Congolês) de Patrice Lumumba, criado em 10 de outubro de 1958, publica, no número de 14 de outubro de 1958 do *Courier d’Afrique*, o objetivo claro do seu movimento: “pôr tudo em obra para liberar o Congo da influência do colonialismo imperialista, para obter, num prazo razoável e através de negociações pacíficas, a independência do país” (EKAMBO, 2013, p. 240).

Quatro dias mais tarde, o *Abako (Alliance do Bakongo)* de Joseph Kasavubu, faz uma declaração sobre a independência (interessado em, depois dela, buscar o federalismo:

“A independência total do território congolês é a única solução pacífica e capaz de harmonizar e estabilizar as relações que poderiam existir entre o Congo e a Bélgica. Por voz de consequência, o Abako quer e reclama o reconhecimento e a declaração da independência do Congo” (EKAMBO, 2013, p. 240-241).

A declaração foi feita através da agência oficial *Belga* em 18 de outubro de 1958, aproveitando o fato de que o governo belga, à época, era anticolonialista, com o primeiro-ministro tomando as decisões de governo.

Assim, os políticos congoleseles percebem que a imprensa era um presente inesperado e tinham interesse de explorá-la muito racionalmente para realizar os seus objetivos sociopolíticos. Patrice Lumumba é que compreendeu isso muito cedo. Ele se tornou correspondente de imprensa da *La Croix do Congo* publicado em Léopoldville, a capital. Escreveu também para os jornais *Afrique* e *Le Monde* editados em Bruxelas. Em 1955, Patrice Lumumba torna-se o editor responsável de *L'Écho Postal*, jornal trimestral do Sindicato dos Empregados dos Correios. Em 1959-1960, dota o seu partido político de três jornais de combate: *Indépendance* (Léopoldville), *Uhuru* (Stanleyville) e *Tabalayi* (Luluabourg), todos considerados como porta-vozes do partido. É frequentemente por estes jornais que o Partido de Lumumba se fará entender. Justin Bomboko (do *Abako*), por seu lado, criou *Mbandaka* em 1947; Joseph Iléo fundou o *Conscience africaine* em 1953. O coronel Marlière, da Força Pública, vai dar a Mobutu a redação do jornal do exército. Mais tarde, Joseph Mobutu vai dirigir o jornal *L'Avenir colonial belge*, que se tornará o *L'Avenir*, onde escreve nas páginas consagradas às atualidades africanas (MUTAMBA, 1993). Essa imprensa militante e nacionalista não é do gosto de todos, sobretudo não da autoridade colonial, já que incomoda a ordem estabelecida e prepara o terreno para um levante popular contra os que estavam no poder. A autoridade colonial fará, então, uma vigilância muito específica sobre a imprensa.

Recordem, além disso, que a imprensa congolese não foi sempre a base da unidade dos atores políticos congoleseles. Foi às vezes a causa principal das suas divisões e equívocos. É legítimo perguntar-se se esse papel desempenhado pela imprensa refletiu realmente a liberdade de expressão ou uma situação planejada, organizada pelo poder colonial na perspectiva de dividir para reinar melhor.

2.3.2. A imprensa que tem se tornado terreno para acertos de contas

Os conflitos nos partidos políticos congoleseles tornavam-se cada vez mais a sua “segunda natureza”. Os líderes políticos estavam frequentemente em desacordo uns com os outros, seja entre líderes do mesmo partido, seja de partidos diferentes. Esse combate político interno ao partido ou entre partidos rivais tinha como terreno a imprensa, que vai se tornar um verdadeiro ringue. A ilustração perfeita nos é dada

pelo caso de dissensões no partido MNC de Patrice Lumumba, logo após a independência. Este último sentiu-se pessoal e publicamente atacado quando Joseph Iléo enviou à imprensa o comunicado que tornava públicos conflitos e desacordos entre líderes do partido MNC, especialmente no que diz respeito à criação do jornal *Indépendance* como órgão de imprensa do partido. Lumumba não podia mais se conter. Fará também à imprensa a seguinte declaração: “Desmentimos formalmente o comunicado transmitido hoje à imprensa pelo Sr. Joseph Iléo, que assina como secretário-geral do MNC, função que não detém de modo algum”. Para Patrice Lumumba, o comunicado de Joseph Iléo tem mandantes.

E, paralelamente à reestruturação humana, como já disse anteriormente, é sobretudo a pergunta do jornal *Indépendance* que terá como resposta: “Temos que precisar que o jornal *Indépendance* que será editado em breve em Léo [Léopoldville] não tem nada em comum com o MNC”. De fato, após a reação de Patrice Lumumba, o novo secretário geral Joseph Iléo publica outro comunicado.

De acordo com os editores, o Comitê Central adotou como órgão oficial do MNC o jornal *Notre Opinion*, publicado até agora em Elisabethville. As posições tomadas pelo Sr. Lumumba após a visita do ministro aconteceram sem consulta prévia ao Comitê Central e não comprometem, por conseguinte, ninguém além de sua própria pessoa. O Comitê Central assegura a todos os membros e simpatizantes a continuidade da ação para acelerar a independência do país (EKAMBO, 2013, p. 345).

Ora, de acordo com Ekambo, “Patrice Lumumba já tinha anunciado a várias pessoas no Congo como na Bélgica a publicação do jornal *Indépendance*, que considerava ao mesmo tempo como um negócio pessoal e uma publicação portavoz do partido” (EKAMBO, 2013, p. 346). Querer recolocar assim em questão esse estatuto do jornal *Indépendance* era para Patrice Lumumba uma questão política de elevada importância. Em todo caso, apesar do fato que pudesse reunir os comitês do partido para pronunciar-se em seu favor, Patrice Lumumba continuava a considerar a imprensa como o terreno ideal para efetuar o seu combate político, bem como o mostra o texto do seu comunicado: “Reunidos em assembleia, para examinar a situação criada pelo comunicado publicado na imprensa em 17 de julho de 1959 pelos Srs. Joseph Iléo, Joseph Ngalula, Martin Ngwete, Cyrille Adoula, Emmanuel Kimbimbi e Joseph Mbungu [...] consideramos que o secretário geral do

Movimento permanece o Sr. Antoine Ngwenza, em quem todos os membros do Movimento confiam [...]. O comunicado do Sr. J. Iléo é o resultado de operações das quais os membros do MNC conhecem a origem e os motivos. Ass: Patrice Lumumba, Presidente geral do MNC” (EKAMBO, 2013, p. 346).

Como se pode ver, quando a imprensa é utilizada de maneira imoderada, esse instrumento de comunicação pode tornar-se um verdadeiro ringue de combate e provar-se ao mesmo tempo uma faca de dois gumes.

2.3.3. A imprensa, faca de dois gumes

Os partidos políticos mais importantes da paisagem política congoleza, o Abako (Aliança do Bakongo) e o MNC (Movimento Nacional Congolês), publicam na imprensa as suas disputas internas. Esse modo de agir vai envenenar situações que podiam encontrar solução dentro das suas formações políticas. Em todo caso, uma vez convidada pelos atores políticos em conflito, a imprensa, tanto do Congo quanto da Bélgica, divide ainda mais esses últimos. Não apenas os jornalistas têm a malícia de publicar os conteúdos que consideram causadores de conflitos, mas são igualmente portadores dos outros conteúdos de modo a enervar diretamente os atores políticos. De acordo com Ekambo, “dizendo-se amigos dos políticos, realmente são os atores políticos que procuram a sua amizade. E se os jornalistas têm a reputação de ser geralmente céticos, são também geralmente sádicos” (EKAMBO, 2013, p. 347).

É nesse contexto que a imprensa belga, em 1959 e 1960, vai mostrar à opinião pública da metrópole como os líderes de dois partidos políticos, o MNC e o ABAKO, estavam disputando entre eles. A imprensa da Bélgica publica a disputa entre os dois para mostrar à opinião pública belga que esses líderes não podiam reclamar a independência e pretender dirigir o Congo a curto prazo. Mais tarde, os líderes congolezes terminaram por dar-se conta da sua imaturidade. Com efeito, numa entrevista atribuída à agência Belga depois da Mesa Redonda (conferência com todos os partidos, em 25 de fevereiro de 1960) e a propósito das “rupturas internas no ABAKO”, o político Cléophas Kamitatu afirma: “dizem sempre que

lavarão a sua roupa suja em casa. De acordo. Quando a roupa for exposta ao sol, veremos se está branca” (EKAMBO, 2013, p. 347).

Perceber-se-á a mesma lamentação e a mesma amargura através dos propósitos tidos por Patrice Lumumba na sua fala à Câmara dos Deputados em 7 de setembro de 1960, enquanto brigava abertamente com o presidente Joseph Kasavubu:

Leiam *Libre Belgique*; dizia-se o que do Sr. Kasavubu? Kasavubu é vadio, Kasavubu é isto, Lumumba é aquilo. De nós todos, o que é considerado pelos belgas? E Lumumba acrescenta: Releiam os jornais antigos da imprensa belga e vejam o que relatavam no momento em que Kasavubu deixou a Mesa Redonda. Que não disseram contra ele? (EKAMBO, 2013, p. 347).

Como se pode ver, o clima político congolês torna-se cada vez mais tenso ao aproximar-se da independência. Essa situação empurra a maioria dos belgas, detentores de jornais no Congo, a voltar para a Bélgica após ter vendido os seus títulos. Mas alguns entre eles, como os editores do *La Presse Africaine*, Máximo e Marie-Madeleine Arnold, e Georges Hensenne do Stanleyvillois, preferiram permanecer após a independência antes de resolver partir também. Marie-Madeleine Arnold resume efetivamente o sentimento que os animava: “tínhamos escolhido o nosso lugar no cemitério florescido que pende sobre o lago. Não haverá mais, mas algo de nós vai permanecer lá: um batimento de coração, um gosto de mel, um gosto de sal” (MARIE-MADELEINE, 1985, p. 3). Em 30 de junho de 1960, o Congo torna-se independente. A configuração da imprensa estará à imagem das novas instituições políticas.

2.3.4. Durante a 1ª República (1960-1965), uma imprensa trimodelos

Os cinco primeiros anos da independência do Congo são conhecidos pela sua gagueira generalizada devido à ausência de uma política colonial capaz de preparar a elite congoleza a assumir as elevadas responsabilidades do país. E, como se podia esperar, resultou em uma grande confusão nos planos político, econômico e social. E, à imagem do poder político da época, a imprensa congoleza será fragilizada, dividida, politizada. A configuração desta imprensa é trimodelos.

a) Uma imprensa governamental ou institucional

Esta imprensa estatal ou institucional é composta por boletins emitidos pelo governo com fins de propaganda. Quase toda a imprensa será posta a serviço dos objetivos prioritários do Estado, especialmente o desenvolvimento econômico e a construção da unidade nacional (de la BROSSE, 1999). Nesse modelo, a imprensa tem como função ser auxiliar da ação governamental, ocupando o papel de meio de persuasão para fazer a opinião nacional aderir às políticas do governo. Na prática, tal papel frequentemente a transformou “num jornalismo servil, que alguns qualificam de jornalismo boneco de ventríloquo” (de la BROSSE, 1999, p. 7), consistente com a promoção da ação governamental. Como exemplo desses veículos pode-se citar:

- Em Kinshasa: o Ministério da Informação do governo central editava a revista o *Congo Magazine* (que sucedeu a *Nos Images*), *Les Pages Congolaise*, *Les Actualités Congolaises* e *Les Nouvelles Congolaises*. O jornal oficial *Moniteur Congolais* será, igualmente, publicado logo depois da independência pelo Ministério da Justiça.
- Dentro do país: Os diferentes ministérios provinciais da informação editavam igualmente boletins periódicos de informação como: *A Voix du Kwango* (boletim editado pelo ministério provincial da informação do Kwango); *O L'Écho du Kwilu* (publicação editada pelo Ministério Provincial da Informação do Kwilu); *La presse hebdomadaire* e *Bille du jour* (editado pelo Ministério Provincial da Informação e que publicava também as notícias do governo central); *La Parole de l'Uélé* (Jornal para a província de Uélé); etc.

b) Uma imprensa privada

O segundo modelo da imprensa nessa época específica da história da RD do Congo é o dos veículos de imprensa de grupos privados. Com efeito, ao lado da imprensa dos partidos existiam, tanto na capital como dentro do país, numerosos jornais independentes que pertenciam aos cidadãos. Esses jornais eram geridos pelos homens de negócios, apoiados seja por políticos influentes, seja por grupos privados estrangeiros. Trata-se, no total, de antigos jornais coloniais que tentam

adaptar-se ao novo contexto político. O conteúdo dessa imprensa depende das convicções sociopolíticas da pessoa ou do grupo social que a apoia.

c) Uma imprensa porta-voz dos partidos políticos

O terceiro modelo da imprensa é representado por uma imprensa ideológica próxima dos partidos políticos. Com efeito, à aurora da independência do Congo, os políticos congolezes e certos grupos de pressão apoderaram-se da imprensa para a sua propaganda. O estatuto da imprensa, nesse contexto, é essencialmente o de porta-voz dos partidos políticos ou grupos de pressão, em breve um instrumento de luta para conquistar o poder. Cada associação política tinha seus títulos na imprensa: O *Notre Congo* fazia a felicidade de Alliance do Bakongo (ABAKO), *Le Congo Libre* era tido como porta-voz do Partido do Interfederal, *Solidarité Africaine* para o Partido Socialista Africano (PSA), *Émancipation* era o órgão do Partido do *Peuple-Action-Socialiste* e *L'Indépendance* para o Movimento Nacional Congolês (MNC), etc. Essa situação teve como consequência a exasperação dos sentimentos tribais, já que, com exceção do Movimento Nacional Congolês de Patrice Emery Lumumba, que se apresentava como uma formação federalista de correntes de ideias unitaristas e para o qual convergirão a maior parte dos que se dedicavam ao jornalismo de maneira permanente e profissional, todos os outros partidos, de fato, eram das associações políticas étnicas. No *Présence Africaine* se encontravam jornalistas partidários ou simpatizantes de Lumumba, como Joseph Mbungu, Joseph Ngalula e Albert Nkuli. Já Joseph Iléo escrevia no *Conscience Africaine*.

Assim, esse contexto político fora do comum vai gerar medidas arbitrárias da autoridade política após a independência. Por um lado, tem o favoritismo de certos órgãos de imprensa. De outro lado, há proibições e detenções em outros jornais. Assim, temendo o poder da imprensa, Patrice Emery Lumumba vai assinar um Decreto ministerial em 11 de agosto de 1960 relativo às medidas excepcionais, no caso de perturbações graves, em matéria de liberdade da imprensa. Esse decreto é, realmente, a cópia exata do Decreto do Governador Geral do Congo de 6 de agosto de 1922, que Patrice Emery Lumumba tinha, ele mesmo, desacreditado antes de chegar ao poder. O Decreto do Primeiro Ministro Lumumba institui a autorização prévia antes do lançamento de qualquer jornal, e exige de jornais que

funcionavam antes de 1960 a autorização das publicações. Antes disso, houve o decreto de 23.06.1960, assinado pelo Rei Baudouin da Bélgica, que é, na verdade, o primeiro documento oficial que instaura o depósito obrigatório de quatro exemplares num prazo de um mês. Um pouco depois, o decreto de 2 de setembro de 1960, assinado pelo presidente Kassavubu e o ministro Bomboko, vai abolir a autorização prévia decretada por Patrice Lumumba. Desse último decreto, podem-se reter os seguintes princípios fundamentais:

- Nenhuma autorização prévia era necessária à publicação de um escrito. As autoridades não dispunham de nenhum poder de controle antes da saída de uma publicação;
- A ausência de processos penais ou procedimentos criminais contra os editores, o impressor ou o distribuidor quando o autor do escrito fosse conhecido e morasse no Congo. Essa regra constituía, com efeito, uma exceção aos princípios gerais do direito penal congolês em matéria de participação ou cumplicidade criminosa. Por esse princípio, o Estado Congolês protegia de modo penal a atividade profissional e comercial dos impressores, de editores e distribuidores;
- A liberdade de imprensa não garantia, contudo, a imunidade ou a impunidade aos autores de certos abusos, como críticas injuriosas, imputações que desonram, difamações, etc., que eram punidos pelo direito penal.
- Para garantir a segurança nacional, a integridade do território, a segurança pública, a defesa da ordem, a proteção da reputação ou os direitos de outro e a moralidade pública, o Estado reservava-se o direito de instaurar, pela lei ou édito, formalidades, restrições ou condições nessa matéria.

Esses significativos princípios, que garantem as liberdades de imprensa, de expressão e de pensar, serão aplicados de maneira diversificada de acordo com o contexto e a realidade política e social com os quais forem confrontados. Além disso, cinco anos mais tarde, a lei de 31 de maio de 1965, assinada pelo presidente Kasa-vubu e pelo diretor de gabinete da presidência Michel Colin, restabelecerá o

depósito obrigatório lançado pelo Rei Baudouin. Ademais, a Lei Fundamental relativa às liberdades públicas, que garantia no seu artigo 15 a liberdade de imprensa, não atribuía uma garantia absoluta da liberdade de imprensa. A lei previa no seu próprio seio mecanismos de limitação desta liberdade de difundir informação e ideias através das mídias de massa sem intervenção governamental, já que ela podia ser restringida ou submetida a certas formalidades administrativas e judiciárias. De fato, o artigo 15 dessa lei se estende mais aos aspectos restritivos do exercício da liberdade de expressão:

O exercício dessa liberdade pode estar sujeito a certas formalidades, condições, restrições ou sanções que, previstas em lei, constituem medidas necessárias numa sociedade democrática, à segurança nacional, à integridade territorial, à segurança pública ou proteção da ordem pública e à prevenção de crimes, à proteção da saúde ou reputação ou direitos de terceiros, para impedir a divulgação de informações confidenciais ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judiciário (EKAMBO, 2013, p. 356).

Essa liberdade de imprensa será, ademais, amordaçada sob o regime do Presidente Mobutu, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

3. O regime ditatorial de Mobutu (1965-1997)

A aspiração democrática e a ilusão do povo congolês, cuja independência em 30 de junho de 1960 foi uma das materializações, foi cortada pela raiz pelo golpe de Estado militar de Mobutu, em 24 de novembro de 1965. Esse golpe militar fez a felicidade das grandes potências ocidentais. Joseph Désiré Mobutu, coronel do seu Estado, era chefe do Estado-Maior, general do exército congolês, “o mesmo confidente de Patrice Lumumba antes de se tornar seu feroz inimigo” (MALU-MALU, 2014, p. 155). Importa frisar que o golpe de Estado orquestrado em Kinshasa não poderia ter ocorrido sem o apoio dos Estados Unidos e da Europa, que receavam que o gigante africano caísse na esfera da União Soviética. Na opinião deles, o Coronel Mobutu representava a única alternativa à política outrora defendida pelo pan-africanista Lumumba e pela incapacidade do Presidente Kasavubu de estabilizar o seu governo. O Zaire de Mobutu constituirá, então, uma forma de muralha anticomunista na África. Para dizer a verdade, as grandes potências ocidentais, bem servidas pelos seus fantoches, animam, dessa maneira, a ditadura de Mobutu.

Dessa forma, com um simples gesto, Mobutu varreu todas as instituições políticas que tinham emergido recentemente das eleições democráticas. Ele proclamou-se o novo Presidente, esvaziou a Constituição Republicana do seu conteúdo e criou uma verdadeira ditadura. Em 30 de novembro de 1965, assinou uma ordem concedendo a ele mesmo “poderes especiais”. Seis meses depois, em 22 de maio de 1966, ampliou-os para “plenos poderes”, o que resultou na transferência do poder do Legislativo para o Executivo (MALU-MALU, 2014, p. 159). Mobutu é Primeiro-Ministro, Chefe do Exército e legislador. Ele nomeia ministros. O MPR (*Movement populaire de la Révolution*) é o partido do Estado ao qual toda a população deve aderir. Surpreendentemente, Mobutu é reconhecido apressadamente pelos mesmos grandes poderes. Para estabelecer a sua autoridade, Mobutu enforca em público todos os adversários ou oponentes do seu regime. Essa ditadura durou 32 anos de profunda pobreza. O povo sofreu impotente. A maior das riquezas do país foi, sistematicamente, pilhada e todo o dinheiro do ditador e da sua família política foi depositado nas contas dos bancos de países estrangeiros, incluindo a Suíça, a Bélgica, a Espanha, a Grã-Bretanha, o Canadá e a França.

O regime de Mobutu se baseia sobre a autoridade e sobre o nacionalismo, que são os segredos da sua longevidade. Desde o início, Mobutu se apresentou como o libertador dos Negros, nacionalizando as minas (1966) e descarregando as estátuas coloniais na capital Leopoldville, rebatizada de Kinshasa no mesmo ano. Os congolese que acabam de sair da época colonial são muito sensíveis a essa propaganda. A polícia política procura, intimida ou tortura adversários e oponentes políticos. Após viagens à China e à Coreia do Norte, Mobutu montou um culto a sua personalidade. O retrato dele aparece na televisão mesmo antes do noticiário ou jornal da noite. Sinais nas ruas elogiam sua política; cantos celebram suas virtudes (THIERRY MICHEL, 1999). Enquanto o ditador reina segundo o terror e o potestado, na década de 1970, um grupo de intelectuais e a Igreja Católica local se organizam, primeiro clandestinamente, depois publicamente, para pôr fim ao regime degradante, sem partilha e sobretudo imoral em tudo. Naturalmente, muitos dos membros dessa elite corajosa desapareceram. Na realidade, seguindo seus mestres ocidentais, Mobutu, considera o Congo seu patrimônio pessoal.

O Congo, tudo nele compreendido, às vezes mesmo, os homens que aí vivem, lhe pertencem de direito. Como qualquer ditador sedento de riqueza e sangue, ele vai negligenciar a educação. Não haverá pagamento dos salários dos professores, nem construção de novas escolas e universidades. Diante dessa situação, obteve-se do regime o enquadramento de uma lei que autoriza a criação e a organização de ensino primário, secundário e universitário particular. Das duas universidades deixadas pelos belgas em 1960, a República Democrática do Congo tem agora quase uma centena. Um avanço na educação que não impediu Mobutu de renomear o país de República do Zaire, em 1971, e de estabelecer a Zairianização, um mecanismo de predação a fim de se reapropriar da economia nacional. Importa frisar que, graças a essa política, os dignatários do regime enriquecem em detrimento do povo congolês.

Assim, uma nova página da história do país começou em 27 de outubro de 1971 com a introdução da política do “recurso à autenticidade”, em outras palavras, a Africanização da moral (MALU-MALU, 2014, p. 170). Mobutu toma uma série de medidas para se separar de tudo o que pode lembrar o Ocidente. Os congolese devem adotar nomes africanos (supressão dos primeiros nomes ocidentais e adição

de um “sobrenome”) à imagem de Mobutu, que se autodenomina Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu wa Zabanga. Os homens são obrigados a usar roupas *abacost* em vez de terno e gravata. Uma nova moeda - o *zaïre* dividido em 100 *makuta* (*likuta* no singular) - substituiu o Franco Congolês. Muitas cidades foram renomeadas: Stanleyville tornou-se Kisangani, Elisabethville, Lubumbashi. No sexto aniversário da independência, um desfile resume a história do país, ao mostrar, em particular, a imposição belga do chicote (GAUTHIER DE VILLERS, 1995, p. 33).

Realizada ao longo de 1974, a Zairianização foi um dos eventos mais importantes na política seguida pelo regime de Mobutu, especialmente a nacionalização progressiva dos bens comerciais e das propriedades fundiárias que pertenciam a estrangeiros ou grupos financeiros. Na verdade, se essa medida se alinhava oficialmente a um esforço de reapropriação da economia e de redistribuição da riqueza adquirida durante a colonização, tornou-se um fracasso e um mecanismo de predação.

Após a primeira guerra do Congo, Mobutu, o novo chefe de governo, prometeu recuperar a confiança dos muitos empresários estrangeiros. Em 1966, as poderosas indústrias de mineração de Kasai e Katanga foram nacionalizadas. Essa era a idade de ouro do Congo, agora independente: em 1967, 1 Franco Congolês valia 2 dólares americanos, as escolas públicas expandiam-se e o êxodo rural se acelerava; os preços do café, do cobre e de outros minerais floresciam. A realização de grandes obras (a barragem hidroelétrica de Inga no Congo) e o financiamento de um programa espacial dão a impressão de que o Zaïre, tal como alguns países asiáticos emergentes, é um dragão africano. No entanto, tal como nos tempos coloniais, a economia do país é ainda fortemente orientada para a exportação e, por conseguinte, frágil.

A partir de 1973, o país foi afetado por uma crise econômica aguda, causada pela queda dos preços do cobre e pelo aumento dos preços do petróleo. A corrupção é generalizada e a inflação aumenta, enquanto Mobutu privatiza muitas empresas em seu nome ou nos nomes de seus parentes (MALU-MALU, 2014, p. 170-175). O país produz grandes quantidades de café para exportação, mas não cobre suas necessidades alimentares. Mobutu importa cereais e carne da África do Sul e da Rodésia em vez de modernizar a agricultura do país, que, devido ao seu clima,

poderia facilmente prover o sustento de suas necessidades. Na década de 1980, a economia congolosa transformou-se em uma recessão: o PIB cresce lentamente, enquanto o crescimento demográfico explode.

Em geral, os novos proprietários dos bens econômicos e financeiros não estão suficientemente preparados para assegurar a gestão a médio e longo prazos do instrumento de produção. Aqueles que não foram à falência fizeram grandes investimentos no Ocidente. Mobutu desvia as moedas de Estado de tal forma que em 1984 tornou-se um dos homens mais ricos do planeta com US\$ 4 bilhões, o equivalente à dívida externa do país (UBOLI e YUMBI, 2017, p. 132). O famoso *slogan* do partido único, segundo o qual “MPR igual a servir e não a se servir”, transformou-se em uma arma de pilhagem e desvio de fundos públicos. Os homens fortes do regime não cessavam de dizer que, doravante, “MPR é igual a se servir e não a servir” (UBOLI e YUMBI, 2017, p. 132). A ditadura, a perseguição e o empobrecimento fazem fugir os cérebros do país.

Além disso, a disponibilização de fundos comerciais e de patrimônios econômicos constituiu igualmente um relé ou fator do clientelismo mantida pelo poder. O clã em torno do chefe de governo podia assim beneficiar-se dos frutos da política de nacionalização, bem como os que, nas várias regiões do país, prometiam lealdade ao regime em troca de comércio ou propriedade fundiária. Muitos países ocidentais assinaram acordos com o Zaire a fim de indenizar ou compensar as partes espoliadas, mas na grande maioria dos casos, esses acordos nunca foram implementados. A corrupção torna-se uma das características do regime.

Em 1977, rebeldes “Katangese” chegados de Angola invadem o Shaba. Mobutu, impotente, apela ao Marrocos. Os rebeldes foram repelidos pelas tropas marroquinas lideradas pela força aérea francesa (TURNER, 1985, p. 256-257). Os rebeldes, ao inundar as minas de Kolwezi, também provocaram a fuga definitiva de engenheiros, enfraquecendo ainda mais a economia zairense a longo prazo, já minada pela corrupção generalizada.

Um povo muito tempo empobrecido e mantido numa ditadura acaba sempre por se rebelar. Foi o que aconteceu entre 1985-1990 com o nascimento da Sociedade Civil, seguida da criação de alguns partidos políticos de oposição radical. O

Presidente Marechal Mobutu e seu regime e todos aqueles que os apoiaram massivamente (as grandes potências ocidentais) foram desagradavelmente surpreendidos pelos resultados das consultas populares de fevereiro-março de 1990. Através dessas consultas e memorandos, o povo congolês diz um não alto e forte ao regime ditatorial de Mobutu. Essa rejeição maciça marcará a descida ao inferno do regime de Mobutu.

De fato, com o fim da Guerra Fria, simbolizado pela queda do Muro de Berlim em novembro de 1989, o regime de Mobutu perdeu a maioria dos seus apoiadores ocidentais. A detenção, e depois, a execução do seu amigo Nicolae Ceaușescu na Romênia parece ter abalado o ditador. Manifestações, greves, marchas de protesto sacodem Kinshasa e outros centros urbanos. Mobutu tenta enfrentar o problema de maneira determinada. Em 24 de abril de 1990, no “Discurso da Democratização”, Mobutu anuncia uma série de reformas políticas para o Zaire: abandono da presidência do MPR, multipartidarismo, eleições dentro de dois anos (NGIMBI, 2013, p. 179). Um Primeiro-Ministro é nomeado no final de abril. Impulsionado por essa reviravolta ou mudança, o episcopado zairense propõe a organização de uma Conferência Nacional Soberana (SNC) para apoiar a transição democrática. Mobutu aceita.

3.1. Conferência Nacional Soberana (CNS): um momento de diálogo e de releitura crítica do país

A Conferência Nacional Soberana é vista na história da República Democrática do Congo como resultado da crise nacional e quadro ideal para o diálogo, uma oportunidade para questionar e reconciliar o povo congolês (ou zairenses) consigo mesmo, com a sua história e com seus líderes, que haviam mergulhado o país em uma profunda crise multissetorial. A Conferência Nacional Soberana foi, portanto, essencial. Assim, durante o seu discurso na terça-feira, 24 de abril de 1990, o Presidente Mobutu, tirando lições da consulta popular em que participaram mais de um milhão de zairenses e da qual saíram 6.128 memorandos, anuncia solenemente ao povo zairense:

1. A introdução do multipartidarismo no Zaire e a abolição da institucionalização do Movimento Popular da Revolução com as seguintes consequências:
 - a supressão do seu papel de liderança, a clara separação entre o partido e o Estado,
 - a reabilitação dos três poderes tradicionais, especificamente, o legislativo, o executivo e o judiciário, os únicos órgãos constitucionais,
 - a despolitização do serviço público, das Forças Armadas, da Guarda Civil e dos serviços de segurança,
 - o estabelecimento do pluralismo sindical.
2. A nomeação de um Primeiro Comissário ou Primeiro-Ministro do Governo, seguida da formação de um governo de transição.
3. A revisão da Constituição vigente, a fim de adaptá-la ao período de transição em curso.
4. A criação de uma comissão de redação da Constituição da Terceira República, a ser sancionada por referendo popular.
5. Finalmente, a elaboração de um projeto de lei para governar os partidos políticos do país e organizar seu financiamento.

Os trabalhos da CNS desenrolaram-se em dois períodos, a saber, a fase preparatória dos trabalhos (de 7 de agosto de 1991- até 24 de abril de 1992) e a fase de trabalho propriamente dita (de 5 de maio até 6 de dezembro de 1992). A CNS abriu suas portas em 7 de agosto, em uma atmosfera de esperança, mas também em um contexto socioeconômico difícil: inflação de quatro dígitos, manifestações populares, greves, repressão com mortes de cidadãos e cidadãs; insegurança, escassez de moeda (BBECKMANS, 1989- 1992, p. 523- 524). As forças vivas da nação que participam nesse fórum são constituídas principalmente por três grupos: o movimento presidencial (que fazia parte do cartel das Forças Democráticas Unidas), liderado pelo Presidente Mobutu; a União sacra da oposição, da qual Etienne Tshisekedi é líder máximo; e a Igreja Católica, representada por

Monsengwo Pasinya, Arcebispo de Kisangani e Presidente da referida Conferência.

O objetivo da Conferência Nacional Soberana era revisar criticamente a história do país, o desenvolvimento da democracia pelos zairenses, para os zairenses, implantar no Zaire através da elaboração de uma nova constituição que substituiria a Constituição de Luluabourg (1964), por um lado e, pelo outro, a articulação das perspectivas futuras para o desenvolvimento do país. A CNS realizará então essa revisão crítica do país através de declarações políticas, examinando as origens, causas e remédios da crise do país. Das 550 declarações políticas, 192 são lidas em sessões plenárias em uma atmosfera geral de críticas incisivas e impiedosas. A gestão calamitosa e controversa do regime de Mobutu continua a ser alvo principal, e não é poupada pelos oradores. Novas bases são lançadas pela democracia e para o desenvolvimento desejado por todos os zairenses.

No entanto, deve recordar-se que os trabalhos da Conferência Nacional Soberana não decorreram sem obstáculos. A CNS não significava felicidade do governo no poder. Na sequência dos desacordos permanentes e persistentes entre a oposição e o Governo, Mobutu tomará a decisão de suspender os trabalhos desse fórum em 19 de janeiro de 1991 até nova ordem. De acordo com Willame (22 de abril de 1990 - 22 de setembro, p. 291), na sequência do fechamento da Conferência, a capital Kinshasa entra em tumulto: estradas com trincheiras, veículos depredados, fechamento de escolas. Assim, vale lembrar que se seguiram também greves e desobediência civil e sobretudo “uma grande marcha dos cristãos em 16 de fevereiro de 1992” que foi repelida com sangue, causando várias mortes (KAMBAYI, 2007, p. 148-149). Esse episódio sangrento e o fechamento da CNS provocaram desaprovação por parte da comunidade internacional, por um lado, e por outro lado, o escritório Provisório multiplicou esforços e negociações com o Presidente Mobutu. Todos esses fatores levaram o Presidente Mobutu a ordenar a reabertura do CNS até 6 de abril de 1992.

O trabalho do CNS será sancionado por algumas resoluções contidas na Ata Final da Conferência denominada: Resoluções e Acervos da Conferência Nacional Soberana. Entre essas resoluções e realizações, podemos sublinhar a criação de

várias comissões especializadas para preparar a Assembleia Geral dos diferentes setores, a eleição, em 15 de agosto, do Sr. Etienne Tshisekedi wa Mulumba com 70,80% como Primeiro-Ministro pelos delegados à CNS, o estatuto legal da Conferência Nacional Soberana que, no final dos trabalhos, passará a ser o Alto Conselho da República (HCR-PT) atuando como Parlamento de Transição. Assim, no final da CNS, o Bispo Monsengwo Pasinya, presidente do escritório da CNS, será o presidente do UNHCR-PT.

Infelizmente, todas essas boas resoluções, que inspiravam a esperança do povo zairense, não puderam ser aplicadas. Na verdade, contrariando a vontade do povo, Mobutu não pretende desistir do poder. E apesar dos acordos consensuais concluídos com o povo, o Presidente Mobutu recusou-se a implementar todas as decisões tomadas pela Conferência Nacional Soberana e seu órgão deliberativo UNHCR-PT (NGIMBI, 2013, p. 181-189) e não traz nenhuma mudança. Mobutu o despediu do seu posto do presidente em 5 de fevereiro de 1993. E, no entanto, em abril de 1992, Dom Monsengwo convidava os oradores com estas palavras: “Não tiremos a CNS da história para incentivá-la nas notícias”. Uma exortação que obviamente permanecerá como letra morta. Mobutu e o seu regime tiraram a Conferência Nacional Soberana da história.

A tentativa de liberalizar o regime não resolve a crise econômica em que todo o país estava mergulhado. Na década de 1990, o PIB diminuiu. O país já não é capaz de pagar a dívida. Os serviços públicos estão em colapso, a inflação galopante está a arruinar o poder de compra. Em 21 de Setembro de 1991, soldados não remunerados saquearam lojas em Kinshasa e em outras cidades. Novas cenas de pilhagem, de 28 até 30 de janeiro de 1993, na capital, muito mais violentas: houve cerca de mil mortes, incluindo o embaixador da França (VAN REYBROUCK, 2012). É nesse contexto de crise generalizada que uma rebelião liderada por Laurent-Désiré Kabila irrompeu no Leste da República Democrática do Congo contra um Mobutu enfraquecido, doente de câncer da próstata.

3.2. A chegada de Laurent-Désiré Kabila no poder

Em abril de 1994, Paul Kagame tomou o poder no vizinho Ruanda, na sequência de uma rebelião contra o poder do Presidente Juvenal Habyarimana. Sua morte provoca a guerra civil, seguida do genocídio de Tutsis e Hutus. Para Kagame de Ruanda e Yoweri Museveni de Uganda, Mobutu é um lobo perigoso de quem é necessário se livrar. Mas, na realidade, o Ruanda de Paul Kagame e o Uganda de Yoweri Museveni são apenas “cães de guarda dos interesses dos imperialistas ocidentais em África” (UBOLI e YUMBI, 2017, p. 145), que são contratados por seus mestres para caçar Mobutu e pilhar a riqueza do país.

Assim, apoiado pelos americanos, Paul Kagame, principalmente, usará do genocídio ruandês como um negócio para arrastar o mundo inteiro para a guerra contra o regime de Mobutu. Kagame utiliza como pretexto os refugiados *hutus* ruandeses que entraram no território congolês com armas e munições, sem qualquer controle nas fronteiras congoleesas, a pedido da França com a sua Operação Turquesa, sob a égide da ONU. Esses refugiados acampam em Kivu (Bukavu e Goma). Para Paul Kagame, esses refugiados representam um perigo para o seu regime. Em 1996, Paul Kagame provoca tensões. Entretanto, fisicamente, Mobutu estando doente, o seu Primeiro-Ministro Kengo Wa Dondo exerce cada vez mais o poder. O exército do Zaire é enfraquecido por tensões internas. Só a Divisão Presidencial Especial mantém o regime.

Assim, o Ruanda e o Uganda, apoiados pelos americanos e multinacionais, bem como por alguns zairenses, unem forças em um movimento heteróclito chamado AFDL (*Alliance des Forces démocratiques pour la libération du Congo*) liderado por um congolês, Laurent Désiré Kabila, para enganar a vigilância e fazer crer ao mundo que são realmente congoleeses que se armaram contra um regime ditatorial de Mobutu. Em outras palavras, esse é um assunto entre congoleeses. Essa rebelião armada, apoiada pelos Estados Unidos de Bill Clinton e pela Angola de Dos Santos, visa oficialmente a derrubar Mobutu, mas também serve de cobertura para a penetração de Ruanda e de Uganda no Zaire para caçar refugiados *hutus* e aceder às riquezas do subsolo e estabelecer uma parte da população ruandesa nos territórios congoleeses (NGIMBI, 2013, p. 195). Laurent-Désiré Kabila, um dos fiéis e dos antigos discípulos de Patrice-Emery Lumumba, impõe-se como líder da

AFDL. Do seu santuário nas cavernas de Fizi, na província do Kivu Sul, Laurent Désiré Kabila lutava contra o regime de Mobutu há mais de 20 anos. Seguidamente, de 25 de outubro de 1996 a 17 de maio de 1997, o bem equipado e disciplinado exército de L. D. Kabila (composto principalmente por mercenários *Tutsi* do Ruanda, do Uganda e do Burundi) deixou Kivu onde, antes de prosseguir nas outras províncias do Congo (Zaire), desmantelou todos os campos de refugiados *Hutu* do Ruanda, 65% dos quais regressaram ao Ruanda, apesar de eles próprios e dos outros se terem escondido nas florestas do Kivu. Esse exército de L.-D. Kabila derrotou sem grande resistência todas as tropas de Mobutu estacionadas em todas as províncias do Congo-Zaire.

A AFDL recebe financiamento de *lobbies* da mineração americanas e canadense. Kabila assinará acordos de mineração com os campos de mineração americanos (o futuro *adastra*), *Barrick Gold*, *First American Diamond*, *Horsham Corporation*, *Anglo Gold Ashanti*. A baixa motivação dos soldados zaienses para resistir, a corrupção dos seus oficiais, o cansaço da população em relação ao mobutismo facilitam o progresso da AFDL (NGIMBI, 2013, p. 201).

À medida que a rebelião se aproximava de Kinshasa, Mobutu fugiu para a sua cidade natal, Gbadolite, e depois voou para o Togo e Marrocos. Sem luta, as forças da AFDL entraram em Kinshasa em 17 de maio de 1997, às quais se juntou rapidamente Laurent-Désiré Kabila, que se autoproclamou presidente do país.

O novo homem forte do país, Laurent-Désiré Kabila, e seus soldados foram recebidos como libertadores pelo povo congolês. À sua chegada à Magistratura suprema, em 17 de maio de 1997, Laurent-Désiré Kabila, sem assistência externa, e apesar de algumas deficiências do seu regime, trouxe novas esperanças à população: segurança, pagamento regular dos salários e uma tentativa de reconstruir o país, que a população esperava há muito tempo. Laurent Désiré Kabila permaneceu igual a si mesmo, ou seja, patriota, inveterado nacionalista e impossível de manipular, ao contrário de Mobutu Sese Seko, totalmente empenhado em servir os seus protetores, os imperialistas ocidentais. O nacionalismo de Laurent-Désiré Kabila perturba as potências ocidentais e seus cães de guarda.

As potências ocidentais, agindo através dos três países substitutos (Ruanda, Uganda e Burundi), organizaram-se para afastar Laurent Désiré Kabila do poder em Kinshasa, mas em vão. Criaram rebeliões a partir de Leste (RCD-Goma: manifestação congoleza pela democracia - apoiada por Ruanda) e no Noroeste do país (MLC: Movimento de Libertação do Congo - apoiado pelo Uganda). Essas rebeliões, e os elementos dos exércitos estrangeiros que as apoiaram, não somente organizaram a pilhagem sistemática e a exploração ilegal dos recursos naturais da RD Congo, de agosto de 1998 até 2003, mas também massacraram cerca de 6 milhões de civis congolezes inocentes. Durante esse período, mais de 300.000 mulheres foram violadas, algumas delas enterradas vivas em Mwenga, Província de Kivu Sul. Ainda hoje, de acordo com relatórios oficiais da ONU e da Sociedade Civil do Kivu do Sul, todos os grupos armados *hutus* ruandeses, e outras forças negativas das milícias locais, continuam a violar impunemente as mulheres congolezas.

Note-se que o plano militar para retirar Laurent-Désiré Kabila do poder em Kinshasa vai fracassar. Apoiado pela população e ajudado pelos exércitos de Angola, Zimbábue e Namíbia, o regime de Laurent-Désiré Kabila resistiu à ditadura ocidental. Infelizmente, os inimigos da paz no Congo e do seu desenvolvimento vão eliminar fisicamente Laurent-Désiré Kabila como fizeram com P. E. Lumumba. Com efeito, em 16 de janeiro de 2001, o Presidente Laurent Désiré Kabila foi covardemente assassinado em sua residência oficial, em Kinshasa. Os patrocinadores dessa barbárie horrível ainda vivem como homens livres e protegidos por seus mestres e gurus. O Presidente Laurent Désiré Kabila foi imediatamente substituído por Joseph Kabila, então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Contudo, segundo a Constituição congoleza em vigor a essa altura, era a Sra. Philomène Omatuku, Presidente do Parlamento de Transição, que deveria assumir a presidência e organizar as eleições. Joseph Kabila tomou posse em 26 de janeiro de 2001. Sob a mediação da Comunidade Internacional, o trabalho das negociações políticas intercongolezas são organizados em Sun City, na República da África do Sul (2001-2003). Dessa fundação histórica emergirão os instrumentos legais que governaram o período de transição (2003-2006) sob o comando de Joseph Kabila. Toda esta parte da história da República Democrática

do Congo não é escrita sem a imprensa. Ela restou como testemunha ocular, e às vezes ativa, desempenhando um papel particular.

3.3. Papel e *status* da imprensa frente à turbulência política

A história da República Democrática do Congo, como vimos acima, é marcada por uma ditadura sangrenta de Mobutu. Durante seu governo, perseguições, detenções arbitrárias, enforcamentos e prisões eram o pesado fardo diário dos congoleses (nessa altura zairenses). Muitas organizações em desacordo com o regime foram condenadas a desaparecer. A imprensa a essa altura também desempenhou um papel que determina seu estado e suas características.

3.3.1. Sob o regime de Mobutu: Uma imprensa de propaganda política ou uma imprensa escrita politizada

Após a tomada do poder na sequência de um golpe militar em 24 de novembro de 1965, Joseph Désiré Mobutu estabeleceu um sistema de partido único e um regime que mergulhou todo o país em uma ditadura sangrenta e indivisa. A personalização do poder é acompanhada de restrições à liberdade de expressão e ao controle das mídias. Com a política de autenticidade lançada em 1972, o regime de Mobutu amordaçou, controlou a imprensa e fez dela um instrumento de glorificação do “Guia da Nação” e do partido único. Alguns títulos de imprensa foram fundidos pelo Estado para serem confiados arbitrariamente a alguns editores escolhidos de acordo com sua militância e lealdade ao “Guia da Revolução”. O jornal *Salongo* será o resultado da fusão dos jornais diários *Myoto ex-L'Étoile* e *Salongo ex-Progrès*. O jornal *Elima*, por sua vez, surgirá da fusão de *Elombe, ex-Tribune Africaine* e de *Élima, ex-Courrier d'Afrique*. Vários jornais serão proibidos de circular. É o caso, por exemplo, das publicações religiosas, dos jovens ou das associações. Os jornais autorizados a permanecer devem alterar o seu nome. O *Courrier d'Afrique* tornou-se *Elima*, *Le Progrès* tornou-se *Salongo* e *L'Essor du Congo* (em Katanga) tornou-se *Taïfa*. Em 1972, restavam apenas quatro jornais no antigo Zaire: *Salongo* e *Elima* em Kinshasa, *Taïfa* em Lubumbashi e *Mambenga* em Kisangani.

Ao longo desse período de regime de partido único, de 1965 para 1990, o Ministério da Informação perdeu esse nome e tornou-se o Ministério da Orientação Nacional. De fato, de acordo com Dominique Sakombi Inongo, que chefiava esse departamento, “as pessoas não precisam ser informadas, mas guiadas”. É, portanto, o reino do pensamento único. As manchetes dos jornais são semelhantes: a foto do Presidente Mobutu tornou-se onipresente. Como a imprensa está amordaçada, é proibido caricaturar Mobutu. Na verdade, qualquer crítica ao Presidente e aos barões do regime, das instituições e do partido foi proibida. O artigo 53º do Código Penal prevê que as declarações do Presidente não podem ser objeto de debate. Várias disposições do Código Penal limitam a liberdade de imprensa. De acordo com o artigo 150º, qualquer pessoa que, conscientemente, contribuísse para a publicação ou distribuição de materiais escritos que não indicassem o nome e a residência do autor ou tipógrafo era passível de uma pena de prisão de até dois meses e de uma multa substancial (*The International Centre on Censorship*, 1990, p. 5).

Em virtude dessas disposições do Código Penal, o Ministério da Orientação Nacional e os Serviços de Segurança exerceram censura permanente e implacável sobre a imprensa. É compreensível que, durante o seu governo, tanto Mobutu tenha sido o menos atacado pelos cartunistas, quanto o modo de expressão tenha desaparecido dos jornais. Mas a ausência de caricaturas gráficas políticas foi compensada por uma caricatura oral, alimentada pela famosa “Rádio Trottoir” (Rádio corredor), a única mídia a transmitir 24 horas por dia sem autorização e que retransmite rumores, vazamentos ou confidências (verdadeiros e falsos) de círculos oficiais com todos os riscos de desinformação ou falsas notícias que isso poderia representar.

Como podemos ver, durante todo o período de pensamento único, a imprensa congoleza será uma imprensa estatal, uma imprensa de propaganda política e apresentará uma forte homogeneidade. Com uma forte convicção no poder mobilizador das mídias, a imprensa, por exemplo, ao transmitir apenas os valores da ideologia do Partido-Estado, será colocada ao serviço dos aparentes objetivos prioritários do novo regime, especialmente o desenvolvimento econômico e a construção da unidade nacional. Todas as mídias (audiovisuais e impressas)

tenham sido controladas, tendo em vista a propaganda política. Mobutu não está longe da concepção marxista-leninista da imprensa.

Com efeito, por exemplo, no caso de Lênin, a concepção de cultura em geral e da imprensa em particular é inseparável do projeto revolucionário. Ela só pode ser entendida em termos da perspectiva de uma ruptura prática da ordem social. É em função desse objetivo que a pessoa que toma conta de vários jornais desenvolveu e ajustou, de acordo com as circunstâncias, linhas de reflexão e princípios de ação relativos à relação entre imprensa, cultura, partido e revolução (FABIEN GRANJON, 2016).

Mobutu e todo o seu regime escolherão fazer, da imprensa em particular e das mídias em geral, o veículo dos valores da sua ideologia, especialmente porque, no contexto de uma crença no poder das mídias, a mensagem passa como uma carta no correio quando o sistema educativo e as mídias são controladas na sua totalidade e os acadêmicos são conformistas.

Dessa forma, esse modelo de imprensa é profundamente concebido como uma ajuda à ação governamental, atuando como um meio para persuadir a opinião nacional e internacional a apoiar as políticas do atual governo. Na prática, isso se transformou muitas vezes em jornalismo escravo, que alguns chamam de jornalismo feiticeiro que consiste em promover a ação do governo.

Assistiremos, portanto, à estatização da imprensa, tal como referido acima. As informações fornecidas por essa imprensa ao mobutismo são basicamente informações factuais, desprovidas de qualquer espírito crítico, focadas essencialmente na divulgação das atividades do governo e dos órgãos do partido único, que foi entregue ao público: Ao fazer isso, pouco se falou sobre eventos políticos nacionais. Ficariam satisfeitos com os despachos oficiais da Agência Nacional de Informação.

Como já apontamos acima, a informação à imprensa, seja publicada em agências ou nos jornais tolerados ou estatais, nada mais era do que a promoção e propaganda de discursos oficiais ou a ideologia do Partido Único (MPR). A ZAP (*Agence Zaïre Presse* = Agência Zaire Imprensa), a única agência de informação

do país, estava sob a responsabilidade do Ministério da Orientação Nacional e da Presidência da República. Essa agência se tornou o que Mustapha Masmoudi chama de “escritórios de coleta e disseminação das informações oficiais” (1986, 2). Trata-se da construção e divulgação de informação. É, portanto, do *précut*, segundo Yves de La Haye (1985, p. 125) ou *première cuisson*, ou simplesmente “feito”, seguindo a abordagem sócio-discursiva das mídias discutida por Jean-Pierre Esquenazi (2002) ou mais um pret-à-porter sem possibilidade de mudança. A esse nível, como podemos ver, o que poderíamos chamar de notícias são, na realidade, “contas exatas dos acontecimentos atuais”. Encontramo-nos no primeiro nível de informação, na medida em que nos mantemos ao nível da exposição factual, sem comentário ou análise. Jean-Pierre Esquenazi (2002) conforta-nos na nossa perspectiva quando define o nível mais elevado de informação como o evento, que é um sistema geral de explicação e encadeamento de notícias. Os eventos envolvem um conjunto de conhecimentos, julgamentos, valores que estão longe de ser automaticamente partilhados por todo o público.

Assim, com o regime de Mobutu, o discurso da imprensa é puramente uma caixa de ressonância para o Guia da Revolução. As informações divulgadas pela imprensa zairense são, portanto, confundidas com o discurso oficial dos governantes. O discurso da mídia era então o que Yves de La Haye chamou de “informação pura ou cozinhar em fogo doce”, ou seja, “factos crus, notícias cruas...” (1985, p. 125-126). Nessa perspectiva, o trabalho jornalístico não consiste na reformulação de fatos de acordo com o quadro midiático, mas na pura e simples publicação de fatos crus, em seu contexto primário ou embrionário, que é o quadro oficial ou governamental.

Assistimos à predominância do quadro político interferindo no quadro das mídias que acabam por ser absorvidas. Como resultado, a orientação da imprensa é confundida com a orientação ideológica dos governantes. Trata-se de um registro reverencial ou referencial, em que o discurso do enunciador é apagado em favor do discurso das fontes, ou seja, do quadro oficial como fonte-referência. O jornalista desaparece como mediador, para dar lugar às fontes. O espaço público midiático se torna mais uma simples cena do surgimento de atores no espaço político público do que um espaço de mediação e circulação de opiniões contraditórias. O

processamento da informação é então dependente da ação dos governos, que parecem ser os únicos verdadeiros enunciadores do discurso midiático.

Diante do endurecimento da imprensa da parte do regime, toda esperança de uma imprensa plural, livre e autêntica parecia desaparecer. Cada vez mais, o regime de Mobutu estava a alinhar a imprensa e a tornar-se impiedoso para com ela. Mas só em 1981 foi dado um pequeno passo em frente em termos de liberdade de imprensa. O Presidente Mobutu assinou uma lei em 2 de abril de 1981 que introduz uma liberalização da imprensa com um regime de declaração. Uma simples declaração ao Ministério era agora suficiente para a publicação de um jornal. O diretor da publicação era civil e criminalmente responsável. E vários anos mais tarde, como um trovão, Mobutu, que tinha sido intransigente para com a literatura jornalística durante várias décadas, decretou no seu discurso de 24 de abril de 1990 que a imprensa era agora livre. Com efeito, no seu discurso de 24 de abril de 1990, Mobutu decidiu dar uma nova orientação à vida política do Zaire no sentido da abertura democrática. Anuncia uma série de medidas para colocar o país no caminho da mudança democrática: pluralismo político, liberdade de opinião, liberdade de vestuário, liberdade de imprensa e de expressão, etc. Essa reviravolta ou mudança de Mobutu não é um acidente. Com efeito, com a queda do bloco do Leste, a pressão internacional e nacional tornou-se urgente para forçar as ditaduras africanas a fazerem concessões políticas sérias para não partirem. Mobutu, cedendo a essas pressões, autorizou a organização da Conferência Nacional Soberana, que levaria a uma longa transição. Durante esse período, o papel da imprensa volta a ser importante.

3.3.2. A Conferência Nacional Soberana (1990-1997): Da imprensa estatal à imprensa liberal e plural

A imprensa zairense experimentou um desenvolvimento real e notável durante os trabalhos da Conferência Nacional Soberana. Tal como no domínio dos partidos políticos, há uma explosão de novas mídias privadas. Mais de 200 títulos são declarados às autoridades competentes no prazo de alguns meses. Os jornais estão divididos em dois blocos: a imprensa conhecida como do “movimento”, junto a Mobutu (Elima, Le Soft) e a imprensa conhecida como da “oposição radical” (*Le*

Potentiel, Le Phare, Le Palmarès, La Tempête des tropiques...). Ambos adotam um tom polêmico, prova do seu desejo de independência e, acima de tudo, um sinal de diferença em relação à imprensa da Segunda República, vista como propagandista e servil.

Em vários jornais (*Le Phare, Le Palmarès, Le Grognon, Le Pot-Pourri, L'Intrus, Umoja, Forum des As*, etc.), a caricatura, que combina informação e entretenimento, é novamente utilizada para completar ou ilustrar a informação. Ela destacou-se na encenação de atores políticos congolese. Esse gênero foi aclamado por uma audiência de maioria analfabeta. A imprensa recupera uma relativa liberdade e sotaques que nos recordam os eufóricos dos primeiros anos de independência. Esse período importante da história da República Democrática do Congo corresponde também ao que o jornalista Thierry Perret chama de “*Printemps de la presse*” na África francófona, que acompanhou o vasto movimento de liberalização das opiniões que levou ao fim dos regimes de partido único. No entanto, muitos acreditam que a jovem imprensa “livre” foi confrontada com os mesmos problemas. Como partidária e financeiramente dependente do mundo político, não era tão diferente do da Segunda República, que condenava. Era também um canal para a transmissão de ideologias políticas ou grupos de parceiros sociais. De fato, novos jornais, especialmente os privados, nascem no seio de homens e partidos políticos que emergem na efervescência do pluralismo político recentemente autorizado.

É importa frisar que mesmo se, por um lado, a situação é geralmente desfavorável ao desenvolvimento de uma imprensa escrita de alta qualidade e amplamente distribuída num país onde o analfabetismo é elevado, onde os jornais se mantêm frequentemente confinados à capital, tendo dado a fraqueza da rede de transportes e onde o nível de vida médio dificilmente permite aos cidadãos investir na sua informação diária, é necessário reconhecer, por outro lado, que a abertura ao pluralismo político deu origem a um regime liberal e livre de imprensa, que não poupou as autoridades políticas, tanto da oposição como do movimento presidencial.

Nesse período de liberdade eufórica, os leitores preferiam os novos e mais mordazes jornais, que atacavam impiedosamente o poder e os políticos. A

caricatura teve um bom lugar e foi um grande sucesso com o público. A diversidade de opiniões existentes e as disputas políticas fascinaram os leitores. Esses concursos de oratória refletem um registro político controverso, em que a imprensa desempenha plenamente o seu papel de espaço público constituído pela circulação de opiniões contraditórias. Esse é o fim da obstinação e do reino da censura. E, como escreve Isidore Ndaywel (1998), mais do que os títulos, o discurso brilha com um brilho novo, crítico e até mesmo pedante. Poucos deles estão, explicitamente, ligados a partidos políticos, alguns mal ocultam a sua obediência ao governo (*Salongo, Nzadi, Mambenga*), mas a maioria reúne-se em uma perspectiva crítica (*Le Phare, Le potentiel*) e às vezes hipercrítica (*Umoja, Le Grognon*).

Com a imprensa liberal, a informação torna-se cada vez mais analisada, explicada e comentada. A informação vai além de sua estrutura primária para caber no molde midiático, o que lhe confere seu verdadeiro *status* como discurso midiático. Os jornalistas deixam de ser uma caixa de ressonância da política ou do aparelho político ou do regime prudencial que lhes foi atribuído pelo sistema de partido único para tornarem-se o registro autêntico ou original da informação, que às vezes se funde com o regime controverso. A imprensa recupera então uma de suas funções sociais: a formação da opinião do cidadão. Com efeito, os jornalistas devem fornecer aos cidadãos a informação de que necessitam para viver em liberdade e autonomia (BILL KAVOCH e TOM ROSENSTIEL, 2004, p. 5.), conscientes da sua história e capazes de tomar conta das suas vidas à luz da situação sociopolítica do país. No entanto, com a chegada ao poder de Laurent Désiré Kabila, a imprensa está de novo de luto. Ela é amordaçada e cada vez mais reverencial ou referencial.

3.3.3. Amordaçamento, opressão e enfraquecimento da imprensa sob o regime de Laurent Désiré Kabila

A liberdade de expressão e a diversidade de opiniões, adquiridas através do pluralismo político, sofrerão repressão e um verdadeiro revés devido ao novo regime de Laurent Désiré Kabila. De fato, após a queda do regime de Mobutu e a tomada de controle por Laurent Désiré Kabila, em 17 de maio de 1997, um novo vento sopra sobre a República Democrática do Congo. Novas mídias emergem ou

desenvolvem-se, incluindo o jornal *L'Avenir*, enquanto os antigos jornais mobutistas entram num período de tempos difíceis. O novo Presidente da República, hostil, ou prudente, suspende as atividades dos partidos políticos. Essa suspensão privará os vários títulos das suas habituais matérias-primas e fontes de financiamento. O regime de L. D. Kabila também será desconfiado e duro para com a imprensa. Esse período será caracterizado por uma repressão sistemática à imprensa e às mídias. As detenções, a prisão e a intimidação de jornalistas aumentaram durante esse período. Os jornalistas, que tinham sofrido múltiplos atos de violência, tornaram-se o principal alvo do regime desde 1999. A maioria dos jornalistas da época orientaram o seu pensamento de forma diferente.

A guerra de agressão contra a República Democrática do Congo, desencadeada em 1998, tornará ainda mais precárias as condições de funcionamento dos órgãos de imprensa: o preço das matérias-primas aumentará e a distribuição nas zonas ocupadas é impossível. Já politizados e sensibilizados para a corrupção pela sua situação de extrema privação, os jornalistas são marcados pela duplicidade entre os campos político e jornalístico, por um lado. E, por outro, eles se tornam cada vez mais a caixa de ressonância dos políticos e das suas ideologias. O regime também pratica uma tal retenção de informação que os jornalistas só podem se perder em projeções, pressupostos e comentários sobre os desenvolvimentos nacionais.

Laurent Désiré Kabila não permanecerá no poder para sempre. Em 16 de Janeiro de 2001, numa conspiração internacional contra os interesses do Congo-Kinshasa, Laurent Désiré Kabila, apelidado de Soldado do Povo, foi assassinado, friamente, no seu gabinete de trabalho. As potências ocidentais, com os Estados Unidos da América na liderança, ajudadas pelos seus cães de guarda em África, o ruandês Paul Kagame e o burundiano Museveni, ambos antigos aliados de Laurent Désiré Kabila, tornam-se seus inimigos jurados. Com a morte de Laurent Désiré Kabila, Joseph Kabila, apresentado como filho biológico, sucedeu a seu pai. Mas deve-se notar, entretanto, que a filiação biológica de Joseph Kabila é disputada e questionada por muitos especialistas e pesquisadores. Para esses, Joseph Kabila é um sujeito ruandês. Por conseguinte, é um Presidente com uma nacionalidade congoleza questionável, apoiado pelas potências ocidentais, que se prepara para

tomar posse do xadrez do país. Este novo período da história do Congo-Kinshasa será o epicentro do nosso próximo capítulo, na segunda parte do nosso trabalho.

Parte II:

Evolução da Imprensa Congolesa no contexto de mudanças Sócio-Políticas na República Democrática do Congo

4. O regime ditatorial de Joseph Kabila

Este capítulo trata do regime de Joseph Kabila. Trataremos das grandes articulações desse regime, bem como de suas marcas registradas. Como este trabalho não é um estudo da história, não apresentaremos em detalhes os fatos históricos que marcam o regime de Joseph Kabila. Os historiadores estão em melhor posição para fazê-lo. Para nós, a apresentação das principais linhas desse poder é suficiente para compreender o modo de operação do regime e seu funcionamento a fim de entender melhor o principal objetivo de nossa dissertação, a saber, o *status* da imprensa durante o regime de Kabila, evidentemente, durante o período das nossas investigações e assim o papel desempenhado pelos grupos midiáticos na ascensão de Joseph Kabila em direção à ditadura. De fato, antes de analisar o *status* da imprensa durante o período do exercício do poder de Joseph Kabila, é lógico examinar primeiro o próprio regime.

4.1. A ascensão de Joseph Kabila ao poder

No dia seguinte à morte do presidente Laurent Désiré Kabila, assassinado em 16 de janeiro de 2001, um conglomerado (composto entre outros pelo coronel Eddy Kapend, embaixador britânico na República Democrática do Congo, líderes do destacamento militar angolano e zimbabuense, Pierre Victor Mpongo, o Ministro de Estado do Petróleo, Gaétan Kakudji, Ministro de Estado responsável pelos Assuntos Internos e algumas personalidades) decide “colocar Joseph Kabila à frente do país sob o pretexto de que ele tenha o mesmo nome que o falecido Presidente Laurent Désiré Kabila e que tem a vantagem de ser militar e, desse ponto de vista, de encarnar uma certa continuidade” (UBOLE e YUMBI, p.168). De Joseph Kabila, ou seja, sua nacionalidade, o período de sua infância, sua trajetória escolar, não sabemos muito. Segundo alguns pesquisadores, “Joseph Kabila viveu na Tanzânia” (MALU-MALU, 2014, 245). Ele recebeu um breve treinamento militar na China, cuja natureza é desconhecida e não se sente muito à vontade em francês, o idioma oficial do Congo-Kinshasa (MALU-MALU, 2014, p. 245).

Conta a história que Joseph Kabila participou, junto com Laurent Désiré Kabila, na força de guerrilha que derrubou o Presidente Mobutu em 17 de maio de

1997. Algumas pessoas duvidam de sua afiliação e de sua verdadeira nacionalidade e afirmam que “Laurent Désiré Kabila não era seu pai biológico, mas seu pai adotivo” (MALU-MALU, 2014, p. 245).

Observe-se também que muitos *sites* congolezes acusam Joseph Kabila de impostura. Segundo esses *sites*, citados por J.-J. Arthur Malu-Malu (2014) “o nome real de Joseph Kabila é Hyppolite Kanambe” (p. 245). Na realidade, Joseph Kabila levanta muitas questões sobre seu passado, mas também sobre sua capacidade de governar o país. Mas imposto aos congolezes como Presidente da República, ele se compromete a dialogar com os vários beligerantes da crise na República Democrática do Congo, já que o país está em plena guerra. O mais emblemático e mais midiático desses fóruns é o diálogo inter-congolês realizado em Pretória, na África do Sul.

4.2. Do diálogo inter-congolês à gestão global e inclusiva da transição

Joseph Kabila assume o poder em um tempo de crise, guerras de agressão e tensões sócio-políticas. De fato, várias rebeliões atacam a República Democrática do Congo ao mesmo tempo e em várias frentes. Mas, assim que toma posse, Joseph Kabila manifesta seu desejo de fazer a paz com as várias rebeliões, graças ao diálogo entre os atores da crise congoleza. Kabila está, portanto, tornando a restauração da paz na República Democrática do Congo e a reunificação desse grande país com dimensões continentais o coração de sua ação política. Assim, fará um *tour* pelas principais capitais europeias em busca de apoio e tentará cumprir os compromissos assumidos na cúpula (acordo) de Lusaka em julho de 1999 (MALU-MALU, 2014, p. 246). Essa atitude de um homem apaixonado pela paz lhe rendeu a satisfação de uma parte da comunidade internacional. Ela aprova seu curso sem apontar falhas. Ao contrário de Laurent Désiré Kabila, Joseph Kabila optou por conversas diretas com os líderes rebeldes controlados remotamente por Kigali e Kampala, pois seriam apoiados militar e politicamente por esses dois países vizinhos da República Democrática do Congo. Os esforços de Joseph Kabila culminarão um ano depois no diálogo inter-congolês em Sun City, África do Sul, como parte do acordo de cessar-fogo de Lusaka.

É preciso reconhecer que, desde a guerra de 1996, foram organizadas iniciativas de paz por meio de diálogos inter-congoleses fora do país ou em territórios congoleses, com a participação e o apoio financeiro da Comunidade Internacional. É o caso das reuniões de Lusaka I e II para concluir o cessar-fogo entre os beligerantes, a “reunião de Adis Abeba”, que visa regular o aspecto político do Acordo de Lusaka, o de Sun City, na África do Sul, em abril de 2003, em que invocamos as razões históricas e que é o diálogo inter-congoles mais inclusivo, tendo tido a participação de representantes de praticamente todos os componentes sócio-políticos da República Democrática do Congo e tendo levado a um Acordo global e inclusivo.

Esse diálogo de Sun City parece então a todos como uma última chance de negociação para pôr um fim definitivo aos conflitos na República Democrática do Congo e para inaugurar o estágio de desenvolvimento do país. Inaugurado oficialmente em 15 de outubro de 2001, primeiro em Addis Abeba, Etiópia, durante a Segunda Guerra do Congo e reunindo 80 delegados representando o governo congolês (PPRD), rebeliões (MLC, RCD, RCD-ML)⁹, a oposição, a sociedade civil, teve como objetivo regular o aspecto político do Acordo de Lusaka, cujo cessar-fogo não foi respeitado desde julho de 1999 e, em seguida, repetidamente interrompido. Esse diálogo acaba levando à ratificação do acordo global e inclusivo em 17 de dezembro de 2002 em Sun City (África do Sul) pelos parceiros e representantes congoleses que participam dessa reunião, incluindo o governo de Kinshasa, o MLC, o RCD-Goma, o RCD-ML, RCD-N, a oposição desarmada, Mai-Mai e a sociedade civil (ONGs, grupos dos jovens que lutavam para a democracia, etc.). Entre as testemunhas do acordo estavam o presidente sul-africano Thabo Mbeki e os chefes de Estado de Botsuana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

O Acordo de Pretória organiza o compartilhamento de poder político em instituições de transição para realizar eleições legislativas e presidenciais dentro de dois anos após a inauguração de um governo de transição. Como diz o historiador Ndaywel è Nziem (2015):

⁹ *Mouvement de Libération du Congo* (Grupo rebelde apoiado pelo Uganda); *Rassemblement Congolais pour la Démocratie (RCD-Goma)*, apoiado pelo Ruanda.

O executivo era baseado principalmente no espaço presidencial, composto, além do presidente Joseph Kabila, por quatro vice-presidentes: representantes do componente do governo (Yerodia Ndombasi), responsável por questões políticas e diplomáticas; o do MLC (Jean-Pierre Bemba) para a gestão econômico-financeira, o representante do RDC / Goma (Azarias Ruberwa) que trata da defesa e segurança nacional e o da oposição desarmada (Z'Ahidi Ngoma) ligado a questões sociais e culturais (p. 291).

A condução dessa transição não foi livre de dificuldades. Ela apresentou, de fato, seus problemas. Primeiro, é uma nova coabitação, cuja complexidade é condenada à paralisia, sendo o regime mais preocupado com a manutenção do equilíbrio do que com a eficácia da ação. Situação denunciada pela opinião popular que qualificou esse executivo de $1 + 4 = 0$. Segundo Ndaywel è Nziem (2015), “mesmo as instituições que apoiam a democracia, incluindo a Comissão Eleitoral Independente, o Observatório Nacional de Direitos Humanos ou outros não eram imunes ao duplo peso da pletera e da coabitação” (p. 291).

Outras dificuldades relacionadas à permanência da tragédia congoleza, como a violência armada no Norte de Katanga e Kivus, acompanhadas de estupro e pilhagem sistemática de recursos naturais; o sequestro de crianças por senhores da guerra; falta crônica de recursos pelo governo central. A essas dificuldades de gestão, devemos acrescentar redes mafiosas, com a isca de corrupção, para a assinatura de contratos leoninos; impunidade generalizada, alimentada pela busca permanente de acordos. Segundo alguns observadores eruditos, o próprio processo estava sob ameaça de falha, quando se aproximava o final do prazo escolhido, “quando se constatou que o calendário de preparativos para as eleições, nos primeiros meses de 2005, havia feito pouco progresso” (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 291). Mas isso não importa, o ano de 2006 seria o grande ano político do Congo, porque após a promulgação da nova Constituição em 18 de fevereiro de 2006, pelo Presidente Joseph Kabila, 2006 se tornaria o ano eleitoral.

Com a nova Constituição, adotada por referendo (*référéndum*), a República Democrática do Congo tornou-se, em teoria, um estado de direito, independente, soberano e indivisível, social, democrático e laico. Em termos de administração do país, o Congo está dividido em 26 entidades provinciais altamente descentralizadas. Essas, por sua vez, são subdivididos em entidades territoriais descentralizadas, dotadas, como as províncias, de personalidade jurídica e são administradas por

órgãos locais. É sobre a base da nova Constituição que as eleições presidenciais e legislativas serão organizadas. Essas eleições mostrarão um entusiasmo notável. Mais de 25 milhões de congolese inscitos participarão das primeiras eleições após vários anos de guerra e ditadura de Mobutu.

Somente durante a intensa campanha eleitoral, infelizmente, o tema de *congolidade* (*congolité*) é explorado por parte da oposição, incluindo apoiadores de Jean-Pierre Bemba, acusando Joseph Kabila de não ser congolês. Como dito acima, a dúvida sobre a verdadeira nacionalidade de Joseph Kabila é real e permanente.

É nesse ambiente de suspeita que o primeiro turno da eleição presidencial, juntamente com as eleições legislativas, é organizado em 30 de julho de 2006, sob vigilância militar (MALU-MALU, 2014, p. 252). A primeira rodada mobiliza a participação de 33 candidatos. Entre eles, além de quatro dos cinco membros do grupo presidencial, estão representantes de todos os períodos da história política do Congo independente, “dos líderes da descolonização aos jovens lobos, através dos notáveis do Mobutismo e da Conferência Soberana Nacional. As mulheres estavam presentes, assim como a diáspora” (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 292). O oponente histórico Etienne Tshisekedi boicota essas eleições e escolhe o traje do principal oponente do regime.

Depois do primeiro turno das eleições presidenciais, dois candidatos permanecem em disputa no segundo turno previsto para 29 de outubro: Jean-Pierre Bemba do MLC e Joseph Kabila que, embora declarado candidato independente, foi apoiado pelo PPRD (*Part populaire pour la reconstruction et le développement*). A guerra está aberta entre os dois concorrentes que se odeiam na realidade. A campanha eleitoral durante o segundo turno rapidamente se transforma em uma guerrilha da mídia entre essas duas figuras mais proeminentes, com a construção ao redor de um e de outro de dois cartéis, a União pela Nação (UN), que apoiou Jean-Pierre Bemba, e a Aliança pela Maioria Presidencial (AMP), que apoiou a candidatura de Joseph Kabila. Esses dois cartéis “consolidaram a perspectiva de um duelo eleitoral” (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 292). Foi também um prelúdio para uma eleição contestada de Joseph Kabila, que será proclamado presidente eleito após a organização da segunda corrida presidencial.

4.3. A vitória contestada de Joseph Kabila nas eleições presidenciais

Finalmente, o segundo turno das eleições presidenciais é organizado. Joseph Kabila é proclamado o vencedor dessas eleições não credíveis, contaminadas por grandes fraudes e irregularidades sem precedentes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2011.) Vamos enfatizar diretamente que o mesmo cenário será repetido nas eleições presidenciais de 2011 em que Joseph Kabila, por meio de uma trapaça, dará um golpe de estado eleitoral contra Etienne Tshisekedi, o verdadeiro vencedor das eleições. Kabila será reconhecido por uma parte da comunidade internacional.

Considerando-se eleito, Etienne Tshisekedi se declara presidente da República Democrática do Congo e faz um juramento em sua residência particular no município de Limete. Em uma mensagem dirigida ao povo congolês, ele considera a proclamação feita pela Comissão Nacional Eleitoral Independente como “rebuscada e vergonhosa”¹⁰. Segundo ele, “a CENI desajeitadamente brincara com os resultados que tornam *ipso facto* obsoletos e sem efeito”¹¹. A Igreja Católica Congoleza, através do Arcebispo de Kinshasa, Cardeal Laurent Monsengwo Pasinya, considera que “os resultados das eleições presidenciais na República Democrática do Congo não estão de acordo com a verdade ou com a justiça”¹².

Após esse parêntese rapidamente fechado, voltemos às eleições de 2006. De fato, o anúncio dos resultados do primeiro turno das eleições presidenciais foi seguido por confrontos mortais com armas pesadas na capital durante três dias, ou seja, de 21 a 23 de agosto de 2006, entre os elementos do guarda-costas de Bemba e os da guarda presidencial. Esses confrontos deixaram vários mortos e dezenas de feridos (MALU-MALU, 2014). Segundo o historiador Ndaywel è Nziem (2015), esses confrontos foram causados por frustrações nos campos de ambos. “Kabila, que esperava uma vitória no primeiro turno, não conseguiu sua aposta; para Bemba, a pontuação em Kinshasa foi triunfal, no total, estava apenas cerca de 20%” (p.

¹⁰ Udps, A vitória do povo congolês: Etienne Tshisekedi, Presidente eleito, <http://udps.org/index.php?option>. Acesso em 7 de novembro de 2018.

¹¹ Ibidem.

¹² Cardeal Laurent Monsengwo: “os resultados das eleições não estão em conformidade com a verdade ou a justiça”, <http://fsddc.wordpress.com>. Acesso em 7 de novembro de 2018.

292). Gizenga e Nzanga Mobutu se uniram a Kabila, que, juntamente com a maioria de fato, venceu o segundo turno com 58% de pontos.

Assim começa a Terceira República. E começa em três perspectivas. A primeira é de natureza política. O objetivo é concluir o processo de construção da arquitetura institucional através da organização de eleições comunitárias e da implementação da descentralização. De fato, “a Constituição de 18 de fevereiro de 2006 previu a construção das 26 províncias identificadas dentro de três anos após a implementação de instituições políticas e a organização de entidades territoriais descentralizadas” (NDAYWEL e NZIEM, 2015, p. 293). O processo não pôde ser finalizado devido a dificuldades logísticas.

As outras duas perspectivas são econômicas. Segundo Ndaywel e Nziem (2015), trata-se da realização dos cinco projetos, que estavam no centro da campanha presidencial de Joseph Kabila, que ele apresentou como a prioridade de seu mandato de cinco anos. Esses cinco projetos se concentraram nas seguintes áreas: “infraestrutura (estradas, trilhos, pontes), criação de empregos por meio de investimentos, educação, água e eletricidade, saúde” (NDAYWEL e NZIEM, 2015, p. 293). O segundo foi sobre o uso da contribuição da China para a implementação do programa nacional de desenvolvimento. Joseph Kabila nunca escondeu seu fascínio pela terra de Mao. Kabila disse que o Congo “surpreenderá por seu rápido desenvolvimento, recuperação e se tornará a China de amanhã” (NDAYWEL e NZIEM, 2015, p. 293).

Nessa perspectiva, é concluído um memorando de entendimento entre o governo congolês (representado pelo Ministro de Infraestrutura, Obras Públicas e Reconstrução), por um lado, e o Banco Exim da China e um grupo de empresas chinesas. Essa disposição foi confirmada por um acordo assinado em Pequim. De acordo com os termos dessa convenção, o lado chinês:

comprometeu-se a realizar, através de empréstimos concedidos pelo Banco Exim, obras ferroviárias (3.200 km), estradas (3.600 km), produção e distribuição de energia, construção de aeroportos, hospitais, universidades e casas sociais. Em troca, a empresa Sicomine, criada para a ocasião, cujo capital foi dividido entre empresas chinesas (68%) e o grupo Gécamines (32%), exploraria as reservas de cobre de Kolwezi estimadas em 10,6 milhões de toneladas e algumas centenas de milhares de toneladas de cobalto e outras substâncias minerais (NDAYWEL e NZIEM, 2015, p. 294).

Todas essas promessas de campanhas e boas intenções transformadas em canteiros de obras não serão cumpridas pela presidência de Kabila de maneira satisfatória. As pessoas continuam sofrendo com a miséria mais absurda e negra que o mundo já conheceu. O povo congolês carece de quase tudo em um país que contém tudo. O único partido que vencerá nessas negociações entre o governo e as empresas chinesas é o último com algumas autoridades congolezas. A China se beneficiará da riqueza natural do Congo. Mas, em troca, as estradas e os hospitais prometidos permanecerão apenas como promessas no ar, ou pelo menos, serão cumpridos a uma altura de 10%. Além disso, após um período de sua presidência, o regime de Kabila começa a mudar de cor. Ele está se transformando rapidamente em regime ditatorial.

4.4. Um regime que endurece

Enquanto o povo congolês esperava o estabelecimento da democracia e do Estado de Direito, o país viverá outra ditadura que lembra os anos sombrios do reino de Mobutu. O regime de Kabila se endurece, confisca liberdades fundamentais, amordaça a imprensa e a mídia; as detenções políticas são de centenas de milhares. Assassinatos políticos se tornam o modo operacional do regime de Kabila e todas as manifestações são brutalmente reprimidas, com derramamento de sangue. Não passa um dia sem as notícias de “massacre de congolezes, mulheres e crianças enterradas vivas, aldeias inteiras queimadas, populações inteiras deslocadas de seus territórios originais, violência sexual” (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 174). Tudo sugeria que esses massacres eram orquestrados e planejados. Joseph Kabila e seu regime silenciaram “as vozes discordantes de outros oponentes ou membros da sociedade civil após o golpe eleitoral muito criticado no mundo inteiro” (UBOLE e YMBU, p. 169) Essa situação levará o cardeal Monsengwo a declarar: “No Congo Kinshasa reina a lei da força e não a força da lei [...] como se vivêssemos em uma prisão aberta” (MONSENGWO, 2011, p. 10).

Nessa perspectiva, em 31 de janeiro e em 01 de fevereiro de 2017, a polícia e o exército reprimiram com violência um evento organizado pela seita *Bundu dia Kongo* (BDK) em protesto contra a derrota de seu líder Né Muana Nsemi (um

deputado que luta, especialmente, para a reabilitação da cultura Kongo) na eleição para o governador da província de Bas-Congo. Né Muana Nsemi suspeita que a coalizão de Kabila subornou “os deputados provinciais para ganhar injustamente esta eleição” (MALU-MALU, 2014, p. 256).

Né Muana Nsemi e os seus apoiadores, que então se manifestavam pacificamente, foram atacados em 31 de janeiro em Matadi, que abriga a maioria dos membros de BDK, alegando que armas estariam escondidas lá. A difusão da nova violência sofrida por apoiadores do BDK engole várias cidades da província. Para controlar os manifestantes em Matadi, Muanda e Boma Songololo, o governador da província, Jacques Mbadu nsitu, apelou para o exército e a polícia. A repressão das forças de segurança é sangrenta, faz mais de 104 mortos do lado dos manifestantes. Os seguidores BDK são levados à justiça. Mas “nenhum processo foi instaurado contra oficiais do exército e da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), uma unidade especial responsável pela manutenção da ordem e segurança” (MALU-MALU, 2014, p. 256)

Somando-se a esses assassinatos sob a era de Kabila, acontece o do ativista dos direitos humanos Floribert Chebeya, presidente da organização não-governamental Voz dos Sem Voz (VSV), que estava investigando a tragédia de Bundu dia Kongo e estava se preparando para abrir um processo perante ao CPI pelas atrocidades cometidas contra os seguidores de BDK. De acordo com vários relatos de testemunhas oculares, Floribert Chebeya foi assassinado em 1 de janeiro de 2010, em instalações da Polícia Nacional Congolesa, que tinha então uma reunião nas instalações da polícia com o Inspetor Geral da Polícia Nacional Congolesa, general Numbi Jonh. “Seu corpo é encontrado morto no dia seguinte, fora de Kinshasa. O corpo de seu motorista, também assassinado, nunca foi encontrado” (MALU-MALU, 2014, p. 256).

Além disso, é verdade que há quase duas décadas a autoridade do Estado em toda a extensão da República, cuja parte oriental é gangrenada por grupos armados e milícias, que saqueia recursos naturais, viola mulheres e jovens meninas, até crianças, e massacra muitas populações congolesas. Aqueles que esperam mudanças na era de Kabila ficarão decepcionados. De fato, essa situação não mudará sob o governo de Kabila, pelo contrário, piora. Os observadores mais

instruídos e as mídias internacionais, ninguém permaneceu ignorante desses saques sistemáticos, bem como dessa predação organizada dos recursos naturais que crescem na época de Joseph Kabila.

Além disso, vários relatórios de especialistas da ONU relatam pilhagens sistemáticas da riqueza congoleza pelos estados europeias por meio de empresas multinacionais que apoiam o regime de Kabila (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 170). Esses criminosos econômicos são bem conhecidos, mas não estão preocupados nem são levados à justiça. Eles mantêm grupos armados entregando armas e puxando o Congo nas sombras. A situação da guerra permanente facilita a exploração e a pilhagem sistemática da riqueza natural do país. Entre as firmas fixadas pelos relatórios da ONU e confirmadas pelo IPIS (Serviço Internacional de Informação para a Paz) no contexto dos saques acima mencionados, incluem-se, entre outras, empresas anglo-saxônicas, belgas, alemãs, holandesas e suíças (UBOLE e YUMBI, 2017, p. 171). Para esse fim, deve-se notar que essas empresas estão agora realizando suas atividades nessa região “mascarada e através de empresas de fachada”¹³.

De maneira transparente, o relatório do Painel de Peritos da ONU em 2009 envolve Traxys (Bélgica) e Thaisarco (Tailândia)¹⁴. Nesse relatório, é demonstrada a existência de redes internacionais intimamente ligadas à exploração de ouro, cassiterita, diamante e coltan (columbita-tantalita). Segundo Théotime Ubole Khoshi e Protais Yumbi (2017), esses minerais extraídos ilegalmente da RD do Congo “transitam por Ruanda, Burundi, Uganda, Tanzânia e Quênia para serem vendidos na Bélgica, Emirados Árabes Unidos, China, Dubai, Bombaim, Entebbe, Antuérpia, Hong Kong” (p. 172).

Além disso, dois canadenses, no livro intitulado *Canadá Negro, pilhagens e corrupção na África*, mostraram que multinacionais domiciliadas no Canadá e nas Ilhas Virgens financiaram e apoiaram a guerra de agressão contra a RDC por Ruanda, Burundi e Uganda para o controle de minas (MULUMBA KABWAYI,

¹³ Segundo a terminologia de Jean Moko Kabunde em seu livro *Les crimes économiques dans les grands lacs africains*, em agoravox.fr. Acesso em 2 de outubro de 2019.

¹⁴ Citado por rdc-kin.net: international crisis group, rapport Afrique de cris groupe n°156, du 15 novembre 2010. Acesso em 2 de outubro de 2019.

2019, p. XX). Além disso, existem grupos armados de Ruanda, Uganda, Burundi e outros que vasculham o território e saqueiam recursos congolese.

Sublinhamos que os recursos saqueados estão retornando à República Democrática do Congo na forma de ajuda pública ao desenvolvimento. Essas ajudas são volatilizadas nos bolsos de predadores congolese para se encontrarem, como que por mágica, em contas bancárias privadas no oeste ou nos bancos do Golfo. “Os computadores e telefones celulares fabricados a partir de columbita-tantalita na República Democrática do Congo são vendidos caro nos mercados congolese” (UBOLE e YUMBI, 2017, p.13). Os congolese vivem o “inferno no paraíso” (MUZITO, 2016, p.10), uma situação desumanizante agravada pelo desemprego exponencial: milhares de desempregados privados de qualquer condição decente, entregues à incerteza do futuro. “O ambiente socioeconômico está se deteriorando cada dia mais e estamos surpresos ao ver o nível de pobreza em um estado potencialmente rico” (UBOLE e YUMBI, 2011, p. 31). Esses fatos reais e comprovados fazem Kankwenda, citado por Tshibwabwa, dizer que “de Leopoldo II a Kabila II, através do colonialismo, mobutismo, kabilismo, o Congo viveu a mesma provação. O leopoldismo continuou, por quase cem anos, sem Leopold II, com outros atores” (TSHIBWABWA, 2011, p. 29). Os predadores capitalistas, ocidentais e africanos são galvanizados e apoiados em seu desastroso empreendimento por cidadãos congolese, incluindo a família presidencial de Joseph Kabila.

4.5. Predadores locais dos recursos naturais congolese

Sob o regime de Kabila, muitos congolese participam das pilhagens sistemáticas dos recursos naturais do país. Trata-se da família presidencial de Joseph Kabila, dos vários grupos armados, incluindo o Mai-Mai, Kata-Katanga, um grupo de militares das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC). Jacques Tshibwabwa está certo quando faz esta afirmação triste: “a militarização da pátria mantida pelos grupos armados para garantir o acesso aos recursos naturais” (TSHIBWABWA, 2011, p. 13). Todos esses grupos armados e as chamadas forças leais primam pela predação e pelas violações recorrentes dos

direitos humanos. Mas é preciso reconhecer que a família presidencial é muito ativa nas áreas de espoliação e pilhagem sistemática da riqueza da República Democrática do Congo. De fato, o Grupo de Estudo sobre o Congo (GEC) e a ONG *Global Witness* já denunciavam a colossal e extensa fortuna de sangue da família Kabila em um dos países mais pobres do mundo. O Congo aparece como uma propriedade da família Kabila. Mecanismos da predação financeira e dos recursos naturais do país, aliados a uma repressão feroz a qualquer oposição, reprimindo os movimentos de protesto com violência que termina em sangue, permitem que a família de Joseph Kabila saqueie ou pilhe sistematicamente a RD do Congo e se fortaleça em detrimento dos congolezes.

Em um impressionante relatório publicado em julho de 2017, o *Congo Study Group* (GEC), com o apoio do *Pulitzer Center on Crisis Reporting*, analisou os negócios da família Kabila desde que Joseph chegou ao poder, em 2001, após o assassinato de LD Kabila. E a fortuna do clã Kabila chegaria a dezenas de milhões de dólares! Segundo o GEC, o Chefe de Estado e seus parentes possuem, parcialmente ou totalmente, mais de 80 empresas. O relatório fornece uma visão clara dos interesses econômicos de Joseph Kabila, mas também de sua esposa, Olive Lembe, e de seus filhos, de sua irmã Jaynet e de seu irmão Zoe. O presidente Kabila possui mais de 71.000 hectares de terras agrícolas diretamente através de seus próprios negócios e de seus filhos. Duas empresas, pertencentes à família Kabila, adquiriram licenças para minerar diamantes a mais de 720 quilômetros ao longo da fronteira com Angola. Jaynet Kabila detém uma participação de 4,8% em uma das maiores redes de telefonia móvel do país, e Zoe possui empresas que foram contratadas para explorar alguns dos depósitos minerais mais ricos do mundo. As empresas do clã Kabila são encontradas em quase todos os setores da economia congoleza: agricultura, mineração, bancos, imóveis, telecomunicações e companhias aéreas.

Mas o império Kabila também se estende muito além do Congo. A família possui imóveis na África do Sul e na Tanzânia, e algumas das empresas estão registradas no Panamá, na Ilha Niue, e em Luxemburgo. Algumas empresas controladas pela família Kabila assinaram contratos importantes com o governo congolês, mas, mais surpreendentemente, com o Banco Mundial e com as Nações

Unidas! Jaynet Kabila recebeu mais licenças do Ministério de Minas congolês do que o Código de Mineração do país permite. E, de acordo com o relatório, pelo menos uma empresa familiar esteve envolvida em um controverso acordo de mineração de cobre em 2011, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suspender seu programa de empréstimos de um bilhão de dólares para a RDC. Finalmente, algumas empresas do clã Kabila são protegidas ou guardadas por membros da Guarda Republicana (GR), o que provavelmente está fora do mandato legal dessa força, observa o Grupo de Estudo sobre o Congo.

Então, estamos diante de um estado predatório de seu próprio povo. Kabila e seu clã consideram a RD do Congo sua herança particular. Essa situação também tem como consequência a ausência do Estado no Congo, a falta de infraestrutura viária e o sistema educacional desatualizado. A população ainda não tem acesso à água potável ou à eletricidade. Ainda em termos de energia hidrelétrica, com potencial de 106.000 MW, dos quais 42% estão no local de Inga, apenas 6% são usados, enquanto o Congo é capaz de produzir eletricidade para toda a África e até mais além.

O “sistema Kabila” faz parte de um contexto de corrupção generalizada, comum e estrutural. Em 2017, a RD do Congo ainda é um dos 20 países mais corruptos do mundo. Um verdadeiro escândalo para a Transparência Internacional, que acredita que as necessidades básicas dos cidadãos não são atendidas. Para o presidente da ONG Anticorrupção, José Ugaz, a população vai dormir todas as noites com o estômago vazio por causa da corrupção, enquanto os poderosos e os corruptos desfrutam de um estilo de vida suntuoso com total impunidade.

É nessas circunstâncias que as novas eleições foram organizadas em 30 de dezembro de 2018, após um adiamento de dois anos. O povo congolês decidiu acabar com o regime desastroso de Kabila, já que queria que o regime mudasse. De acordo com a Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), dessas eleições presidenciais, cheias de grandes fraudes e irregularidades de todos os tipos, o candidato Martin FAYULU foi o vencedor com 62,11% (relatório CENCO de 3 de janeiro 2019).

Infelizmente, porém, as pessoas verão suas esperanças de uma alternância autêntica destruída. De fato, [...] na noite de quarta a quinta-feira, em 10 de janeiro de 2019, a Comissão Eleitoral Nacional Independente anunciou que Felix Tshisekedi estava liderando a eleição presidencial com 7.051.013 votos, ou seja 38,57% dos votos, expressa na frente de Martin Fayulu, que recebeu apenas 34,8% dos votos. Os apelos à verdade das urnas lançadas pela CENCO e muitas outras organizações, nacionais e internacionais, não serão ouvidos pelo Tribunal Constitucional que se pronunciou sobre os resultados finais e confirmou o veredicto da CENI declarando a vitória de Felix Tshisekedi, considerando os recursos interpostos por Martin Fayulu, admissíveis, mas improcedentes. (Cf. Conferência Cardeal)

Tudo sugere que Felix Tshisekedi foi nomeado por Joseph Kabila:

Especialmente porque já “antes da publicação dos resultados, os ecos de um acordo de Kabila-Tshisekedi haviam sido filtrados, o ex-presidente tendo, cuidadosamente, tomado o cuidado de nomear um Tribunal Constitucional, como secretários-gerais da administração, diplomatas posteriores de sua obediência ao cadeado por dentro e por fora. Pior, o candidato da coalizão Kabila está sofrendo uma derrota esmagadora nas eleições presidenciais, mas, curiosamente, é declarado vencedor nas eleições legislativas e provinciais, contradizendo assim a vontade do povo de alternância (MONSENGWO, 2019, p. 18).

Como se pode ver, trata-se, nem mais nem menos, da continuidade do regime de Joseph Kabila na pele de Felix Tshisekedi. “É Kabila quem puxa as cordas, é ele quem comanda o país. Tshisekedi está lá como uma máscara usada por Kabila”, diz Martin Fayulu, o verdadeiro vencedor da eleição presidencial de 30 de dezembro de 2018 (Le PHARE, 2019, p. 10). De fato, Joseph Kabila mantém em suas mãos as chaves do poder. Na Assembléia Nacional, sua família política é majoritariamente composta por 350 assentos em 500, o que significa que o primeiro-ministro escolhido será das suas fileiras, conforme previsto na Constituição.

Uma situação que leva o cardeal Monsengwo a declarar:

Felix Tshisekedi colocou-se em algemas das quais ele consegue mal se livrar. E especialmente porque o Presidente Kabila permanece no poder com todos os seus meios de ação prejudiciais. Teria as mãos livres se o programa fosse aceito pela maioria dos congolezes. O governo não terá os meios de sua política. Será apenas corajoso fazer um trabalho superficial, mas será difícil fazer reformas reais na direção da justiça, segurança e paz. Parece que o povo congolês estava condenado a viver à margem da democracia. E, no entanto, [...] se quiséssemos acabar com o sistema de governança de Kabila de uma vez por todas, o Sr. Felix Tshisekedi

deveria simplesmente ter reconhecido sua derrota clara, sem nome, para parabenizar o verdadeiro vencedor e o regime de Kabila entraria em colapso¹⁵.

Infelizmente, o país ainda está entrando na crise de legitimidade das instituições e de seus líderes. As instituições existentes na República Democrática do Congo são o resultado de uma vasta fraude eleitoral planejada, orquestrada e desejada pelo regime de Kabila e seus parceiros. Esse golpe eleitoral de Joseph Kabila é um enorme constrangimento para um país que sofreu violência antes, durante e após as eleições, com muitas mortes devidamente identificadas, como Rosy Tshimanga, Thérèse Kapangala e muitas outras, além de pessoas deslocadas interna e externamente, como em Grand Kasai e Bandundu.

Mas, como pode ser visto ao longo da construção deste capítulo, o jovem presidente Joseph Kabila, inicialmente, não era um ditador. Ele se comprometera com a paz e a democracia assim que tomou o poder. Ele até conseguiu, com outros líderes rebeldes e parceiros nacionais e internacionais, reunir o país dividido em várias partes por causa de guerras repetidas. Muitos congolese acreditaram nos discursos de Joseph Kabila quando ele se declarou a favor da democracia. Para ele, a República Democrática do Congo não teve escolha senão se alinhar à voz dos princípios democráticos. Em um país devastado, cheio de corrupção, minado por injustiça, impunidade e escândalos financeiros, a democracia caminhava um caminho certo de recuperação e desenvolvimento, especialmente porque todos os atores sociopolíticos congolese se comprometeram em Pretória, durante a assinatura do Acordo de Paz em Sun City, com o trabalho pela democracia e a paz duradoura.

Mas, em vista da situação, após a primeira campanha eleitoral, não se pode deixar de perguntar por que e como um homem que encarnava tantas esperanças e era tão popular, chegou a se transformar em um ditador? Quem fez de Joseph Kabila um ditador? E quem criou a classe política medíocre que o país tem até agora? Muitos acreditam que a imprensa congolese desempenhou um papel importante na

¹⁵ *La Libre Belgique Afrique*, entrevista publicada em 26 de fevereiro de 2019 sob o título “**Mgr Monsengwo: ‘Félix Tshisekedi aurait dû reconnaître sa claire et nette défaite’**”. Acesso em 9 de setembro de 2019.

mudança política e na transformação de Joseph Kabila em um ditador, mesmo no surgimento da classe política medíocre.

Ela não apenas foi arrastada ou treinada para essa deriva ditatorial, mas também ajudou Joseph Kabila a afirmar sua autoridade ditatorial. Devemos então analisar a própria imprensa, ou seja, a produção da mídia durante esse período preciso de nosso estudo para entender como e por que a imprensa foi o passo de Joseph Kabila em sua escalada para a ditadura e em seus numerosos massacres, responsabilizando-se por vários crimes contra a humanidade. Mas antes de analisar o conteúdo da imprensa, é necessário decifrar o ambiente social, econômico e financeiro em que a imprensa congoleza trabalha e as várias restrições que enfrenta. Essas restrições e condições sociais e financeiras também são indicativas do comportamento da imprensa ou da orientação de sua linha editorial. Esse ambiente socioeconômico no qual a imprensa desenvolve suas modalidades discursivas é o objeto de nosso próximo capítulo.

5. Ambiente Sociopolítico e Jurídico da emergência evolução dos órgãos de imprensa na República Democrática do Congo

Trata-se, neste capítulo, do ambiente sócio-político e jurídico no qual se desenrolam as modalidades discursivas da imprensa congoleza. Essa descrição permite entender o funcionamento, a natureza e o comportamento da imprensa examinada. Com efeito, na República Democrática do Congo, a paisagem sociopolítica e até jurídica está se mostrando cada vez mais como constrangimentos e obstáculos ao bom funcionamento dos órgãos de imprensa. Além dos avanços significativos no setor legislativo, por exemplo, favoráveis ao exercício da liberdade de opinião, imprensa e expressão, vários outros parâmetros legislativos restringem o exercício pleno desse direito reconhecido de todos os congolezes pela Constituição da República Democrática do Congo de 18 de fevereiro de 2006 e por vários tratados internacionais aos quais a RD Congo aderiu, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

5.1. Quadro jurídico congolês da emergência e evolução da imprensa

Como parte desta análise do quadro jurídico, especialmente relacionado ao setor das mídias, mantemos duas leis básicas e um decreto ministerial. É provável que esses fatores destaquem os principais constrangimentos legais desfavoráveis ao desenvolvimento de uma imprensa mais livre, mais objetiva e mais independente. Trata-se da Portaria nº 81/012, de 04/04/1981, relativa ao *status* dos jornalistas, Lei nº 96-002, de 22 de junho de 1996, que estabelece as regras para o exercício da liberdade dos órgãos de imprensa e o decreto ministerial de 26 de novembro de 1996 sob o número 04/MIP/020/96, que implementa medidas da lei 96-002, de 22 de junho de 1996.

a) A Lei nº 81/012, de 02/04/1981, relativa à situação dos jornalistas

A Lei nº 81/012, sobre o *status* de jornalistas na República Democrática do Congo, foi promulgada em 04/04/1981. Estabelece um quadro organizacional e define as regras e condições de acesso, incluindo o exercício dos profissionais das mídias, tanto para jornalistas independentes quanto para a imprensa. Em seu artigo 5, essa lei concede acesso ao *status* de jornalista profissional para obter a carteira de imprensa na *Union de la Presse du Zaïre* (União da Imprensa do Zaire) (UPZ), que se tornou a *Union Nationale de la Presse du Congo* (União Nacional de Imprensa do Congo) (UNPC). Existem dois métodos de recrutamento instituídos pela UNPC para a famosa carteira de jornalista possa ser obtida, a saber, sobre competição e título. Mas subordina o exercício da atividade de jornalista à posse de uma carteira profissional ou à posse de diplomas específicos:

não dá ao setor das mídias da RDC a oportunidade de se conformar com a realidade atual marcada pela evolução do jornalismo, pelo exercício da profissão e pelas mídias com o surgimento do jornalismo cidadão facilitado pela *Internet*. Atualmente, existem várias novas maneiras de publicar, ou seja, coletar, processar e disseminar informações, por meio de redes sociais como o *blog*, *Facebook*, *Twitter* e muitos outros mais. Hoje, ninguém pode questionar a qualidade e o impacto dessas ferramentas de comunicação no processamento e difusão de informações¹⁶, mesmo acontecendo que certas pessoas usam essas mesmas ferramentas para distribuir *fake news* (PDSM, 2012)

O método de recrutamento por competição deve ser privilegiado, pois aparece como uma maneira de reconhecer a competência e a capacidade de quem quer praticar a profissão jornalística (PDSM, 2012). Deve-se notar também que o artigo 5 desta lei contradiz o artigo 54 da mesma lei, que reconhece que todo jornalista tem o direito e a liberdade de ingressar ou atuar em qualquer organização profissional ou sindical e exercer suas atividades tanto dentro da UNPC quanto não. Existe, portanto, essa ambiguidade de que sofre essa lei que deve ser esclarecida para o bom funcionamento da imprensa (PDSM, 2012). Essa imprecisão legal e bem mantida pode ser um constrangimento para um jornalista que está tendo uma disputa com funcionários da UNPC ou com um líder político que, por sua vez, exerce pressão sobre os líderes da UNPC para que não entreguem ao jornalista que

¹⁶ *Programme de Développement du Secteur Médiaétique (PDSM) en République Démocratique du Congo*, Revue de la Législation Sur les Médias en République Démocratique du Congo. Kinshasa: Internews/ USAID, 2012, p. 4. Acesso em 8 de outubro de 2019.

precisa ou pede a carteira de sócio. Sem a carteira do jornalista, é praticamente impossível exercer a profissão e reivindicar os direitos relacionados à função jornalística.

(b) Lei nº 96-002, de 22 de junho de 1996, que estabelece as regras para o exercício da liberdade de imprensa

Além dos avanços significativos demonstrados por essa lei, em particular o reconhecimento da liberdade como base da comunicação audiovisual, a obrigação e a responsabilidade do Estado de garantir e efetivar o direito à informação; o direito para as empresas públicas e privadas de informação e de comunicação de beneficiarem de apoio direto ou indireto de Estado, mediante tarifas preferenciais no campo da importação de materiais necessários para a produção e distribuição de informações; a obrigação do Estado de conceder doações sob a forma de ajuda indireta às mídias candidatas, que devotariam pelo menos 50% de seus programas a programas culturais, educacionais e sociais; a obrigação de fazer que a mídia estatal trabalhe com independência, neutralidade e respeito ao princípio da igualdade de todos perante a lei e o Estado. Deve-se enfatizar que a Lei nº 96-002, de 22 de junho de 1996, contém restrições legais desfavoráveis ao desenvolvimento e ao surgimento de uma imprensa livre e independente.

Com efeito, a nacionalidade congoleza e a posse de um diploma em jornalismo e/ou comunicação são duas condições principais para ser diretor de uma publicação ou de mídias. A lei proíbe claramente qualquer estrangeiro de criar agências de notícias / meios de comunicação ou órgãos de comunicação audiovisual sem a maioria de congolezes, exceto em casos de reciprocidade. O artigo 34 dessa lei exige que os jornais, especificamente os da imprensa escrita, depositem cada publicação no Ministério do Interior e essa regra aplica uma sanção, mesmo que seja apenas uma questão de uma multa. Também existe nessa lei uma penalização do crime da imprensa definido como “qualquer infração cometida por meio da imprensa escrita ou audiovisual”. Trata-se de um recurso sistemático ao direito penal para processar e punir o jornalista por ofensa cometida pela imprensa em caso de comportamento, mesmo aparente, ter levado ou poder resultar, na prática, de um crime sob a lei criminal. Por exemplo, “um jornalista que publica informações

verdadeiras sobre a situação precária dos militares pode ser processado por incitar membros das forças armadas e da polícia a desviá-los de suas funções” (PDSM, 2012, p. 5)

Acreditamos que o crime de imprensa introduzido pelo legislador congolês em conivência com os atores do campo político também é um constrangimento ao livre exercício da imprensa. Na verdade, o uso sistemático do direito penal para punir a imprensa aparece como um meio de censurar a imprensa e reprimir vozes discordantes do quadro político dominante. Tal criminalização da imprensa pode obrigar o regime dominante a adotar atitudes e decisões políticas, em vez de “o livre exercício de um dos direitos mais fundamentais, o da liberdade de expressão, muito dependente de independência das mídias” (PDSM 2012, p. 5).

Além disso, no que diz respeito ao crime de difamação, de acordo com o direito penal congolês, esse crime não é uma função da veracidade dos fatos tornados públicos, mas da honra e dignidade da pessoa que afirma ser ofendida, o que implica que a publicação de informações verdadeiras ainda pode levar a uma condenação. E, no entanto, em uma democracia, ninguém pode ser processado criminalmente por suas opiniões. Essa é a base do padrão anglo-americano, baseado essencialmente na reparação de danos causados a terceiro apenas por danos morais, ou seja, em casos civis de difamação. Em quase todo o mundo, os defensores da liberdade de expressão estão caminhando para um abandono puro e simples do aspecto criminal da ofensa da imprensa em favor do recurso a danos. Em algumas jurisdições, como as dos Estados Unidos, figuras públicas recebem menos proteção do que indivíduos particulares e “em particular, são obrigadas a provar uma certa seriedade dos fatos alegados contra o jornalista, como a intenção de prejudicar e o conhecimento real da natureza errônea das informações em questão, antes de ganhar danos” (PDSM, 2012, p.8).

Para uma imprensa livre e independente, é necessário revogar a ofensa da imprensa ou crime de imprensa do registro criminal em favor de um regime civil de compensação. As sanções penais devem ser minimizadas, implicando uma abolição total das sentenças de prisão e uma redução na quantidade de multas e no uso das mesmas. “O direito da imprensa não deve ser explorado contra a liberdade de imprensa e a independência das mídias” (PDSM, 2012, p.7). Em vez disso, o papel

dos órgãos reguladores e auto-reguladores das organizações de notícias deve ser fortalecido para que “o jornalista só possa responder por suas ações em tribunais de pares, exceto por ofensas comuns”.

Não devemos esquecer que “em todas as democracias modernas, a liberdade de imprensa é um dos principais indicadores usados para avaliar o nível de governança do estado” (PDSM, 2012, p.5). Bourgnoux (1995) argumentou que “o dispositivo de informação que uma sociedade adquire ou não adquire é o indicador mais seguro de seu grau de abertura ou tolerância” (p.12). Esse dispositivo de informação, que indica a qualidade da democracia, requer um ambiente legal favorável. Esse ainda não é o caso da República Democrática do Congo.

Além disso, existem outros decretos ministeriais na cena jurídica congoleza que constituem restrições legais desfavoráveis ao desenvolvimento da imprensa. É o caso do decreto ministerial emitido em 26 de novembro de 1996 sob o nº04 / MIP / 020/96, que implementa a lei 96-002, de 22 de junho de 1996 Ela estabelece as regras para o exercício da liberdade de imprensa para as empresas das mídias audiovisuais, que instituiu uma taxa de US\$ 5 mil dólares pelo recebimento do recibo por rádios e televisões não comerciais, ao depositar ou preencher suas especificações; então, que o recibo é, em princípio, um aviso de recebimento da declaração feita pelas mídias sobre sua programação e divulgação no contexto das especificações às quais aderem. Essa medida não é mais nem menos que um constrangimento legal orquestrado com o objetivo de direcionar indiretamente a linha editorial daqueles a quem a soma seria exorbitante para pagar, especialmente as rádios comunitárias, que de outra forma são proibidas de toda publicidade comercial e funcionam em áreas remotas onde a capacidade de apoiar seus serviços pela população local é quase inexistente. Essas rádios serão forçadas a pedir favores ao ministério. Dessa maneira, sacrifica-se a liberdade de pensar. Não se contradiz seu pai alimentador.

Deve-se anotar, a esse respeito, que a RD Congo ainda não possui uma lei sobre o acesso à informação pública, apesar de ações terem sido tomadas por atores, especialmente a sociedade civil, em vista de sua configuração. Até o momento, a lei que permite a todos reivindicar o direito de acesso à informação pública é a lei sobre as modalidades do exercício da liberdade de imprensa, cujo artigo 11 dá ao

jornalista liberdade de acesso a todas as fontes de informação, exceto nos casos previstos em lei, ou seja, no artigo 24 da Constituição que, infelizmente, apenas evoca superficialmente o assunto. Portanto, existe uma necessidade de tal lei, porque, de fato, o acesso aqui implica a participação de todos os cidadãos na gestão dos assuntos públicos. O direito de acesso à informação, portanto, não diz respeito exclusivamente a jornalistas. A informação pública se apresenta como um quadro que gera vários direitos fundamentais cujas “promoção e proteção são garantidas por vários instrumentos jurídicos internacionais e regionais ratificados pela RD Congo, bem como por padrões internacionais aos quais o país aderiu” (PDMS, 2012, p. 8), já mencionados acima.

Como se pode ver, a República Democrática do Congo possui um quadro legal que contém constrangimentos desfavoráveis ao desenvolvimento da liberdade de imprensa. Deve-se anotar também que o contexto jurídico não é o único paradigma explicativo para entender melhor o funcionamento das empresas jornalísticas na República Democrática do Congo. Os quadros político, financeiro e econômico são tão reveladores quanto aquele.

5.2. Da precariedade financeira à publicidade como meio de sobrevivência

A dramática situação da economia congoleza é uma verdadeira desvantagem para o surgimento de uma imprensa livre no Congo. O setor das mídias também está enfrentando a crise econômica e, devido à falta de meios adequados, a imprensa congoleza está lutando para desempenhar seu papel. Diante de tal situação de precariedade financeira, a imprensa recorre à publicidade. Ela se torna um recurso indispensável para o financiamento do setor das mídias, à medida em que a publicidade representa 80% da receita dos jornais. São essas receitas de publicidade que compensam a inexistência da receita das vendas de jornais. Como o poder de compra dos congolezes é baixo, a compra de jornais não é uma prioridade para a classe média. Assim, apesar do *boom* das mídias na República Democrática do Congo, os jornais estão lutando para obter saúde financeira, “de modo que publicar um jornal é uma façanha” (MUBANGI, 2007, p. 52-62). À precariedade financeira, devemos acrescentar a falta de progresso técnico, o alto custo de produção,

associado à falta de matérias-primas, as dificuldades de distribuição que podem ter consequências prejudiciais à gestão das mídias na República Democrática do Congo.

Cabe ressaltar que os jornais próximos aos partidos políticos recebem apoio financeiro dos chefes desses partidos e, para os que estão no poder, os órgãos de imprensa também recebem subsídios de empresas públicas administradas pelos agentes do regime. Nessas circunstâncias, a publicidade política tem precedência sobre a publicidade comercial, principalmente porque a maioria dos anúncios estão, na verdade, sob o domínio das comunicações financeiras ou das visões políticas.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o mercado publicitário congolês é muito fraco. É dominado principalmente por empresas de telefonia móvel (VODACOM, ORANGE, etc.), e algumas empresas públicas, principalmente a *Société Nationale d'Assurance* (Companhia Nacional de Seguros, SONAS). Os jornais congolese estão em funcionamento graças a contratos de publicidade com essas empresas de telefonia móvel e algumas outras empresas públicas. É a esse nível, talvez, que a Sociedade da Informação, da qual participa o desenvolvimento total das redes sociais de telefonia móvel (MATTELART, 2009, p. XX), poderia contribuir, em certa medida, para o desenvolvimento da imprensa congolese, inclusive por meio de contratos de publicidade com algumas mídias. “Os contratos de publicidade com empresas de telefonia móvel aparecem como garantia de sobrevivência econômica” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 121).

É também aqui o lugar para salientar que a fraqueza das quotas de mercado publicitário é agravada pelo amadorismo de alguns responsáveis de jornais na negociação de contratos publicitários. Com efeito, a maioria das empresas de imprensa funciona sem serviço comercial ou *marketing* que permita à empresa vender melhor seus produtos do que seus concorrentes, reter clientes em um mercado competitivo, diferenciar o órgão de imprensa da concorrência e aumentar as vendas possivelmente em outros países, sendo o poder de compra do público congolês muito reduzido. Muitas vezes, todo o pessoal das empresas de imprensa “é reduzido a dois ou três editores, ou mesmo a um único agente, que geralmente é o patrocinador/fundador e o diretor da publicação” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 122). É o caso de jornais como o *Point Saillant Plus* de Daniel Safu, do *Impact*

News de Joël Cadet Ndanga, cujas sedes se reduzem à residência de seu promotor e diretor de publicação, sem nenhum funcionário com carteira assinada, porque todos têm *status* de colaboradores ocasionais.

Para superar essas dramáticas condições financeiras, os jornalistas congolese introduziram uma série de práticas que provavelmente desacreditam todas os órgãos de imprensa, especialmente o *coupage*.

5.3. A introdução de uma prática chamada *coupage*

Na República Democrática do Congo, a insegurança financeira levou os profissionais das mídias a multiplicar estratégias de financiamento e sobrevivência. Entre essas estratégias está a prática chamada *coupage*. Já devemos salientar que essa prática é observada em toda a cena das mídias africanas. Segundo o jornalista francês Thierry Perret (2005), “todos os políticos sabem que uma coletiva de imprensa bem organizada é acompanhada de um envelope para os jornalistas, com o único objetivo de possibilitar seu deslocamento. Então a quantidade do pagamento aumenta de acordo com a influência do jornalista ou com as intenções do doador” (p. 194). Segundo Lapess Munkeni (2006), citado por Minkala-Ntadi (2016), o “*coupage* é uma prática jornalística que consiste na alocação de fontes de informação de recursos financeiros ou materiais a profissionais das mídias, quando cobrem certos eventos organizados pelos primeiros” (p. 135).

Em outras palavras, o *coupage* consiste em receber presentes em dinheiro para escrever de forma complacente um artigo, realizar uma reportagem, congelar ou falsificar informações. No Congo Brazzaville, essa prática é chamada em jargão jornalístico de “camorra”. Trata-se para os organizadores de um evento de monetizar a cobertura de seu evento pelas mídias contra a atribuição de alguns benefícios financeiros e/ou materiais aos jornalistas. Mas a prática não se limita apenas a eventos, altamente, políticos. O *coupage* se estende a todas as atividades da cena sociopolítica congolese que exigem cobertura das mídias.

Essa prática jornalística está se mostrando como um constrangimento social e financeiro para o bom funcionamento das mídias na República Democrática do

Congo. As consequências do *coupage* na imagem da profissão jornalística e no bom funcionamento dos órgãos de imprensa são numerosas e desastrosas. Essa prática impõe aos jornalistas vulneráveis o conteúdo e a forma dos sujeitos tratados. O organizador do evento pode escolher o gênero jornalístico e o conteúdo do artigo a ser publicado, ou até escrever o artigo que ele impõe aos órgãos de imprensa para publicar *in extenso*.

A prática não apenas leva a um desequilíbrio alarmante na cobertura das mídias sobre fatos e assuntos da sociedade, mas também impõe o “foco dos jornais congolese em torno de informações institucionais” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 194), políticos, dos partidos políticos, ONGs que têm oportunidades de possibilitar o deslocamento dos jornalistas, negligenciando, portanto, questões sociais relacionadas à população e excluindo do circuito das mídias as ações dos públicos ordinários, ou seja aqueles da classe média cuja principal característica é a redução do poder de compra. Com efeito, na medida em que a passagem nas mídias esteja subordinada, a partir de agora, a uma transação financeira e/ou material, pode estar nas mídias só aquele que detém o poder econômico ou financeiro. Para um ator político, por exemplo, aparecer em um jornal ou na primeira página de um jornal costuma ser objeto de uma negociação de captação de recursos com o jornalista-repórter, que por sua vez deve pagar ao editor taxas técnicas para que o cliente esteja na primeira página ou quando seu artigo aparecer no jornal.

Como pode ser visto, o *coupage* é um golpe fatal para a liberdade e a independência dos jornalistas e das mídias, mesmo que para alguns jornalistas, inseguros e mal remunerados, a prática seja uma forma de motivação. A prática aparece como uma autocensura no tratamento da informação, uma autocensura sem pressão política, principalmente porque alguns jornalistas, no tratamento da informação, “se impõem um dever moral de não ofender seus pais alimentadores, que são os atores da ação política” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 133). Trata-se de um constrangimento e de uma pressão financeira que expõe os jornalistas à corrupção, comportamento anômico, antiético ou anti-deontológico, especialmente porque os jornalistas da República Democrática do Congo, em geral, não vivem de acordo com sua profissão. Eles vivem essencialmente da generosidade dos organizadores do evento que são chamados a cobrir. São esses organizadores dos

eventos a serem midiaticizados que apoiam reportagens, viagens de jornalistas, *pediem* e outros benefícios materiais.

A única maneira de contornar essa prática é melhorar o *status* do jornalista, ou seja, sua situação material e salarial, seu ambiente de trabalho que o proteja de constrangimentos e pressões financeiras e econômicas. Caso contrário, sempre haverá predominância da informação da ação do campo político ou econômico dominante.

5.4. Predominância de informações do detentor do poder político e econômico

A paisagem midiática na República Democrática do Congo é dominada por uma forte dependência de processamento de informações da imprensa para com as fontes governamentais e os partidos políticos. Com efeito, fora do poder em vigor, alguns partidos políticos têm órgãos de imprensa independentes cujas modalidades discursivas denotam uma dependência da visão e da doutrina do partido e/ou do regime dominante. São essas instituições que produzem a informação. Daí a predominância do que é chamado de informação institucional ou política. Isso ocorre porque as fontes do governo e dos partidos políticos são privilegiados na coleta e no processamento de informações de acordo com o proprietário de um órgão de imprensa, mesmo que alguns deles tentem se destacar de outros por uma diversificação de suas fontes, especialmente o jornal católico DIA.

A consequência lógica dessa situação é a politização da informação e o foco dos jornais nas fontes de afiliação política. Em outras palavras, privilegiando as fontes políticas na coleta e no tratamento da informação, os órgãos de imprensa trazem ao público informações profundamente coloridas e de orientação política, que, por meio de enquadramento, podem condicionar a opinião pública. Como Sanibagy-Mollet (2003) afirmou, estamos na presença das “informações que já foram popularizadas e um tanto distorcidas, cujo tratamento para o restabelecimento da verdade na opinião pública é difícil” (p. 74-75).

A tendência da politização da informação no nível das fontes governamentais e dos partidos políticos, por exemplo, também faz parte da dinâmica do que podemos chamar de modelo de imprensa *perroquetique* ou *papagaiótica*. Trata-se de uma imprensa equivocada e extraviada, desprovida de normas clássicas de objetividade, ou seja, dessa distância crítica da realidade que permitiu que a prática “parecesse legítima no movimento de constituição de um espaço público para debate” (PICHETTE, 2007, p. 18). Essa imprensa é caixa de som de modalidades discursivas de partidos políticos e/ou da ação de qualquer elite que detenha poder político e financeiro.

O que está sendo debatido nesse modelo de imprensa *perroquetique* é a difícil emergência do jornalismo autêntico ou verdadeiro, ou seja, “nem animado por interesses pessoais, nem vendido a interesses de outros, nem estrategistas desonestos, nem manipulado” (CORNU, 2009, p. 384); é também a falta de consciência do duplo aspecto do poder, aquele que as mídias podem sustentar porque são capazes de condicionar o comportamento de outros poderes e evitar “males” (TOCQUEVILLE, 1968, p.198) e aquilo que os homens e mulheres políticos podem exercer sobre as mídias. As relações entre políticos e jornalistas levantam a questão da liberdade de expressão. Na República Democrática do Congo, essa liberdade, se não é amordaçada pela repressão, pode ser pela precarização e pelo financiamento da imprensa pelas personalidades e partidos políticos.

A convivência entre os proprietários de jornais e os políticos, com a lealdade que se segue, gera uma forma de poder que pode, facilmente, contornar a democracia clássica, estabelecendo uma ditadura de opinião. Esse é frequentemente o caso na paisagem midiática congoleza. Com efeito, a pessoa dos homens políticos é apresentada em detrimento dos programas e de seus projetos de sociedade para o desenvolvimento do país. Portanto, os políticos não sentem mais a necessidade de defender seu projeto de sociedade diante dos cidadãos, as mídias de suas respectivas tendências fazem o trabalho por eles. É a esse nível que se pode falar sobre o controle da imprensa e a interferência direta ou indireta do quadro político na orientação editorial da imprensa (MINKALA-NTADI, 2016); a orientação editorial da imprensa sendo a maneira pela qual um órgão da imprensa escolhe reunir e

explicar os fatos da experiência, o tratamento da informação. Em outras palavras, a política editorial revela as modalidades discursivas, ou seja, os gêneros, os títulos, os tons e os registros (De la HAYE, 1985) mobilizados por um órgão de imprensa para relatar os fatos que geram as notícias. O quadro político, dessa maneira, torna-se um constrangimento ideológico contra o desenvolvimento de órgãos de imprensa livres e objetivos.

5.5. Quadro político como uma restrição ideológica no tratamento de informação

No contexto específico desta análise, entendemos por quadro político “o conjunto de constrangimentos políticos em que os órgãos da imprensa evoluem” (MINKALA-NTADI, 2016, p.117). A interferência do quadro político na orientação editorial da imprensa refere-se à integração desses constrangimentos na linha editorial de cada órgão da imprensa, na medida em que a linha editorial cumpre um “efeito de comando” (DELFORCE e WALNUT 1999, p. 35). Por serviços interpostos, o regime em vigor indiretamente impõe uma linha editorial aos órgãos de imprensa comprando espaços nos jornais como qualquer ator normal da cena política congoleza, com indicações precisas e claras a respeito do conteúdo e da forma do artigo ou de um comunicado de imprensa a ser publicado. Estamos aqui na lógica da pronta-entrega. Uma prática, aparentemente, comum no cenário das mídias congolezas, mas que ao mesmo tempo interfere insidiosamente na perspectiva editorial de um jornal.

Essa interferência é, portanto, uma das restrições ou constrangimentos ideológicos mais importantes que regulam os códigos de redação na imprensa na sociedade congoleza e prejudicam o bom funcionamento dos órgãos de imprensa. Assim, distorce certas questões sociais atribuídas à informação da imprensa, particularmente na perspectiva da concepção da imprensa como fator estruturante na formação da cultura cívica (DAHLGREN, 2003). Segundo Sanibaguy-Mollet (2003), essas questões societárias devem resultar na ocupação do “terreno da formação de populações para uma nova cidadania, populações capazes de entender as apostas de seu futuro, assumir a reivindicação e a proteção de seus direitos na

gestão dos assuntos públicos” (p.74). Informar é educar, desafiar os atores sociais de todos os níveis na vida da nação.

Em uma atmosfera de interferência do quadro político, é difícil ver as empresas de mídia, em uma perspectiva performativa, exercendo seu papel de consciência crítica da sociedade, propondo o verdadeiro debate de princípios e ideias por meio de seus respectivos programas, estruturar ou priorizar pelo menos preocupações e conhecimentos públicos, a fim de descolonizar os discursos hegemônicos em vigor, mas também informar e orientar o julgamento do público sobre os eventos atuais, moldar suas categorias de percepção e lhe possibilitar, de maneira explícita e crítica, adotar um determinado comportamento capaz de mudar a opinião pública para o seu bem-estar.

Com efeito, se a imprensa não puder dizer às pessoas o que devem pensar, a imprensa poderá dizer ao público o que pensar mediatizando alguns problemas e não outros. É necessário, então, libertar-se dessa interferência política e governamental para criar uma linha editorial constante e independente em relação ao campo de ação política, que não parece tão fácil, à medida em que se observa um verdadeiro bloqueio político nessa imprensa. Esse entrelaçamento político é refletido, entre outras coisas, por uma precariedade financeira orquestrada pelo quadro político dominante, a fim de obter a dependência da imprensa das fontes que detêm um duplo capital político e financeiro (MINKALA-NTADI, 2016, p.117), ou seja, o único poder real: poder econômico.

5.6. Controle político-jurídico pela instituição de uma precariedade financeira

O quadro jurídico e político congolês parece estar soprando quente e frio ao mesmo tempo. Ele se declara a favor da liberdade de imprensa e do direito à informação, mas ao mesmo tempo limita a liberdade de imprensa ao institucionalizar a precariedade financeira. Ele recupera à direita o que dá à esquerda. Com efeito, a Lei nº 96-002, de 22 de junho de 1996, que estabelece as modalidades de exercício da liberdade de imprensa, obriga o Estado congolês a conceder subsídios indiretos a todas os órgãos de imprensa sob a forma das tarifas

preferenciais no campo de importação de materiais necessários para a produção e distribuição de informações, incluindo papel, equipamentos e filmes. Mas, infelizmente, esses subsídios quase não são concedidos pelo Estado congolês. Em vez de subsídios estatais, são multas cobradas a alguns órgãos de imprensa.

E quando certos órgãos de imprensa optam por contradizer o regime em vigor ou criticar os atores da ação governamental, isso, geralmente, leva a uma lógica de confronto que, provavelmente, gera uma relação de desconfiança, ou mesmo confronto entre profissionais da imprensa e atores com poder político. Nesse contexto, certos operadores econômicos recebem pressão do regime dominante e instruções que os proíbem formalmente de conceder contratos de publicidade a jornais considerados críticos da ação do governo ou reivindicando-se abertamente da oposição política. Segundo alguns observadores da paisagem midiática congoleza, essa precariedade financeira imposta indiretamente aos órgãos de imprensa é uma estratégia orquestrada e pensada pelo quadro político dominante para manter a imprensa na coleira e obrigar os órgãos de imprensa a aceitar a interferência direta ou indireta do Estado em sua linha editorial. No entanto, a situação atual da imprensa congoleza é a de uma imprensa que não possui orçamento adequado para seu funcionamento e para sua independência em relação ao regime dominante.

No Congo, os órgãos de imprensa estão frequentemente em déficit. Sem apoio externo, “é difícil manter um jornal vivo, durante anos, se não ao preço de sacrifício daqueles que lhe são devotados, principalmente dos jornalistas” (MBANZA, 2003, p. 68). Thierry Perret segue a mesma perspectiva quando afirma que “a falta de recursos adequados encontra sua tradução na difícil sustentabilidade dos órgãos de imprensa e nas deficiências profissionais frequentemente observadas e denunciadas” (PERRET, 2001, p. 157).

Sem recursos adequados, essas empresas das mídias estão ameaçadas de desaparecimento a cada segundo de sua existência. Como se disse, o dinheiro também é necessário no jornalismo, como a seiva para a árvore. A falta de recursos financeiros não apenas constitui um obstáculo ao treinamento adequado dos profissionais da informação, mas também pode forçá-los a se envolver em práticas jornalísticas equivocadas. Observando a situação da imprensa no Senegal, Frank

Wittmann (2006) observa o efeito desestabilizador da precariedade financeira dos órgãos de imprensa sobre a estabilidade e a profissionalização das equipes editoriais (KAMGA, 2019).

Na República Democrática do Congo, a precariedade financeira leva vários jornalistas a serem recrutados como comunicadores ou consultores em comunicação, ou como gerentes de relações públicas em instituições governamentais ou outras estruturas sob tutela, ou mesmo em empresas privadas, mas continuam a desempenhar suas funções como jornalistas em órgãos de imprensa. Esses jornalistas fazem parte de uma lógica de obrigação de resultados orientada para o aumento do prestígio dos atores políticos para quem trabalham (MINKALA-NTADI, 2014). Um constrangimento adicional para esses jornalistas funcionários de ministérios ou outras autoridades para garantir a perspectiva editorial de um órgão de imprensa alvo com o objetivo de não prejudicar seu empregador.

Em suma, a falta de recursos materiais dificulta o exercício da profissão e põe em risco a viabilidade da imprensa. A observação de Loum (2003) sobre a situação no Senegal é irrevogável: “em um país profundamente afetado pela crise econômica, marcado socialmente pelas consequências catastróficas dos planos de ajuste estrutural e pela desvalorização do franco CFA, é preciso dizer que é muito difícil fazer viver um jornalismo independente” (p. 131).

Com essa precariedade material e financeira, é preciso insistir, o jornalista “está em uma situação delicada que o torna um elemento em zigue-zague, enfrentando uma situação econômica e social de falta e que o expõe a todas as tentações” (YACINE DIOUF, 2005, p. 36). O mesmo vale para Wittmann (2006), que atribui a “profissionalização insuficiente do jornalismo senegalês, pelo menos em parte, à sua instabilidade financeira” (p.185). Para ele, a fragilidade econômica torna impossível a criação de uma sólida infraestrutura logística (gravadores, computadores, veículos, etc.) e também é responsável pelo nível salarial muito baixo (KAMGA, 2019). Segundo Frère (2001), “o contexto econômico desfavorável e a falta de treinamento de jovens jornalistas que vieram ao trabalho por acaso levaram a desvios na prática profissional” (p.30). Com essa precariedade,

o Estado espera controlar a imprensa. Mas a precariedade também abre as portas para a dependência política e econômica.

5.7. Da precariedade financeira à dependência política e econômica

O ambiente socioeconômico da República Democrática do Congo está se deteriorando a cada dia. Com uma economia pouco diversificada, a República Democrática do Congo está passando por uma situação desumana, agravada pelo desemprego exponencial: milhares de pessoas desempregadas e privadas de qualquer condição decente, entregues à incerteza do futuro, e milhares de pessoas com um poder de compra muito baixo ou reduzido. Nesse ambiente, como apontamos acima, o cidadão congolês está comprando cada vez menos jornais. A consequência lógica dessa situação é a redução do número de leitores congolezes. Além disso, a publicidade é escassa e o Estado congolês não cumpre suas responsabilidades e seu dever em relação à concessão de subsídios às empresas. A imprensa congoleza, tanto pública quanto privada, escrita ou audiovisual, está evoluindo em um ambiente socioeconômico bastante restritivo. A pior censura em um período de escassez é a “censura por precariedade” (BOURDIEU, 2000, p. 76).

Esse ambiente social e econômico não favorece o desenvolvimento e o surgimento de uma imprensa livre e de qualidade. Mas, por outro lado, expõe os órgãos de imprensa a uma pressão financeira muito forte que se torna um constrangimento. Incapaz de lidar com os vários encargos (sociais e econômicos) relacionados ao funcionamento de seus negócios, os gerentes de jornais reservam seus espaços midiáticos para os maiores doadores, de acordo com as suas instruções. A precariedade financeira, em seguida, induz práticas jornalísticas em favor de um público financeiramente bem-dotado. Dessa maneira, os atores políticos e econômicos, os mais dotados financeiramente, ou seja, detentores do poder financeiro, são mais bem servidos pela imprensa, mas em detrimento da independência da imprensa e do jornalista.

Esses depósitos econômicos e financeiros se tornam uma fonte mais segura de financiamento para as empresas de imprensa congolezas. Com sua capacidade financeira, e na perspectiva da propaganda política e outras ações de sua escolha,

esses atores, sejam ações governamentais ou econômicas, apresentam-se como verdadeiros patrocinadores da imprensa e usam da imprensa para promover suas ações e impor seu ponto de vista político ou econômico à sociedade congoleza. Assim, para atrair e reter ou fidelizar esse tipo de público rico, os profissionais da imprensa são forçados a manter uma relação de cooperação ou de conivência com esses atores. Porque, como produto de troca, o valor de uso das informações da imprensa implica um encontro entre a oferta de informações e as representações socioculturais dos produtos de seu interesse, o que leva os profissionais das mídias “a restringir sua oferta às representações socioculturais dos atores da ação governamental e econômica, para que possam se reconhecer e aceitar o produto informacional que lhes é proposto” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 129). Na prática, no entanto, existe essencialmente uma relação condescendente entre a imprensa e os detentores do poder político e econômico, a ponto de tornar a imprensa mediadora de suas ações, da ditadura e o lugar de surgimento de uma classe política medíocre. Esse novo *status* da imprensa a determinar e a descrever a partir de análise de conteúdo será o assunto do nosso último capítulo.

6. Análise da produção midiática em períodos de eleição (2006 e 2011) e sua mediação no quadro político congolês

Este último capítulo de nosso trabalho trata de detectar o *status* da imprensa congoleza e o papel desempenhado por ela, durante o período de nossas investigações, na mudança política na República Democrática do Congo. Faremos isso por meio da análise quantitativa de conteúdo dos artigos de jornais produzidos por três grandes jornais selecionados em 2006 e 2011 e cujos resultados serão interpretados à luz de nossa problemática e de nossa hipótese. Tal processo requer o estabelecimento de um método apropriado. Mas antes de apresentar o processo metodológico, é relevante abordar o espaço público, na medida em que, de um lado, o espaço público é capaz de influenciar a situação sociopolítica de um Estado; e de outro lado, no espaço público, as mídias servem, principalmente, para apoiar debates, dão origem a debates públicos e constituem uma alternativa ao espaço público. Logo depois, apresentaremos os princípios básicos da análise de conteúdo como método de investigação e a apresentação da grade de leitura, inteiramente construída por nós, como instrumento técnico para a leitura do *corpus*. A essa análise de conteúdo, juntaremos a questão do espaço público de Habermas que é relevante ao processo de estabelecer uma democracia participativa. No último momento, apresentaremos os resultados de nossa análise do *corpus*, bem como a interpretação dos resultados obtidos, utilizando a grade de leitura. A interpretação desses resultados revela ao mesmo tempo o *status* da imprensa e seu papel na mudança da paisagem política congoleza.

6.1. Espaço público: o conceito fundador da comunicação

J. Habermas foi o primeiro a usar o conceito de “espaço público” em sua tese, publicada em 1960 logo após se distanciar da Escola de Frankfurt, intitulada *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Nela, houve tanto histórica como teoricamente, o surgimento do princípio da publicidade. Esse conceito de espaço público se tornará um dos conceitos mais debatidos por cinquenta anos no campo das ciências sociais, e particularmente na comunicação, onde se tornará uma das pedras angulares de uma disciplina no processo de constituição que buscava os pais fundadores e quadros de

referência (LITS MARC, 2014). Alain Létourneau (2001) resumiu esse conceito emblemático em um parágrafo, lembrando sua filiação à tradição kantiana, sendo dado que sua estrutura teórica completa é obra de Emmanuel Kant: “o espaço público é um conjunto das pessoas privadas reunidas para discutir assuntos de interesse comum” (LITS MARC, 2014, p. 76-77). Em um texto de filosofia política, mais precisamente em sua resposta enviada ao jornal *Berlinische Monatsschrift*, intitulada “Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?”, Kant definiu o Iluminismo como a “saída do estado de tutela”. Ou seja, a situação de um homem incapaz de usar sua razão por si mesmo. Essa condição heterônoma é feita pelo homem. No entanto, para Kant, esse estado de minoria não é natural: o homem é dotado de uma razão que lhe permite descobrir verdades.

No entanto, se sua razão não for cultivada, ele permanecerá na infância. Assim, o Iluminismo é precisamente um chamado dirigido aos homens para se tornarem adultos, permitindo-lhes acessar a autonomia do julgamento. Nessa perspectiva, esse processo de libertação dos tutores é mais fácil de conquistar coletivamente do que individualmente. É por isso que a progressiva iluminação de um povo é suspensa sob uma condição: que o uso público da razão, a livre circulação de idéias e opiniões, oralmente ou por escrito, seja erigido como “lei sagrada da ‘humanidade’”. A censura é considerada “despotismo espiritual”, que não apenas nega a liberdade de publicar ou comunicar idéias oralmente, mas também a liberdade de pensar, já que a razão só entra em contato com a dos outros.

Sobre esse assunto, a ideia habermasiana de espaço público surge na Europa moderna, na constituição de espaços públicos burgueses que atuam como contrapeso às potências absolutistas. O objetivo desses espaços é divulgar a sociedade e o Estado, responsabilizando o Estado perante a sociedade por meio da publicidade, o *Öffentlichkeit* de que Kant falou. A noção de publicidade se torna, assim, um dos conceitos fundamentais do espaço público, porque pensar por si mesmo significa, de fato, pensar em voz alta. A troca de opiniões livres e públicas produz uma cena pública, uma cena em que os olhos se encontram e onde as razões, em contato uma com a outra, surgem simultaneamente. Já com Kant e depois com Habermas, a racionalidade e a pesquisa adquirem uma dimensão intersubjetiva. Além disso, para Habermas, seu espaço público não se basearia na síntese de

posições contraditórias decorrentes de grupos em tensão ou na combinação de interesses particulares, mas seria a expressão de um interesse geral compartilhado por todos no final de uma deliberação baseada em trocas devidamente discutidas. Um conceito que será severamente criticado por seus detratores que o acusam de uma forma de idealismo baseada apenas na razão racional.

Além disso, a concepção Habermasiana de espaço público contradiz a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que destaca a violência simbólica presente em todos os níveis da hierarquia social. Ou ainda com pesquisadores inscritos em uma dialética decorrente do marxismo - Bernard Miège, por exemplo (1989; 2010), para quem a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas continua sendo um elemento determinante da organização social. Arlette Farge (1992) também demonstrou que o espaço público francês no século XVIII não se limitava à elite burguesa educada, mas que também era constituído pelas massas. Entre um Estado que seria um instrumento de dominação a serviço das classes dominantes na visão marxista e um Estado que defende os interesses coletivos definidos após um debate democrático, existem pontos de vista irreconciliáveis (LITS MARC, 2014).

E essa oposição é encontrada na contribuição das mídias para a construção de um espaço público. Habermas considera que a imprensa escrita, pelo menos da metade do século XVIII até o final da Segunda Guerra Mundial, foi decisiva na medida em que possibilitou essa publicidade de ideias, garantindo um modelo deliberado e fundamentado. A imprensa de opinião está no centro desse espaço público. É claro que os apoiadores da Escola de Frankfurt têm uma visão muito mais negativa das mídias, que eles consideram, na melhor das hipóteses, objetos de entretenimento ou prazeres, que levam as pessoas a dormir e ajudam a mantê-las em um estado de submissão e passividade (Adorno a Debord, de Benjamin a Bourdieu de *Sur la Télévision*), na pior das hipóteses, como ferramentas de manipulação a serviço do grande capital. Mas, nesse ponto, Habermas admitirá que sua visão das mídias não levou em consideração suficiente sua dimensão propagandista ou consumista. E não é certo que a análise das trocas que circulam hoje nas redes sociais tranquilizaria o filósofo alemão sobre a dimensão participativa dos cidadãos em um espaço público estruturado graças à internet.

6.1.1. Limites do modelo

Desde a publicação em 1962 do Espaço público, dois grandes críticos foram unânimes em relação à abordagem habermasiana do conceito de espaço público. Por um lado, uma visão excessivamente pessimista das mídias como fatores de degeneração da esfera pública burguesa; por outro lado, o fato de J. Habermas não perceber os movimentos sociais como uma fonte potencial de renovação do espaço público.

Além disso, o espaço público de Habermas tem várias limitações. De fato, um dos principais limites do conceito habermasiano reside certamente em sua dimensão normativa, mas também em suas raízes históricas e socioculturais que sofrem de contextualização suficiente. “Habermas inscreve-se na tradição do Iluminismo, para analisar um momento em que, na Europa, e apenas para a classe burguesa, esse espaço deliberativo se desenvolve em conjunto com o nascimento de uma imprensa de opinião que divulga esses debates” (LITS MARC, 2014, p.78-79). Mas esse modelo ideal, é claro, não funciona em sistemas antidemocráticos, onde as mídias estão totalmente a serviço do poder, e também é organizado de outra maneira em sociedades construídas em outros sistemas de representação (na América Latina, por exemplo). O modelo pode, portanto, ser operacional para as democracias emergentes da Europa Ocidental do século XIX, mas parece ter que ser adaptado quando se aplica a outros lugares e em outras épocas, ou mesmo ser inadequado (LITS MARC, 2014, p. 78).

A recepção do termo alemão *Öffentlichkeit* varia de um universo sociocultural para outro. De fato, a tradição francesa traduz *Öffentlichkeit* pelo “público” ou pela “opinião pública”, que já é uma escolha interpretativa. Por outro lado, a tradição inglesa a traduz como “esfera pública”, que, de outra forma, direciona os usos do conceito. Como podemos ver, a noção de espaço reduz o conceito à sua pura dimensão material, com referência explícita à ágora grega, ou seja, qualquer espaço de reunião, fortuito ou programado, onde pode-se experimentar o Outro e onde a diferença, mesmo a própria diferença, é protegida pelo anonimato (ILARIA CASILLO, 2013). Por outro lado, a noção de esfera refere-se tanto a uma dimensão material quanto a uma dimensão intelectual e abstrata, cobrindo o campo das trocas dialógicas entre todos os indivíduos que

participam da construção do debate coletivo. Essa noção, provavelmente, mais próxima da concepção habermasiana e mais apropriada, leva em conta a “dimensão comunicacional do conceito (na qual ele é o fundador das ciências da informação e da comunicação) que mais tarde levará Habermas a construir sua teoria de agir comunicativo” (LITS MARC, 2014, p. 78).

Outros críticos também se relacionarão à ilusão de igualdade entre os participantes nessas deliberações, que emerge a “força do melhor argumento”, como se ele não fosse tão parcialmente determinado pelo maior peso de um grupo nos debates. Naturalmente, isso se refere à influência relativa de acordo com a afiliação social e ao conflito entre classes, mas também à sub-representação de certos grupos. Os movimentos feministas podem recordar facilmente a ausência de mulheres no espaço público nos séculos 18 e 19 (FRASER, 2001) e, portanto, o confisco do debate em benefício exclusivo dos cidadãos do sexo masculino.

Nesse sentido, para os críticos que enfatizam a dimensão excessivamente prescritiva de sua abordagem, J. Habermas propõe a idéia de uma “formação discursiva de opinião” pública (HABERMAS, 1993, p. XXVII). As perspectivas que J. Habermas traz de uma teoria deliberativa da democracia nos permitem esclarecer a natureza política e discursiva do espaço público. Partindo da natureza discursiva e, portanto, comunicacional do espaço público, J. Habermas propõe considerar as duas dimensões do agir comunicacional como garantidoras da racionalidade das trocas no espaço público. Parece que “a combinação desses dois níveis de racionalidade, um formal e processual, o outro fenomenológico e social, materializa a natureza do que é trocado no espaço público” (LITS MARC, 2014, p. 79-80). O surgimento do conceito de democracia deliberativa na abordagem habermasiana modifica o primeiro modelo de espaço público, mencionado anteriormente. J. Habermas faz uma distinção entre espaços públicos específicos estruturados pelas regras do procedimento deliberativo e “um espaço público geral” que escapa a essas regras processuais e cuja opinião pública obedece ao “treinamento informal” (HABERMAS, 1997, p. 333). Admitidas essas restrições, J. Habermas continua sua reflexão sobre o potencial representado pela estrutura ilimitada que caracteriza o espaço público em geral. É porque não é regulamentado que o espaço público se apresenta como uma estrutura flexível e complexa, capaz

de constituir um contexto de descoberta para o poder legislativo, assumindo seu papel de mediador entre o sistema político e a sociedade (LITS MARC, 2014). Consequentemente, J. Habermas (1997) apresenta o espaço público como um exemplo de mediação “entre o sistema político e os atores privados do mundo vivido e os sistemas de ação, funcionalmente, especificados” (p. 382-401). Assim, coloca o espaço público na periferia do sistema político, cujo centro é composto por instituições governamentais, administrativas e judiciais e “para a formação democrática da opinião e da vontade” (HABERMAS, 1997, p. 382-401).

6.1.2. A renovação do espaço público através da criação de novas formas de interação e ação mediatizadas

Na auto-revisão do modelo de espaço público feito por Habermas, deve ser enfatizado, acima de tudo, seu reconhecimento da importância do papel das mídias de massa na sociedade pós-moderna, e a abolição das fronteiras que elas impuseram entre a cultura comum e alta cultura. Se a criação de publicidade crítica se baseia em grupos organizados, como partidos políticos ou movimentos associativos, deve-se aceitar que esses diversos grupos conduzem a um pluralismo irreconciliável de interesses, que levam à tirania da maioria (HABERMAS, 1992). Miège (2010) e tantos outros pesquisadores até consideram que as mídias e as novas tecnologias da informação e da comunicação criam uma esfera intermediária entre o espaço público e o privado. Há, portanto, o surgimento de um novo espaço de expressão, de uma nova esfera midiática: a internet, por exemplo, seria o lugar onde circulam esses novos discursos, o lugar da constituição de um mundo comum onde encontram-se os discursos sociais legítimos produzidos pela sociedade civil, pelos poderes existentes e pelos ilegítimos, que não teriam acesso aos meios de comunicação tradicionais e que seriam excluídos de falar em público.

Doravante, as mídias contemporâneas são consideradas não como simples transmissoras de conteúdo, mas como intermediários simbólicos coletivos (WOLF, 1993). Além disso, nesse espaço público, as mídias servem, principalmente, para apoiar debates, dão origem a debates públicos e constituem uma alternativa ao espaço público. Mihai Coman (2003) fala nestes termos: “Mas se a mídia o faz, também é o espaço público moderno” (p. 72). Ao aumentar o número de pessoas

que podem ter acesso a debates no espaço público, elas se tornaram o instrumento de disseminação global, um fator de integração na esfera pública e democratização da vida política” (COMAN, 2003, p. 72). Portanto, é lógico conceber as mídias como produtoras de espaços públicos, pois oferecem um sistema de construção de significado e negociação para as diferentes representações do mundo. Dessa maneira, as mídias operam de acordo com um simbolismo racional específico, devido aos padrões de criação e distribuição de mensagens, oferecem espaços para comunicação ritual, debate, negociação, salvaguarda e criação de identidade.

Como podemos ver, ao fazer uso das mídias, os indivíduos conseguem criar novas formas de interação e ação. Lembremos que, inicialmente, Habermas centrou inteiramente seu conceito de espaço público na razão, onde o argumento prevaleceu sobre persuasão ou sedução. Hoje, porém, “o público e o privado interferem cada vez mais, como persuasão e argumentação, racional e não racional, cultura de elite e cultura popular” (LITS MARC, 2014, p. 79). Para Coman (2003), a dimensão pública da produção de mensagens e a dimensão privada de seu consumo cruzam-se cada vez mais. Nesse novo espaço público, cada vez mais heterogêneo, são criadas as esferículas públicas (GITLIN, 1998), pequenos espaços múltiplos e alternativos. Segundo Wolton (1997), esse espaço simbólico, mais fragmentado, coloca em tensão o discurso de atores sociais muitas vezes contraditórios, oriundos dos mundos político, religioso, cultural e associativo. Reúne vários discursos circulantes (CHARAUDEAU, 1997), que estabelecem relações de poder e contra-poder.

Os recentes movimentos de cidadãos, na Europa (*los Indignados* na Espanha e suas cópias em todo o continente), nos Estados Unidos (*Occupy Wall Street*) ou no mundo árabe (revoluções da Tunísia e do Egito) mostram claramente essa fragmentação do espaço público em vários subgrupos, mesmo indivíduos autônomos, na idade da individuação (LITS MARC, 2014, p. 79-80). A era de ouro do espaço público desapareceu, portanto, sob os golpes da comunicação de massa, na medida em que nunca existiu (LITS MARC, 2014). A racionalidade não está mais apenas ligada ao argumento lógico, também há racionalidades narrativas, simbólicas e rituais. Esse novo espaço público está vinculado ao forte surgimento do entretenimento, à mercantilização da informação, à espetacularização, à

desinformação, às notícias falsas, mas também às formas de investimento dos cidadãos ativos. Agora, tudo pode ser dito no espaço público, incluindo o privado, emocional. Modelos jornalísticos, mas também os tipos discursivos utilizados, narrativos, dialógicos ou argumentativos, estão sendo transformados. E com eles as relações com a política são transformadas. Com as novas tecnologias da informação e da comunicação, nasceu um novo tipo de espaço multimídia, diferente do modelo padrão do espaço público habermasiano, tanto mais que as formas de participação geradas pelo desenvolvimento das redes sociais ainda estão longe de ser utilizadas como ferramentas para a democratização (LITS MARC, 2014, p. 80).

6.2. Análise de conteúdo: princípios básicos

A análise de conteúdo tem suas origens na hermenêutica e, em particular, na exegese bíblica, que se aplica à busca pelos significados ocultos dos textos sagrados, para interpretá-los. A definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 40-50, com Berelson, sociólogo americano, conhecido por suas inúmeras análises de fenômenos de comunicação e opiniões na ciência política. Assim, Berelson define a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2011, p. 42). A definição de Bernard Berelson deve ser relativizada, especialmente porque ele considera a análise de conteúdo como um processo único, uma teoria padrão tributável sistematicamente para qualquer conteúdo de comunicação.

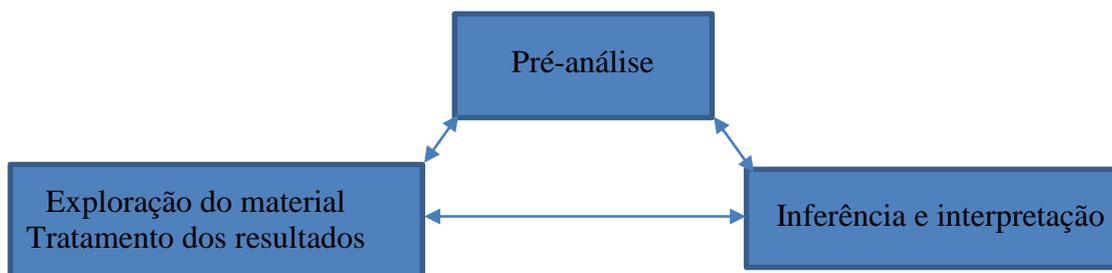
Várias teorias tornam possível afirmar hoje que se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARROS e DUARTE, 2006, p. 48). Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra

significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. A análise de conteúdo permite, em outras palavras, “uma segunda leitura de uma mensagem, substituir a interpretação intuitiva ou instintiva por uma interpretação construída” (FELLER, 1977, p. 123-124).

Por outro lado, segundo (LOZANO, 1994):

sejam os métodos quantitativos, qualitativos, descritivos ou estruturais, o analista deve respeitar a natureza objetiva e sistemática do processo e, assim, evitar qualquer tratamento subjetivo. Deve permitir que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões (p. 141-142).

A utilização da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), prevê três fases fundamentais, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.



A primeira fase, a pré-análise, pode ser identificada como uma fase de organização ou planejamento do trabalho a ser elaborado. Nela, estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, segundo Bardin (2011), envolve a leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. Inicia-se o trabalho “procurando sistematicamente as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas” (BARROS e DUARTE, 2006, p. 290) e escolhendo os documentos a serem analisados. No caso dos artigos dos jornais obtidos para a análise, eles constituirão o *corpus* da pesquisa. Segundo Bardin (2011), a constituição do *corpus* deve obedecer às regras de exaustividade, de representatividade, de homogeneidade, de pertinência e de exclusividade. A

segunda fase, a exploração do material, é uma etapa que “se refere à análise propriamente dita”, “envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas” (BARROS e DUARTE, 2006, p. 290). A terceira fase, finalmente, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, trata dos resultados brutos de maneira a serem significados e válidos.

6.2.1. Construção da grade de leitura como instrumento metodológico

A aplicação da análise de conteúdo requer o estabelecimento prévio de uma grade de leitura ou de um instrumento metodológico técnico. A análise de conteúdo é realizada através desse instrumento técnico. Sublinhamos que a grade de leitura pode ser inventada, reinventada a cada vez ou quase todas as vezes e deve ser adaptada a cada pesquisa para responder a perguntas específicas. Mas vale frisar que, apesar da adaptação da grade de leitura a uma pesquisa específica, a construção das categorias que compõem a grade de leitura deve respeitar as regras gerais aceitas da análise de conteúdo, particularmente a homogeneidade, exclusividade, objetividade, exaustividade, representatividade e pertinência. Sublinhamos, além disso, que existem várias grades de leitura. No âmbito deste trabalho, optamos por um modelo misto, em uma perspectiva construtivista, porque ele se adapta melhor ao nosso tipo de análise. Trata-se da combinação das grades de leitura de Jean-Pierre Boyer e Stephen Kline (BOURBONNIÈRE, 2007).

A grade de leitura de Jean-Pierre Boyer, com seu método OSCAR (Método de Observação em Situação de Conduta de Atividade Real), tem a vantagem de ser uma análise sistemática da informação. De acordo com esse modelo, “um artigo de jornal ou o texto de um boletim de notícias é uma narrativa (uma história), resultante de um trabalho concreto de produção de significado por um autor intencionalizado e posicionado” (TRUDEL 1992, p. 29-30). Além disso, essa narrativa é construída através de seu prisma com uma biografia variável ou mesmo impossível de desconsiderar uma metacomunicação (LEE THAYER, 1965). Surge aqui a ideia de que “a informação nunca é totalmente neutra ou objetiva, na medida em que a produção dessa informação envolve processos de seleção, de avaliação, de

hierarquização, de formatação e de interpretação” (BOURBONNIÈRE, 2007, p. 60). Assim, a realidade apresentada é uma reconstrução jornalística.

Stephen Kline (2000), por outro lado, propõe uma grade de análise geral baseada no “conceito de viés, que pode ser o viés de conteúdo, fonte, tema e retórica” (p. 145). Essa lógica de viés também é adequada para a nossa hipótese neste trabalho, que é de mostrar como a encenação das modalidades discursivas da imprensa congoleza foram *perroquetiques (papagaióticas)* da ação do campo político dominante e como eles criaram uma classe política congoleza medíocre.

Vale lembrar que a definição do tema que escolhemos nesta análise de conteúdo é a proposta por Berelson. De fato, segundo este, o tema é “uma afirmação sobre um assunto, ou seja, uma frase composta, geralmente um resumo ou sentença condensada, sob a qual um conjunto de formulações singulares pode ser afetado” (BARDIN, 2003, p. 21). Como podemos ver, o tema se apresenta como a unidade de significado usada para analisar o que emerge naturalmente de um texto e analisado de acordo com certos critérios relacionados à teoria que norteia a leitura. O tema refere-se a uma realidade psicológica e não linguística, porque “refere-se a uma afirmação, mas muitas vezes também, a uma alusão que pode se referir a um tema ou a vários outros temas” (BOURBONNIÈRE, 2007, p. 62 -63).

Dessa forma, optamos por analisar o artigo de jornal, na medida em que oferece um breve discurso, limitado por sinais de pontuação específicos e contém várias ideias. O artigo de jornal tem a vantagem de ser mais curto que o de uma revista e seu conteúdo é orientado de maneira precisa, de acordo com o ângulo escolhido pelo jornalista, o que facilita a tarefa da enumeração temática que, segundo Laurence Bardin (2011), “torna possível identificar no texto atitudes psicológicas (qualidades, aptidões), aconselhadas ou desencorajadas, que o leitor deve atualizar ou descartar para atingir seus objetivos” (p. 77). Portanto, identificaremos núcleos de significado que fazem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparência pode significar algo para o objetivo de nossa pesquisa.

O conceito de viés leva à ideia da presença de interferência ou influência na seleção dos elementos que entram nas mensagens, que colorem a representação dos eventos da realidade pelos jornalistas (BOURBONNIÈRE, 2007). Através do viés

de conteúdo, será possível identificar os atores envolvidos, os temas dos debates e as principais questões descritas nos artigos e “ver quais direções sucessivas levam o conteúdo da mensagem” (GRA WITZ, 1981, p. 539). No que diz respeito ao viés temático, trata-se do ângulo escolhido para abordar, explicar e compreender os eventos tratados. Assim, seja a orientação cognitiva, emocional ou a interpretação e representação de eventos como “a justificativa para a ação política, todos esses elementos encontrarão seu lugar na interpretação dos resultados da análise temática” (GRA WITZ, 1981, p.539).

O viés retórico, finalmente, de acordo com Stephen Kline (2000), “refere-se ao contexto e à estrutura do raciocínio na reportagem” (p. 145), além de tocar à lógica formal e linguística do jornalista. Stephen Kline (2000) aponta que o viés retórico dos organismos de informação se deve principalmente ao uso da opinião, do contexto emocional, da atribuição de causas, do tom apreciativo e da coordenação de comentários. É nessa parte da análise que categorização, interpretação e avaliação são agrupadas no processo de construção da mensagem. Assim, torna-se possível tanto estudar como categorizar os eventos descritos em “pequenas causas, mas também interpretá-los de acordo com o quadro de referência sociocultural” (BOURBONNIÈRE, 2007, p. 65-66).

6.2.2. Constituição das categorias

Após uma leitura preliminar dos artigos dos três jornais selecionados para o nosso trabalho, optamos por dividir o objeto de análise em quatro grandes categorias de temas. Essas categorias também são delimitadas em subtemas específicos. O primeiro tema escolhido, Presidente Joseph Kabila, é dividido em 9 subtemas de análise, a saber: Pacificador, pai da nação, nacionalista, sistema democrático / sistema ditatorial, produto ocidental, continuidade cinco canteiros, Etienne Tshisekedi, Projeto Social, Kabila ou nada. O segundo tema, Partidos Políticos, também se refere a quatro subtemas: Natureza, Estábulo, Alianças, Política de Barriga. O terceiro tema, Atores Políticos, é dividido em quatro subtemas que descrevem a natureza da classe política congoleza e sua origem midiática: *dialelophone* (feiticeiro), mediocridade, criadores de Joseph Kabila,

emanação da imprensa congoleza. O quarto tema, "Eleições", refere-se tanto à organização das eleições pelo regime dominante de Kinshasa em um clima de insegurança generalizada, quanto ao estabelecimento gradual de um sistema ditatorial cuja imprensa será um órgão de mediação. Esse tema inclui os seguintes subtemas: insegurança, violência, CENI, resultados das eleições, contestação, verdade das urnas, irregularidades e repressão.

6.2.3. O corpus

A escolha dos jornais que constituem o *corpus* desta pesquisa reflete as necessidades de nossa problemática, de compreender o *status* e o papel da imprensa congoleza durante nosso período de investigação. Para construir nosso *corpus*, coletamos uma série de artigos publicados na imprensa tradicional congoleza. Delimitamos o *corpus* de nossa pesquisa examinando os artigos contidos na edição especial dedicada à cobertura das eleições presidenciais e legislativas de 2006 e 2011, seja de julho de 2006 a dezembro de 2006 e de agosto de 2011 a dezembro de 2011. É durante esse grande período da história da República Democrática do Congo que a elite política e os órgãos de imprensa congolezas, frequentemente, revelam sua verdadeira natureza. Em outras palavras, para entender melhor o *status* das modalidades discursivas da imprensa congoleza, o papel desempenhado pela imprensa congoleza e a verdadeira natureza da classe política congoleza, o período eleitoral continua sendo o melhor momento. Assim, todas as notícias, análises e reportagens, editoriais produzidos durante o período estudado foram utilizados para análise.

Nosso *corpus* consiste em uma amostra representativa de 103 artigos intimamente relacionados ao nosso tópico de pesquisa. Esses artigos são provenientes das seguintes empresas de mídia: *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare*. Durante o período de nossas investigações, o jornal *L'Avenir* produziu 262 artigos sobre as eleições, dos quais 143 em 2006 e 119 em 2011, enquanto *Le Phare* publicou 106 artigos sobre o mesmo assunto e pelo mesmo período, dos quais 62 em 2006 e 44 em 2011. *Forum des As*, por último, publicou mais de 154 artigos para o mesmo período e sobre o mesmo assunto, dos quais 86 em 2006 e 70 em

2011. Para o período eleitoral de 2006, nossa amostra selecionou 19 artigos do jornal *L'Avenir*, 15 do jornal *Le Phare* e 17 do jornal *Forum des As*.

No período eleitoral de 2011, mantivemos 20 artigos do jornal *L'Avenir*, 16 artigos do jornal *Forum des As* e 16 artigos, também do jornal *Le Phare*. Os artigos selecionados são os mais significativos. Nesse sentido, deve-se notar que a escolha dessas empresas das mídias se justifica por duas razões. Por um lado, estão entre os jornais congolese que têm uma grande tiragem, susceptíveis de servir de referência para o espaço público nacional congolês. Como tal, eles merecem atenção porque são lidos em todo o país, fora das fronteiras nacionais e têm um *site* sempre atualizado. Por outro lado, esses meios de comunicação estão entre os jornais antigos do país. Como tal, eles são testemunhas de grandes desenvolvimentos sócio-políticos nesse país. Note-se que toda essa documentação está disponível no banco de artigos de diferentes empresas de imprensa selecionadas. Obtivemos essa documentação após pesquisar e coletar os artigos nesses órgãos de imprensa, mas infelizmente a maioria desses artigos não está listada como arquivo nos *sites* dessas três publicações.

Também é importante enfatizar que as idéias veiculadas nesses jornais também se espalham por todo o país, devido a um fenômeno congolês chamado *Parlements-debout* (parlamentares de pé). São encontros populares em todo o país, que surgiram por volta da década de 1970, durante os quais os cidadãos leem jornais, debatem e comentam as notícias. Quem não sabe ler é auxiliado por outros que lhes resumem as notícias (DUGRAND, 2012, p. 49-69). Somente quando esse debate é mal orientado e não crítico, ele produz uma estandardização da opinião pública desejada pelo poder em vigor e / ou pelos autores dos jornais para a manipulação do povo. Expostos à repressão estatal, esses parlamentares, às vezes, consultam os títulos em silêncio. As palavras trocadas entre os leitores são discretas. Todos têm cuidado com o que dizem em público, por medo de represálias por parte dos agentes da Agência Nacional de Inteligência (ANR).

6.2.3.1. Jornais analisados

- ❖ Criado em 1983 e publicado em Kinshasa, *Le Phare* é um diário geral congolês, mas com acesso especial a questões políticas. Pertence a Polydor Muboyayi Mubanga e aparece como um jornal de opinião, próximo à oposição. Sua publicação é regular, com um *site* sempre atualizado. Esse jornal não tem uma rede de distribuição hoje. Sua sede é na 135 Gécamines Avenue, em Kinshasa-Gombe.
- ❖ *L'Avenir* é um jornal de informação geral cuja metade de sua superfície editorial é dedicada a políticas gerais. Foi, a princípio, semanal. Dez anos depois, ou seja, em 2006, o jornal teve uma edição publicada diariamente e passou a empregar cerca de trinta jornalistas. Publicado em francês pelo grupo *L'Avenir* em Kinshasa, do qual Pius Mwabilu está encarregado, este jornal também veicula notícias em *lingala* ou em *suáli*. Ao contrário do jornal *Le Phare*, ele está mais perto do poder. Apresenta um *site* sempre atualizado.
- ❖ *Forum des As* é um jornal diário privado e independente, criado em 1989 por Boverly Bongo. Tornou-se quinzenal, em 1993, e depois, quadrienal. Hoje, o *Forum des As* aparece como informação geral diária, com um foco particular em questões políticas. O *Forum des As* está localizado na 11 Industriel, no município de Limeté Industrielle.

6.3. Análise, apresentação e interpretação dos resultados de 2006

Trata-se nesse parágrafo de mencionar os atores envolvidos nos jornais analisados, os desafios relacionados ao evento que foram objeto da cobertura das mídias, de forma a permitir que qualquer leitor ou pesquisador acompanhe a demonstração de nossa análise. Nos artigos analisados, para as eleições de 2006 e 2011, vários atores estão na vanguarda. No período de 2006, a imprensa congoleza menciona mais de 101 vezes o nome do Presidente Joseph Kabila, mais de 56 vezes o nome de Jean-Pierre Bemba, mas algumas menções reservadas para os outros atores da classe política congoleza como Etienne Tshisekedi, Arthur Z'Ahidi Ngoma, Oscar Kashala, Pius Mwabilu, Abade Apollinaire Malu-Malu, Lambert Mende, Ela Okitundu, Vital Kamerhe, Moïse Katumbu, Laurent Cardinal Monsengwo, Prof Kalele, Polícia Nacional Congoleza, Guarda-costas de Jean -

Pierre Bemba, guarda presidencial, sociedade civil. Para o período eleitoral de 2011, os nomes de Joseph Kabila, Etienne Tshisekedi e Vital Kamerhe são os mais citados. Em uma proporção menor e irregular, os jornais também mencionam nomes como Ngoyi Mulunda, Marco Banguli, She Okitundu, Lambert Mende, Moise Katumbi, Jean-Pierre Bemba, Martin Fayulu, Jean-Claude Muyambu, Frank Djongo, Jacques Ndjoli, Olenga Nkoyi, Augustin Matata Mponio, Jeanine Mabunda, Olivier Kamitatu, Aubin Minaku, Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), Mgr. Marini Bodo, Conselho Superior de Audiovisual e Comunicação.

Os órgãos de imprensa, na maioria dos casos, apresentam a ideologia dos partidos políticos, geralmente agrupados em alianças, com o regime dominante ou agrupados dentro da oposição política. Temas relacionados à economia, projeto social, segurança, desemprego, etc. estão quase ausentes da cobertura das mídias. Nesse sentido, as questões relacionadas às eleições presidenciais e legislativas apresentadas pela imprensa congoleza são mais ideológicas que patrióticas. A produção das mídias analisada destaca interesses puramente pessoais. Além disso, as modalidades discursivas da imprensa colocam mais ênfase nos candidatos do que nos debates de seus respectivos projetos sociais, a fim de confrontá-los com a consciência crítica da opinião pública. E, finalmente, a imprensa serve como *papagaiotismo* (*perroquetisme*), mediação, *médium* de discurso ideológico-político da elite que detém um duplo capital político e financeiro, a fim de aderir o público-alvo a sua visão. Embora 2006 deva ser, de fato, um ano de consolidação da democracia, os temas relacionados à democracia são raros. Pelo contrário, na imprensa congoleza, encontramos a consolidação das pessoas e de seu poder.

6.3.1. Viés temático nos jornais congolese de 2006 e 2011 e interpretação dos resultados de 2006

❖ Total de temas e subtemas identificados para todos os artigos dos jornais publicados de julho a dezembro de 2006

JORNAIS	<i>L'AVENIR</i>	<i>FORUM DES AS</i>	<i>LE PHARE</i>	TOTAL
Número de artigos	19	17	15	51
TEMA :				
JOSEPH KABILA :				
Pacificador	5	2	0	7
Pai da nação	3	2	0	6
Nacionalista	11	5	0	16
Sistema Democrático / Sistema Ditatorial	3	2		5
Produto ocidental	14	8	9	31
Continuidade cinco canteiros				
Etienne Tshisekedi	1	1	3	5
Projeto social	0	0	0	0
Joseph Kabila ou nada	0	0	0	0
PARTIDOS POLÍTICOS :				
Natureza	2	5	6	13
Cavaliarias	3	8	6	17
Alianças	6	4	5	15
Política da barriga	4	3	3	10
ATORES POLÍTICOS :				
<i>Dialelophones</i> (feiticeiros / <i>Griots</i>)	10	3	4	17
Mediocridade	14	11	13	38
Criadores de Joseph Kabila	15	14	11	40
Emanação da imprensa	16	15	13	42
ELEIÇÕES				
Insegurança	2	3	4	9
Violência	2	3	4	9
CENI	3	5	3	11
Publicação dos Resultados	2	3	4	8
Contestação	2	5	6	13
Verdade das urnas	0	0	0	0
Irregularidades	1	2	5	8
Repressão	1	2	4	7

6.3.2. Interpretação dos resultados de 2006

Em *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare*, encontramos uma capa que menciona Joseph Kabila como um homem da situação em relação aos desafios sociopolíticos da época. Joseph Kabila é apresentado como um pacificador (7 artigos), o nacionalista (16 artigos), o pai da nação por permitir a unificação do

Congo após vários anos de guerra (6 artigos). Estas categorias lembram os estigmas de um longo período ditatorial que vivia-se na República Democrática do Congo. E é dessa maneira, com tantas categorias repetidas, ao longo dos dias, para Mobutu por seus conselheiros que ele, gradualmente, se transformou em um ditador. Os editoriais dos jornais *L'Avenir* e *Forum des As*, em particular, refletem a vontade das equipes de Joseph Kabila de explicar a vantagem e a necessidade de ter Joseph Kabila à frente do país em 2006 em vez de Jean Pierre Bemba, seu oponente político. O campo presidencial considera Jean Pierre Bemba como um perigo para a democracia. Jean Pierre Bemba, de acordo com seus oponentes políticos, é tudo menos um democrata. Jean Pierre Bemba é, além disso, a encarnação do sistema ditatorial de Mobutu. Joseph Kabila encarna o sistema democrático. Tudo isso é feito para fazer todas as pessoas aderirem à ideologia de Joseph Kabila. Esses jornais falam sobre a ideologia de Joseph Kabila sem dizer o que é essa ideologia, seus princípios básicos e seu *modus operandi*. Também é raro ver esses jornais falarem do projeto da realidade social de Joseph Kabila, como ele é, em geral, da maioria dos candidatos à presidência da república e à deputação nacional.

Nossa análise de conteúdo também observou que Joseph Kabila era um produto do Ocidente. De fato, vários artigos (31) comentam o apoio das chancelarias ocidentais a Joseph Kabila em detrimento de Jean Pierre Bemba em 2006. 31 artigos lidos relatam o apoio postado pelos Embaixadores dos Estados Unidos, União Europeia etc. ao regime de Joseph Kabila assim como as suas declarações saudaram a organização das eleições credíveis de 2006 e 2011, enquanto vários artigos (9) do jornal *Le Phare* relatam as irregularidades e as grandes fraudes que contaminaram essas eleições. Claramente, para essas chancelarias ocidentais, Joseph Kabila é o homem da situação. Kabila, portanto, aparece como uma fabricação ocidental. O povo não é mais o ator da história e seu soberano.

A esse respeito, os órgãos de imprensa, em todos os artigos publicados durante o nosso período de investigação, também oferecem um grande número de artigos (13) que revelam a natureza dos partidos políticos congolese. De fato, de acordo com a análise desses artigos lidos, os partidos políticos congolese são todos, seja de uniões, movimentos, associações, congressos, etc., seguidos pelo

qualificador ou pelo nome que caracteriza aqueles que desejam lutar juntos sob esse nome. Este é, particularmente, o caso da *Union pour la Démocratie et le Progrès Social* (UDPS), *Union des Mobutiste* (UDEMO), *Mouvement de Libération du Congo* (MLC), *Parti Présidentiel pour la Reconstruction et la Démocratie* (PPRD). A maioria desses partidos, de acordo com nossa análise de conteúdo, luta para não conquistar o poder, com exceção de alguns como UDPS, MLC, PPRD, mas para obter saúde financeira por meio da política, selando alianças com certos partidos políticos que têm uma visão clara e que lutam para conquistar o poder. Nossa análise de conteúdo (15 artigos) observou, em particular, as alianças seladas entre o *Mouvement Lumumbiste Unifié* (PALU) com o *Parti Présidentiel pour la Reconstruction et la Démocratie* (PPRD), entre as plataformas da *Alliance pour la Majorité Présidentielle - AMP* - e o *Regroupement des Nationalistes du Congo - RENACO*, revelado pelos jornais *L'Avenir* e *Forum des As*, publicados na segunda-feira, em 18 de setembro de 2006.

Para esse efeito, o *Forum des As*, midiaticando a reunião do presidente da UDEMO, Nzanga Mobutu, filho do marechal Mobutu, à família política de Joseph Kabila, acredita que a criação do “eixo Kabila - Nzanga é um golpe para JP Bemba”, porque de fato, para esse jornal, devido a essa aliança, a MPA pode conquistar o eleitorado do Equateur (cidade da RD Congo) onde Udemo tem um grande eleitorado essencial ...”. Mais uma vez, esses acordos entre Joseph Kabila e Nzanga Mobutu não são naturais e apenas visam o poder pelo poder, já que, do ponto de vista sociológico, a aliança de Nzanga Mobutu e Joseph Kabila não se justifica. Nzanga Mobutu é o cunhado de Jean-Pierre Bemba. Além disso, Nzanga Mobutu representa o sistema Mobutu derrubado, entre outros, por Joseph Kabila em 17 de maio de 1997.

Portanto, é difícil pensar que esses partidos políticos possam praticar e garantir a institucionalização dos valores democráticos no país, se estiverem no poder. São quase todos os partidos de seus presidentes fundadores, que em sua administração os transformaram em bens quase pessoais. Muitos dos artigos (17), como revela nossa análise de conteúdo, funcionam mais como currais a serviço das ambições políticas pessoais de seu líder ou fundador. Não se trata de grupos de pessoas que compartilham a mesma visão e a mesma ideologia política e que

consideram seu partido como um instrumento de mudança desejada. Pelo contrário, são pessoas reunidas pelo fundador porque acreditam nele ou em suas possibilidades políticas e financeiras e lhe prometem sua lealdade. Essa natureza profunda dos currais eleitorais explica, entre outras coisas, os esforços de pré-posicionamento para estar à mesa das negociações e o compartilhamento, os compromissos, a formação de plataformas políticas oportunistas, a existência dos chamados partidos políticos alimentares (10 artigos), jogo de aliança com o partido no poder, etc. Esse jogo de Aliança não se baseia em ideologia e agenda política compartilhadas, mas, principalmente, tem sua base na lealdade pessoal ao líder fundador e no compartilhamento de poder.

O tema dos atores políticos congolese também está presente nas páginas desses jornais analisados. De fato, os jornalistas (8) falam, extensivamente, dos atores políticos congolese como brilhantes e inteligentes. Mas a maioria dos artigos (40) lidos apresentam mais outras características da classe política congolese: é corrupta e corruptível, maleável, medíocre. A maioria desses políticos persegue dinheiro e posições ministeriais. Eles estão prontos para mudar seu campo político para alcançar seus fins. Por razões financeiras, posicionamento e poder, a maioria dos políticos congolese, de acordo com nossa análise de conteúdo (40 artigos), concordou em colocar-se a serviço de Joseph Kabila. Este é, particularmente, o caso de Alain Atundu, Mwando Nsimba, Kiungu wa Kumwanza, Aubin Minaku, Evarist Boshab, Lambert Mende Omalanga, Antoine Gizenga, Olivier Kabitatu, Zanga Mobutu e outros ex-mobutistas, tornando o regime de Kinshasa um conglomerado de Kabilistas e Mobutistas, formando assim a *MOBILIE* (Mobutu-Kabila).

Esse comportamento é, na realidade, uma transumância política enraizada nos atores políticos congolese, incoerência, em suma, mediocridade, conforme revelado por nossa análise de conteúdo.

Dessa forma, compreende-se que essa classe política e a imprensa congolese criaram o personagem Joseph Kabila. De fato, ao colocar-se ao serviço de Joseph Kabila, a classe política congolese, a trave de discursos transmitidos pela imprensa, se constituiu como defensora de Joseph Kabila e lhe trouxe estratégia de acesso e de conservação de poder. Joseph Kabila dificilmente se expressa, à luz dos artigos

analisados. São os outros que falam em seu lugar. Dessa maneira, esses políticos são, portanto, pilares e bases da constituição de um regime ditatorial na República Democrática do Congo.

Os vários atributos dados a Joseph Kabila pela classe política congoleza e cuja imprensa era o *papagaio*, “incluindo Joseph Kabila”, “especialmente Joseph Kabila”, “o único visionário”, “Kabila deseja”, “Kabila o *raïs*”, esses atributos lançaram as bases para o advento de um regime ditatorial na República Democrática do Congo. É provável que esses atributos, repetidos ao longo do dia na imprensa, certamente tenham alimentado o desejo e a vontade de Joseph Kabila de dominar politicamente, financeiramente e militarmente seus oponentes e todo o povo congolês. Os congolezes são, em grande parte, a causa de sua própria miséria.

Além disso, vários artigos (42) revelaram que a classe política congoleza é, em grande parte, o produto dos órgãos de imprensa congolezas. É a imprensa congoleza que gerou grande parte da classe política do Congo. De fato, as modalidades discursivas da mídia mediaram, ou serviram de mediação, de *Médium* e de *perroquetisme*, o discurso da elite política congoleza. É dando palavra e espaço midiáticos aos políticos congolezes que essa classe política nasceu midiaticamente e surgiu no espaço sociopolítico congolês. A morte midiática desses políticos certamente daria origem a outro tipo de classe política.

Com relação ao tema das eleições, nossa análise de conteúdo revelou que o período eleitoral de 2006 correspondeu, em todo o país, a um momento de tensões sociais e políticas muito marcantes e de luto. Os jornais (9) observaram que a violência durante o período eleitoral perturbou, seriamente, a ordem pública, causando danos materiais consideráveis e perda de vidas. Nossa análise de conteúdo observa, em particular, o incidente ocorrido, em 20 de agosto de 2006, após a publicação (8) dos resultados provisórios do primeiro turno das eleições presidenciais pela Comissão Eleitoral Independente (CEI). De 20 a 22 de agosto de 2006, a Guarda Republicana, dependente de Joseph Kabila, atacou várias vezes a residência de Jean-Pierre Bemba, no centro de Kinshasa, cujo ataque de 21 de agosto, quando ele reuniu-se com quatorze embaixadores do Comitê Internacional de Acompanhamento de Transição (CIAT). De acordo com o *Le Phare*, o balanço era de cerca de trinta mortos. Enquanto se esperava que a imprensa trabalhasse

criticamente a situação de segurança durante esse período, a análise de conteúdo revelou um papel diferente para a imprensa: o *papagaio* das equipes de ambos, especialmente do campo presidencial. Os jornais *L’Avenir* (1 artigo) e *Forum des As* (2 artigos) fizeram o *papagaio* do pensamento do campo presidencial. Esses jornais consideraram o desempoderamento de Joseph Kabila como suposto autor de ataques ao campo de Jean-Pierre Bemba. O artigo de *L’Avenir*, publicado em 4 de setembro de 2006, resume melhor esse papel da imprensa e o *status papagaiótico* da imprensa congoleza durante esse período turbulento do país: “J. Kabila-JP Bemba, quem deve pedir perdão para...?” Nesse artigo, o MLC Jean Pierre Bemba é apresentado como causa e fonte dos eventos de 20 a 22 de agosto de 2006. O trabalho rotineiro podemos falar assim, especialmente quando a linha editorial do jornal *L’Avenir* se inclina para o campo presidencial. E, no entanto, a imprensa autêntica é uma consciência crítica da sociedade, afirma Albert Camus (EKAMBO, 2013, p. 121).

Quando os resultados das eleições (8 artigos) foram publicados pela Comissão Eleitoral Independente, ocorreram várias manifestações denunciando as irregularidades (8 artigos) que corromperam essas eleições. Diante do protesto popular, a repressão policial e militar (7 artigos) não demora muito a chegar. Houve várias mortes e feridos. Nossa análise de conteúdo constatou que a produção midiática dos jornais *L’Avenir* e *Forum des As* foi feita em uma perspectiva *papagaiótica*. Os artigos desses jornais elogiam o trabalho profissional e de qualidade da CEI e depois enfatizam o trabalho profissional da polícia (5 artigos). O jornal *Le Phare* apresenta os fatos de maneira equilibrada. Certamente esse jornal fez autocensura em sua produção midiática para evitar a represália do regime de Joseph Kabila.

6.4. Apresentação, análise e interpretação dos resultados de 2011

❖ Total de temas e subtemas identificados para todos os artigos de jornal publicados de agosto a dezembro de 2011

JORNAIS	<i>L'AVENIR</i>	<i>FORUM DES AS</i>	<i>LE PHARE</i>	TOTAL
NÚMERO DE ARTIGOS	20	16	16	52
TEMA :				
JOSEPH KABILA :				
Pacificador	6	2	1	9
Pai da nação	0	0	0	0
Nacionalista	8	5	0	13
Sistema democrático / Sistema ditatorial	1	2	0	3
Produto ocidental	0	0	0	0
Continuidade cinco canteiros	15	8	0	23
Etienne Tshisekedi	14	8	9	31
Projeto social	0	0	6	6
Joseph Kabila ou nada	17	14	2	33
PARTIDOS POLÍTICOS:				
Natureza	0	0	0	0
Currais eleitorais	5	2	4	11
Alianças	5	2	4	11
Políticos da barriga	4	3	4	11
ATOES POLÍTICOS:				
<i>Dialelophones</i> (feiticeiros)	16	14	11	31
Mediocridade	16	13	12	31
Criadores de Joseph Kabila	17	11	13	31
Emanação da imprensa	16	14	11	31
ELEIÇÕES				
Insegurança	1	1	2	4
Violência	1	1	5	7
CENI	4	7	5	16
Publicação dos resultados	2	3	2	7
Contestação	3	5	13	21
Verdade das urnas	1	3	5	9
Irregularidades	0	1	5	6
Repressão	0	0	3	3

6.4.1. Interpretação dos resultados de 2011

A análise do conteúdo dos jornais publicados durante o período eleitoral de 2011 revelou que a produção das mídias de 2006 e a de 2011 tem profundas semelhanças. Vários artigos ainda falam de Joseph Kabila como pacificador (9 artigos), nacionalista (13 artigos), o oposto do sistema ditatorial (3 artigos) ou ainda “Joseph Kabila ou nada” (33 artigos). Temas semelhantes aos de 2006, mas que são

característicos da ditadura. Pelo menos 31 artigos, ou 31 dos 36 selecionados para os dois jornais, estão estruturados em torno da ideia de uma boa parte da classe política congolese de ter, a qualquer custo, Joseph Kabila como Presidente da República, em vez de ter Etienne Tshisekedi como Presidente da República, já que, segundo esses jornais analisados, Etienne Tshisekedi recordaria os estigmas de tudo o que há de errado na política. Apresentado como tribalista, já que, segundo esses jornais, seu partido consistia essencialmente de membros do mesmo grupo étnico que ele, Tshisekedi seria um perigo para a unidade nacional e para a coabitação pacífica. Os intelectuais congolese, através de dois jornais, *L’Avenir* e *Forum des As*, trabalham, nesse sentido, para deixar Etienne Tshisekedi fora de sintonia com a população congolese. O artigo do jornal *L’Avenir* de 8 de novembro de 2011 resume, por si só, a caricatura feita por esses jornais à pessoa de Etienne Tshisekedi: “Comparar E. Tshisekedi a Nelson Mandela é comparar o dia à noite”.

Nesse sentido, para fazer ganhar o presidente Joseph Kabila nas eleições presidenciais, nossa análise de conteúdo (11 artigos) observou vários jogos de alianças entre o PPRD e alguns partidos políticos para os quais os acordos assinados prometem cargos no governo. No entanto, a produção das mídias dos jornais *L’Avenir* (15 artigos) e *Forum des As* (8 artigos) não apresenta, seriamente, o projeto social de Joseph Kabila para a reestruturação e o desenvolvimento da República Democrática do Congo. O discurso que permanente nesses jornais, a propósito, sobre o programa da sociedade de Joseph Kabila, gira em torno da continuidade de cinco canteiros de obras da República, mas esses órgãos de imprensa não dizem como Joseph Kabila realizará esses cinco projetos, menos ainda, esses artigos analisados não revelam o que Joseph Kabila realmente fará pela saúde, pelo crescimento inclusivo e pela criação de empregos, ou o que ele se compromete a alcançar para o desenvolvimento da agricultura, a industrialização da RD do Congo, a luta contra a pobreza e as desigualdades, o setor privado nacional, etc. Tudo gira em torno da ideia resumida por este artigo do jornal *L’Avenir* de 8 de novembro de 2011: “Para Aubin Minaku: Votar Joseph Kabila é lhe permitir continuar com os cinco canteiros de obra”. O jornal *Le Phare* (4 artigos), por outro lado, difere de outros dois jornais ao falar do projeto de sociedade de Etienne Tshisekedi, mas, com limites de raciocínio. Nossa análise de conteúdo não revelou um questionamento desse projeto de sociedade ou uma crítica

construtiva em torno desse projeto social de Etienne Tshisekedi. Simplesmente, observamos um *perroquetisme* do projeto pelo jornal *Le Phare*. O mesmo se aplica a outros jornais quando se trata de atuar como o papagaio de Joseph Kabila.

Note-se que outros temas como o social congolês, a pobreza vivida pelos congolezes, a luta contra a corrupção, a libertação de presos políticos, e a saúde não são as manchetes desses artigos nesses diários. Assim, podemos concluir que esses temas ainda estavam muito longe das principais preocupações da imprensa e, talvez, do regime dominante.

Quanto ao tema das eleições presidenciais e legislativas de 2011, também existem semelhanças às organizadas em 2006. Segundo os artigos analisados (4 artigos), a campanha eleitoral, por exemplo, foi um momento de grande encontro entre os atores políticos e a população congoleza. Cada campo político foi ao encontro da população congoleza para solicitar seu voto. Entretanto, vários artigos parecem insistir mais nas pessoas do que em seu projeto de sociedade, o que poderia iniciar um debate de ideias e princípios. Além disso, as eleições de 28 de novembro de 2011 foram salpicadas de atos de violência em todo o país, especialmente em Kinshasa, Kasai, Kivu, Província Oriental e Katanga (7 artigos). Na realidade, como em 2006, cada lado mostrou sua vontade absoluta de vencer e excluiu antecipadamente qualquer possibilidade de derrota eleitoral. Ao mesmo tempo, a oposição acusa a Comissão Eleitoral Nacional Independente de estar sob o controle de Joseph Kabila (16 artigos). O campo de Joseph Kabila também acusa a mesma CENI, como resumido neste artigo do *L'Avenir* de 21 de novembro de 2011: “La CENI a trahi: Vers la contestation...”.

Várias marchas públicas foram organizadas pelos militantes da UDPS em todo o país e especialmente em Kinshasa contra a CENI. Mas, como sublinham os artigos do jornal *Le Phare* (3), essas marchas foram violentamente reprimidas com violência e sangue e dispersadas pelas forças de segurança, sozinhas ou às vezes em cumplicidade com as milícias da liga juvenil do partido presidencial, o PPRD. A edição do *Le Phare* de 7 de novembro de 2011 resume perfeitamente a situação de insegurança durante o período eleitoral: “Campanha eleitoral na violência. Fim de semana negro em L’shi, Mbuji-Mayi e Kinshasa: um morto e vários gravemente feridos”. Contudo, o artigo não identifica os verdadeiros responsáveis.

Continuamos no nível da especulação. Diante da repressão da polícia, os jornais *L'Avenir* e *Forum des As* eram o oposto de qualquer princípio ético e deontológico, tornando as empresas de imprensa guardiãs da democracia.

Esses jornais se colocam ao lado do regime dominante de Joseph Kabila e ameaçam a população. O artigo de jornal *Forum des As* publicado em 1º de novembro de 2011 é ilustrativo: “O governo planeja fornecer a todas as forças policiais equipamento adequado”. Implicitamente, a mensagem para o povo é clara: quem se atrever a protestar encontrará a polícia bem equipada no caminho e, portanto, provavelmente encontrará a morte no caminho. *L'Avenir* publicou em 19 de dezembro de 2011, com o objetivo de culpabilizar os apoiadores de Etienne Tshisekedi: “A PALU está enterrando suas seis vítimas. De acordo com esse artigo, “a fúria sanguinária e inexplicável e a intolerância dos membros da UPDS” estariam na raiz dessa tragédia.

Nesse sentido, na proclamação dos resultados finais da eleição presidencial (7 artigos), a população voltou a manifestar-se (21 artigos) para denunciar, por um lado, as massivas fraudes e irregularidades que contaminaram essas eleições (8 artigos); e, por outro lado, reivindicar a verdade das urnas (9 artigos). Os artigos (2) do jornal *Le Phare* voltam às declarações do cardeal Monsengwo, alegando que as eleições de 2011 “não estavam de acordo nem com a verdade nem com a justiça”. Essa declaração provocou a ira do campo de Joseph Kabila. Os artigos nos jornais *O Futuro* de 14 de dezembro de 2011, de uma perspectiva *papagaica*, são ilustrativos: “Monsengwo mentiu”. Segundo esse jornal, o cardeal Laurent Monsengwo mentiu e, no entanto, o cardeal Laurent Monsengwo dizia a verdade sobre a base de vários relatórios concordantes de várias organizações observadoras dessas eleições. Contra as declarações do cardeal Laurent Monsengwo, o jornal *L'Avenir*, na mesma edição de 14 de dezembro de 2011, opõe as do Mgr Marini Bonho, chefe da igreja protestante, que confirmam a credibilidade dos resultados publicados pela CENI: “Essas eleições estão de acordo com a justiça e a verdade”.

Nesse sentido, através de nossa análise do conteúdo, ficou claro que as empresas jornalísticas não conseguiram impor um debate de princípios ou idéias para ajudar o público a dissecar as opiniões e ideologias de uns e outros, mas pelo contrário, a imprensa congoleza, se fez conhecida pelo uso de certas técnicas e

estratégias em seu processo jornalístico em uma perspectiva, basicamente, *papagaitica*. Essas técnicas e estratégias também são reveladoras do significado. É nesta parte do trabalho que a questão do *status* e do papel da imprensa congoleza durante esse período de nossas investigações se torna mais importante.

6.5. Técnicas, estratégias e procedimentos jornalísticos nas empresas jornalísticas *L'Avenir*, *Le Phare* e *Forum des As*

6.5.1. A estratégia de propaganda nos jornais *L'Avenir* e *Forum des As*

A análise de conteúdo revela o uso da propaganda pelos jornalistas como técnica para construir significado na mensagem e como estratégia para disseminar ideias para um público específico, a fim de alcançar os objetivos da fonte ou do emissor, distorcendo a realidade dos fatos. Somente a propaganda sempre sugere a capacidade do remetente de produzir discursos nos quais o conceito de “falsa verdade é aplicado, ou seja, que os fatos ou palavras foram alterados para tornar a mensagem mais atraente ou atrair o favor do público-alvo” (BOURBONNIÈRE, 2007, p. 89-90). Nesse sentido, Philippe Breton (1997) define cinco regras de propaganda: “simplificação, ampliação, orquestração, mitificação, transfusão e contágio” (p.79).

De fato, nossa análise de conteúdo mostrou que os artigos estudados, dos jornais *L'Avenir* e *Forum des As*, não apresentam Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba, por exemplo, de maneira mais ou menos precisa e equilibrada. Ambos os jornais apresentam Jean-Pierre Bemba como uma ameaça real contra a democracia, porque segundo esses jornais, Jean-Pierre Bemba seria o filho ideológico de Mobutu. Com Jean Pierre Bemba, segundo esses jornais, a República Democrática do Congo provavelmente viverá os anos sombrios da ditadura de Mobutu. Por outro lado, Joseph Kabila é apresentado como o pai da nação. Essa dinâmica diferente, que considera Jean-Pierre Bemba como inimigo a neutralizar e Joseph Kabila como amigo da democracia a aceitar, reapareceu em vários artigos desses dois jornais.

Essa é realmente uma estratégia de propaganda. *L'Avenir* e *Forum des As* perceberam que é muito mais fácil divulgar uma mensagem, escolhendo apenas alguns elementos do conjunto e ampliá-los, conforme acontece em seus cinco artigos. Mas é, de fato, uma encenação, uma orquestração e uma ampliação de fatos que nada pode explicar. De fato, o jornal *Le Phare* revela episódios de massacres cometidos pela guarda presidencial em 2006, bem como nas eleições de 2011. Vários congolese, que se manifestaram contra as grandes fraudes e irregularidades que caracterizaram essas eleições, foram assassinados, ou presos pelo regime de Joseph Kabila. As valas comuns onde muitos congolese foram enterrados ainda são visíveis até hoje. Desse modo, apresentar Joseph Kabila como o pai da democracia equivale a fazer o *perroquetisme* jornalístico pior do que a propaganda, porque aniquila a função crítica do ser humano e a capacidade de reflexão.

Além disso, as técnicas de transfusão e de contágio também são visíveis na produção midiática e na construção do significado de três jornais. De fato, essa técnica aparece de maneira transparente através da leitura de certas frases de estilo narrativo e outras de estilo mais interrogativo formuladas pelos editorialistas e apresentadas como uma maneira de atrair o apoio do público-alvo. Eles permitem nomear as possíveis objeções e, assim, apresentar ao público menos convencido a ilusão de que todos os elementos são levados em conta para que seja possível dissecá-los e para que os detalhes não atrapalhem mais sua adesão a essa opinião (BOURBONNIÈRE, 2007, p. XX). Nos artigos, descobrimos que as mesmas frases estilizadas, que levantam questões, são seguidas diretamente de interpretações e explicações de eventos, com a intenção de silenciar todas as contradições. Mas é importante enfatizar cada vez que essas técnicas são usadas sempre em uma perspectiva *perroquetique*. Em outras palavras, esses periódicos, praticamente, não desempenham sua função crítica na produção ou reprodução das informações recebidas, mas as publicam com conteúdo quase idêntico, como demonstraremos mais adiante neste texto. Nossa análise de conteúdo mostra que esses periódicos realizavam um trabalho de papagaio que obtém tudo de seu mestre e reflete perfeitamente e fielmente o que lhe foi dado. Há todos os motivos para acreditar que existe um laboratório estratégico do regime que pensa no lugar dos jornalistas e lhes traz artigos prontos para a publicação.

6.5.2. Censura democrática, repetição e purificação de informação

A análise de conteúdo que realizamos demonstrou a existência da censura democrática nas modalidades discursivas dos jornais considerados. Lembremos que a censura democrática é caracterizada pela supressão, proibição, corte e retenção de informações com base no acúmulo, saturação e superabundância de informações, a fim de distraí-la da essencial. Essa censura democrática é feita “com a intenção de orientar o leitor para o objeto do discurso da imprensa e não para os outros eventos atuais dos quais os autores desses artigos decidiram, deliberadamente, não tratar” (RAMONET, 1999, p. 33-40). Nos artigos dos três jornais, é observável a ocultação de certos fatos e a vontade de repetir outros. De fato, nesses jornais, é repetido várias vezes que Joseph Kabila é o único necessário para a República Democrática do Congo, o *Rais* e Jean Pierre Bemba, o filho de Mobutu.

Esses ensaios ocorrem em várias edições. E para os jornais *L’Avenir* e *Forum des As*, os editoriais são repetidos no intervalo de um ou dois dias, os mesmos artigos com conteúdo idêntico, mas que, às vezes, são diferenciados por seus títulos, podem aparecer no mesmo dia ou com um intervalo de um ou dois dias ou apenas alguns dias. Em termos claros, o mesmo artigo publicado pelo *Forum des As* em sua edição de 24 de outubro de 2006: “O vice-presidente J.P. Bemba Gombo é democrata como afirma?” O jornal *Forum des As* publica o mesmo artigo um dia depois, ou seja, 25 de outubro de 2006, com o mesmo conteúdo, mas muda de título: “JP Bemba tudo, exceto Democrata”. Ou, *L’Avenir* publica, em 19 de outubro de 2006, o “JP Bemba negocia o status de derrotado”. No mesmo dia, *Forum des As* assina “A linguagem dupla de J.P Bemba preocupa!”

Além disso, ao apresentar Joseph Kabila como pacificador e Jean Bemba como o oposto da democracia, esses jornais não apontam que a República Democrática do Congo era um país dividido em vários pedaços, dos quais cada beligerante administrava um pedaço de terra. Foi com a ajuda de toda a classe política congoleza, inclusive a sociedade civil, que o país voltou a ser inteiro. Os atores políticos congolezes e a sociedade civil haviam conseguido assinar um acordo global e inclusivo em Sun Cityn, na África do Sul, para encerrar a guerra. Assim, afirmar que Joseph Kabila seria o único arquiteto da unidade da República Democrática do Congo faz parte de desonestidade intelectual e de propaganda sem

consciência histórica. Portanto, existe a vontade de superinformação que muitas vezes leva à desinformação, que é definida pela presença de informações incompletas e, portanto, usadas voluntariamente para ocultar certos fatos e manipular a opinião pública congolese e internacional.

6.5.3. Manipulação pelo apelo a sentimentos nacionalistas

Nos artigos dos jornais selecionados para análise de conteúdo, do ponto de vista do arranjo dos fatos e da substância da mensagem, as técnicas de manipulação também são perceptíveis em uma de suas formas mais visíveis: a desinformação. De fato, a desinformação parece estar presente em todos os artigos publicados pelos jornais *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare* sobre as eleições. De fato, lendo os artigos de *L'Avenir* (39), *Forum des As* (33) e *Le Phare* (31), podemos ver a presença de diferentes ideias um tanto exageradas e apresentadas como fatos reais. Em geral, *L'Avenir* (39), *Forum des As* (33) elogiam Joseph Kabila, sua boa-fé resumida neste artigo do jornal *L'Avenir* de 18 de outubro de 2006: “Joseph Kabila: O que importa é o que devemos fazer para o bem-estar do povo congolês”. O objetivo desses artigos é colocar Joseph Kabila com ênfase para a população, fazendo-o passar na opinião pública nacional como um verdadeiro nacionalista, a fim de fazê-lo ser aceito por essa opinião pública que está amplamente relacionada ao nacionalismo e ao patriotismo. Estes artigos do jornal *L'Avenir* de 1 de setembro, 4 de setembro e 2 de outubro de 2006 dizem muito sobre isso: “Diante do perigo do retorno da ditadura mobutista: os patriotas, os nacionalistas congolese se fundem”; “Patriotas nacionalistas não esperam para colocar gangues”; “Amp-Palu, um casamento para o interesse nacional”.

O caso de Jean-Pierre Bemba ainda é o mais ilustrativo no uso pelas empresas de impressão da técnica de manipulação. Para *L'Avenir* e *Forum des As*, por exemplo, Jean-Pierre Bemba é a encarnação do sistema ditatorial de Mobutu, conforme confirmado pelo artigo de *L'Avenir* de 5 de setembro de 2006: “Segundo She Okitundu: o segundo turno da eleição presidencial opõe o sistema democrático ao mobutismo”. Existe a ideia de uma certa conspiração contra a democracia liderada por Jean-Pierre Bemba que seria uma ameaça contra os princípios

democráticos, conforme resumido neste artigo da *L'Avenir* de 5 de setembro de 2006: “O futuro presidente JP Bemba seria um distribuidor da morte?”

À luz de tudo o que foi exposto, existe, na realidade, um dualismo, uma luta entre o princípio do bem e o princípio do mal, entre a verdade e a falsidade ou a mentira. Joseph Kabila encarnaria o bem e seus oponentes políticos seriam a encarnação do mal. Ora, geralmente, o dualismo entre o princípio do bem e o princípio do mal é frequentemente gerador de sensacionalismo e emoção. É claro, portanto, que esses jornais estão tentando criar sensacionalismo para despertar emoções públicas e obter sua adesão às ideias veiculadas nos jornais.

6.6. Breves considerações sobre os resultados

O objetivo desta pesquisa foi determinar o *status* e o papel da imprensa durante as eleições de 2006 e 2011. Graças à nossa análise de conteúdo de três jornais, a saber, *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare*, em uma perspectiva construtivista notamos um *status perroquetique/papagaiotico* da imprensa. De fato, a imprensa congoleza, representada pelos três jornais analisados, era um *médium*, um instrumento desprovido de consciência crítica, a serviço de um regime, uma ideologia e uma elite política congoleza detentora de um duplo capital político e financeiro. A imprensa transmitiu, repetiu fielmente, o discurso do político congolês. A análise de conteúdo mostrou que o trabalho jornalístico não consistia em reformular os fatos de acordo com o quadro midiático ou com as regras de uma imprensa autêntica, ou seja, guardiã da democracia, mas antes na publicação pura e simples de fatos brutos, informações prontas-para-vestir ou *prontas-para-publicar* em seu quadro primário que é o quadro político. Esse processo de mediação de informações pronto-para-vestir ou *pronto-para-publicar* é o que chamamos de *perroquetisme/papagaiotismo* da informação. Note-se que essas informações ainda estão em seu primeiro nível, na medida em que permanecem no nível da exposição dos fatos, sem comentários ou análises, mesmo sem questionamentos críticos. É assim que a linguagem dos poderosos (políticos e / ou econômicos) sobrevive à função crítica da imprensa e à liberalização do jornalismo na República Democrática do Congo.

Dessa forma, compreende-se que a imprensa parece ser auxiliar do campo político do qual serve de *papagaiotismo*. Os próprios jornalistas aparecem como “funcionários políticos e, dificilmente, cumpriram uma função crítica, sua missão sendo estritamente definida no contexto da construção da informação tal que desejado pela política” (MINKALA-NTADI, 2016 115-117). Essa construção da informação é, de fato, um “pré-cozido ou o primeiro cozimento” (ESQUENAZI, 2002, p. 17) que aniquila, de fato, qualquer função crítica e reflexiva do jornalista.

Desse ponto de vista, os jornalistas são meros coletores de fatos a serem divulgados em seus quadros primários, meras caixas de ressonância do poder político e/ou da elite que detém o capital financeiro e econômico do qual serve como correia de transmissão ou papagaio de sua mensagem ideológica. O jornalista torna-se, assim, um mediador do pensamento e da ideologia do outro. Deixa de ser “a pessoa que busca e coleta informações, verifica, formata, analisa e, possivelmente, comenta para uma mídia e um público determinados” (JUNQUA, 2005, p. 228).

Com essa perspectiva *papagaiótica*, o jornalista não contribui para a formação das opiniões dos cidadãos e para a conscientização política de seu povo. Isso é ainda mais absurdo para o *Forum des As*, uma mídia que se considera independente, e *Le Phare*, que está próximo da oposição política. A maioria dos artigos analisados mostra que “estamos em um registro reverencial no qual o discurso do enunciador desaparece em favor do discurso da fonte de informação” (MINKALA-NTADI, 2016, p. 115-117). O jornalista que é o mediador desaparece em favor da fonte que é, aqui, o ator político. A imprensa torna-se mais um espaço de aparência dos atores políticos e de sua ideologia do que um espaço de debate de ideias e princípios e circulação de opiniões contraditórias para a refundação de uma sociedade congoleza verdadeiramente democrática. Desse ponto de vista, a imprensa congoleza é o lugar de criação da classe política congoleza, mas uma classe política medíocre, sempre favorecendo seus interesses pessoais em detrimento do bem comum. Ao dar a palavra ao político congolês, a imprensa o gera, o cria midiaticamente e participa da decomposição do tecido político e econômico do país.

Além disso, a imprensa congoleza também criou, gerou e acompanhou o regime de Joseph Kabila, mediando sua ideologia e seu *modus operandi*. Para

cumprir melhor seu papel, a imprensa congoleza não hesitou em recorrer a técnicas de propaganda e em procurar criar a ênfase entre o regime de Joseph Kabila, a classe política e a opinião pública nacional e internacional. No centro de todo esse processo está a legitimação, a justificativa e a credibilidade da oposição simbólica do bem e do mal, na qual se baseia o regime dominante de Kinshasa. Joseph Kabila seria o princípio do bem, enquanto seus oponentes seriam a encarnação do sistema ditatorial de Mobutu.

7. Conclusão geral

Uma preocupação principal presidiu a articulação de toda a nossa pesquisa: qual era o *status* da imprensa congoleza e o papel que ela desempenhou durante o período de nossa investigação, ou seja, de julho a dezembro de 2006 e de agosto de 2011 a dezembro de 2011. Embora já enfatize que a imprensa congoleza não é a única responsável pelo estabelecimento do regime ditatorial de Joseph Kabila na República Democrática do Congo, tanto mais que cada ator social e político assume a responsabilidade, de seu próprio modo, na fundação, na constituição e na estruturação da ditadura na República Democrática do Congo, é lógico notar que, no final de nossas investigações, o papel da imprensa congoleza tem sido o de um papagaio jornalístico. De fato, graças à análise dos jornais que selecionamos como uma amostra representativa de todo o período de investigação, os órgãos de imprensa se revelaram a nós como a voz, a correia de transmissão, a mediação do regime dominante de Kinshasa, mas também da elite congoleza depositária de um duplo capital político e econômico, a ponto de gerar uma classe política congoleza medíocre. Trata-se, portanto, de uma atitude negativa da produção midiática da época que consiste em pensar sob tutela, pensar pelos outros, através dos outros e para os outros. Uma situação anormal, já que o homem é dotado de razão.

A situação do jornalista, nesse contexto, era a do homem incapaz de fazer uso de sua própria razão. À maneira de um papagaio que é ensinado a pronunciar várias dezenas de palavras ou frases, ou a quem se ensina a cantar e em que a liberdade de movimento e do pensamento é substancialmente reduzida e condicionada porque trancado em uma gaiola, e no caso do jornalista, preso em uma precariedade financeira ou em qualquer outra forma de constrangimento, o jornalista se torna o que os outros dizem, sem senso crítico, sem reflexão profunda. É a pura alienação e aniquilação da razão, de seu ser e de sua essência jornalística. O jornalista é reduzido à pura dimensão de um menor, ou seja, incapaz de usar seu entendimento sem a direção de outro (KANT, 1784). O jornalista deixa-se, aqui, conduzir, levar pelo regime dominante ou por qualquer política que possa financiar ativa ou passivamente sua empresa, e que exige que o órgão de imprensa que recebe financiamento publique suas opiniões sem nenhuma modificação de forma e do conteúdo.

Aqui estamos na esfera do sentimento, ou seja, a esfera do subjetivo, e, no entanto, do jornalista é esperada uma esfera objetiva, que é a razão, ou seja, a capacidade que o homem tem para se libertar de informações brutas, dos pensamentos prontos para publicar ou prontos para usar ou prontos para o consumo. Como os órgãos de imprensa não conseguiram sair desse processo das informações prontas para publicação, seguiu-se a monopolização da relação público-imprensa pelos detentores do poder e a ocultação pela imprensa congoleza de outros discursos pertencentes a outros campos sociais compostos por públicos ordinários (sociedade civil, Igreja, associações de direitos humanos etc.) que não aderem à visão do quadro político dominante.

Segundo as investigações, essa situação é devida, em grande parte, ao fato que a imprensa congoleza opera em um ambiente sócio-político, jurídico e econômico bastante restritivo. Devido à falta de meios adequados, a imprensa congoleza está lutando para implantar e cumprir seu papel de primeira ordem. Diante de tal situação de precariedade financeira, a imprensa recorre à publicidade como fonte de financiamento. As receitas de publicidade compensam a inexistência de receita de vendas de jornais. Como o poder de compra dos congolezes é reduzido, a compra de jornais não é uma prioridade para a classe média. Além disso, o Estado congolês não cumpre suas responsabilidades e seu dever no que diz respeito à concessão de subsídios às empresas como o recomenda a Constituição da República.

Além da publicidade, a insegurança financeira levou os profissionais das mídias a multiplicar estratégias de autofinanciamento e sobrevivência, incluindo a prática de *coupage*, ou seja, uma prática jornalística de receber presentes em dinheiro, para escrever um artigo de maneira cúmplice, fazer um relatório, congelar ou falsificar informações. Essa prática impõe aos jornalistas vulneráveis a substância e a forma dos sujeitos tratados. Cortar é um golpe fatal para a liberdade e independência dos jornalistas e das mídias.

Além disso, a conivência entre os proprietários de jornais e os políticos, com a lealdade que se segue, gera uma forma de poder que pode, facilmente, contornar a democracia clássica estabelecendo uma ditadura de opinião. Geralmente, os políticos são destacados em detrimento de seus projetos sociais para o

desenvolvimento do país. O quadro político, dessa maneira, torna-se uma restrição ideológica contra o desenvolvimento de órgãos de imprensa livres e objetivos. Estabelece, essencialmente, uma relação condescendente entre a imprensa e os detentores do poder político e econômico, a ponto de tornar a imprensa mediadora de suas ações e o lugar de gerar uma classe política medíocre.

Como podemos ver, esse ambiente social, econômico, político e jurídico não favorece o desenvolvimento e o surgimento de uma imprensa livre e de qualidade. Pelo contrário, produz e impõe à imprensa congoleza um *status perroquetique* (papagaiótico) sem precedentes. O que está sendo debatido nesse modelo de imprensa *perroquetique* é a difícil emergência do jornalismo autêntico, ou seja, por um lado, “nem animado por interesses pessoais nem vendido a esses outros, nenhum estrategista sorrateiro, nenhum bastardo ou manipulador” (CORNU, 2009, p. 384); e por outro lado, que levanta os receptores, ajuda-os, através de múltiplas reflexões e análises críticas, a se libertar de qualquer pensamento único ou dominante, a se libertar da tirania de qualquer forma e a criar uma classe política em que a excelência é destino. Para conseguir isso, o jornalista, por exemplo, deve aprender a sempre perguntar por que, “pensar por si mesmo”, ou seja, recusar-se a se contentar com informações brutas, prontas para publicação ou consumo, ou então informações de primeiro grau que são, na realidade, preconceitos dos quais é necessário libertar-se. Preconceitos são pensamentos prontos que não foram questionados ou que não foram peneirados através da reflexão. Essas ideias podem estar em nós ou podem de vir de fora de nós notadamente do quadro político dominante ou da elite política que detém poder político e financeiro. Informação pronta para publicar ou consumir não é um pensamento verdadeiro, já que é algo que alguém adquiriu passivamente, que faz parte das influências recebidas.

O que está implícito nesse modelo de imprensa *papagaiótico* é também, por um lado, a falta de consciência do poder que a imprensa pode deter, porque é capaz de condicionar o comportamento de outros poderes e prevenir males sociopolíticos. Por outro lado, é também a incapacidade da imprensa *perroquetique* de exercer seu papel de consciência crítica da sociedade, propondo o verdadeiro debate de princípios e ideais, estruturando ou priorizando pelo menos as preocupações e conhecimentos do público para descolonizar os discursos hegemônicos.

Nesse sentido, tendo em vista toda a observação feita sobre as causas profundas da imprensa *perroquetique*, torna-se imperativo que as empresas jornalísticas busquem autonomia financeira e as próprias estruturas ou infraestruturas. Isso significa, em outras palavras, que a imprensa deve ter outras fontes de financiamento além daquelas que lhe impõem uma linha editorial. Para conseguir isso, os órgãos de imprensa devem trabalhar para o estabelecimento de estruturas, reconhecidas pela lei jornalística e pela deontologia, que favoreçam as cooperativas midiáticas regionais, nacionais abertas ao mundo, que provavelmente, ganharão a batalha contra o financiamento da imprensa pelo governo e pela elite que detém o duplo capital econômico e político. É uma questão de vida ou de morte. Ou as empresas de mídia decidem salvar juntas o verdadeiro jornalismo ou então caem em desuso juntas. Em outras palavras, é necessário pensar na propriedade ou posse coletiva dos meios de difusão, mesmo que sejam difíceis de prever, o que requer o questionamento da totalidade dos relatórios de produção dos Estado e da elite capitalista congoleza que estão na raiz do *perroquetismo* jornalístico e da deslegitimação das mediações. Em termos claros, apoiamos a ideia de que é necessário combater o *papagaiótico* jornalístico com autonomia financeira e as estruturas coletivas em que a ética e a deontologia coerentes são a base da ação.

De fato, a dependência atual, quase total, dos órgãos de imprensa em relação ao financiamento do Estado e/ou de qualquer outra elite congoleza é ao mesmo tempo significativa da permanência da subtutela das mídias, quem vê na diferença, a concorrência, o pluralismo das mídias, o despertar da consciência nacional e patriótica pelas empresas de imprensa uma ameaça a erradicar, o que seria paradoxal porque as mídias, por natureza, apresentam os princípios da diversidade e da pluralidade como expressões da democracia (LAZARSELD, P.-F. e MERTON, 1978, p. 241). A autonomia financeira de cada órgão de imprensa, isoladamente, parece hoje inadequada, na medida em que uma única mídia é incapaz de vencer a luta contra um governo que tem à sua disposição todos os meios do Estado.

A tarefa será difícil, mas vale a pena ousar. A autonomia financeira colegial tem a vantagem específica de preservar a independência jornalística, de garantir uma imprensa objetiva, trabalhar por uma orientação doutrinária afirmada, ou seja,

que garanta que o que ela diz e o caminho que ela pega serve ao bem comum, ao interesse nacional.

Como podemos ver, essa é a negação da lógica dominante que está se firmando hoje e mina os próprios fundamentos da mídia, mesmo de nosso relacionamento simbólico com o mundo. A convergência do jornalismo em uma perspectiva colegiada significaria a morte lenta, mas segura, da ditadura do estado ou de qualquer outra elite capitalista. Essa convergência também criaria uma rica rede cheia de informações verdadeiras, úteis e oportunas que poderiam ser facilmente enriquecidas, compartilhadas e comentadas por uma população altamente engajada para combater, por exemplo, a ditadura, promover a democracia e o desenvolvimento multidimensional. Torna-se imperativo que o jornalista e as empresas de mídia também tenham como prioridade a busca de meios para alcançar sua missão principal, que é a busca da verdade.

Continua sendo verdadeiro que os jornalistas devem fazer da busca da verdade seu princípio fundamental e colocar a lealdade acima dos demais, para que possam buscar a verdade livremente (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 97), já que a verdade é um imperativo intrínseco do jornalismo. Daniel Cornu (1997), especialista europeu em matéria de deontologia jornalística, pensa que verdade é “o valor central da informação” (p. 41). E como Maggie Callagher também disse: “O essencial é permanecer fiel aos princípios fundamentais do jornalismo: a busca da verdade e o desejo de informar plenamente o público” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 97). Mas é importante ser pragmático. Objetivamente, longe de nós qualquer hipocrisia científica, o dinheiro permanece a alma do jornalismo. É o motor de energia e a infraestrutura líder das mídias. É para o bom andamento do jornalismo o que a seiva é para a árvore e a leitura em mente.

A busca da verdade e da objetividade como propósitos jornalísticos não pode, sob nenhuma circunstância, estar em contradição operacional e estratégica com a busca de meios para a realização do objetivo original do jornalismo. Para não obedecer a motivos não confessados, a questão da autonomia financeira deve ser posta de maneira reflexiva, porque a autonomia financeira garante a independência do jornalista que lhe permite “manter uma certa distância para distinguir claramente as coisas e fazer julgamentos independentes” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003,

p.109). Portanto, é uma falsa modéstia olhar apenas para a busca da verdade sem pensar da mesma maneira em cumprir sua missão.

É urgente e necessário que as mídias combinem os dois lados da mesma moeda em uma hierarquia relativa. A verdade continua sendo o primeiro objetivo natural dos órgãos de imprensa e a busca das infraestruturas como objetivo secundário. Essa combinação permite sair da dependência estatal ou capitalista com seu financiamento condicional que mina a natureza autêntica das mídias. Tornar o estado ou qualquer outra elite, detentora de um capital político e econômico, suas fontes de funcionamento e operacional, é construir a sua própria casa no terreno de outra pessoa, melhor ainda, é dormir na cama de outra pessoa. No dia em que o proprietário do tapete solicitar o tapete, dormir-se-á no chão. É necessário, então, fazer comparações entre a lógica econômica e a lógica das mídias, mantendo-se seguro o objetivo original das mídias e do jornalismo. A autonomia do poder financeiro preserva a autonomia do poder editorial.

A esse efeito, é verdade que constrangimentos políticos, jurídicos e financeiros podem reduzir, significativamente, a liberdade de imprensa ao ponto de torná-la mediadora do quadro político dominante e por isso é necessário buscar a autonomia financeira. Apenas os constrangimentos sociopolíticos, jurídicos e econômicos não são suficientes para justificar o *status perroquetique* da imprensa. Concordamos com Osée Kamga (2019) que afirma que as condições econômicas, por exemplo, não determinam a ética jornalística, sendo dado que “a integridade jornalística não seria relativa ou circunstancial” (p. 18). Não poderia depender do contexto; caso contrário, o jornalismo perderia sua função fundamental, a de ser “essencialmente orientada para a verdade” (CORNU, 1998, p.13).

Dessa forma, podemos dizer que uma imprensa que não possui meios adequados para seu funcionamento e que não possui ética e deontologia jornalística coerente que enquadre seu funcionamento, pode, facilmente, se tornar *perroquetique* da ditadura e/ou do quadro político dominante, da ação da elite dispondo um capital político e financeiro duplo e pode gerar uma classe política medíocre. Mas também significa, em outras palavras, que, apesar do contexto ditatorial ou dos constrangimentos financeiros, que podem ter efeitos negativos na prática jornalística, com uma boa base ética e deontologia jornalística coerente,

aliadas a convicções pessoais em vista do ideal jornalístico, é sempre possível resistir a constrangimentos, criar um jornalismo autêntico e produzir outro tipo de discurso diferente do quadro político e econômico dominante. A existência de jornalismo alternativo é uma ilustração perfeita. De fato, sempre existe um pequeno resto corajoso e resolutivo que se levanta contra a ditadura ou contra qualquer outro quadro sociopolítico dominante para produzir outros tipos de discurso que, provavelmente, descolonizam o discurso hegemônico. Esses discursos alternativos dão origem a outros tipos de paradigmas e outras formas de *status* da imprensa que outros pesquisadores podem analisar e destacar.

8. Referências bibliográficas

ANGERMÜLLER, J. **L'analyse du discours en Europe**. Paris: Ophrys, 2007.

ARMAND e Michèle MATTELART, **História das teorias da comunicação. Tradução Luiz Paulo ROUANETT**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BANGA, F. **Journalisme à la croisée de chemin. Déontologie, éthique sur le parcours journalistique**. Kinshasa: éd. Médias Paul 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (tradução Luís Antero Reto). São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **L'analyse de contenu**. Vendôme: 2003.

BARROS, A. e DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: 2ed – 7.reimpr, 2014.

BARROS, A.; TARGINO, M. **A análise de conteúdo como método qualitativo na pesquisa em Comunicação**. Brasília: Mimco, 2000.

BELL, E. e OWEN, T. **The platform press: how Silicon Valley reengineered journalism**. Columbia: Journalism School, 2017.

BEMBA, Léon. **Rapports presse et pouvoir politique au Congo Brazzaville (1960-1990)**. Bordeaux, 2011. Thèse. Université de Bordeaux 3.

BERELSON, B. **Content Analysis. Communication Research**. New York: Hafner Publication Company, 1971.

BERELSON, B. **Les Enquêtes Sociologiques**. Paris: A. COLIN, 1952.

BERNAYS, Edward. **Propagande. Comment manipuler l'opinion en démocratie**. Paris: La Découverte, 2007.

BOUGNOUX, Daniel. **La communication contre l'information**. Paris: Hachette, coll. Questions de Société, Paris 1995.

_____. **La Crise de la représentation**. Paris: La Découverte, 2006.

BOURBONNIÈRE, J. **Analyse comparative du contenu de la couverture médiatique des sommets des amériques de miami, en 1994 et de québec, en 2001**. Quebec, 2007. Mémoire (Communication)

BOURDIEU, P. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

_____. **Sur la télévision**. Paris: Seuil, 1999.

BRASSINNE, Jacques, KESTERGAT, Jean. **Qui a tué Patrice Lumumba ?** Paris: Louvain-la-Neuve, Duculot, 1991.

BREGMAN et ali. HABERMAS, J. “L’espace public”, 30 ans après. In: **Quaderni**, n 18, 1992, p. 161-191.

BRETON, P. **Les enjeux de la prise de parole**. Paris: Médiatiques, 2003.

BRONNER, G. **La Démocratie des crédules**. Paris: Presses universitaires de France, 2013.

Bulletin Officiel du Congo Belge (1922), n° 8, p.788-790).

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, O. **Dictionnaire d’économie et de sciences sociales**. Paris: Hatier, 2005.

CASILLO, I. Espace public. In: CASILLO et al. **Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation**. Paris: GIS Démocratie et Participation, 2013.

CHARAUDEAU, P. Énonciation et responsabilité dans les médias. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. In: **Frontières et dérives** (Semen), n 22, 2006, pp. 2-12.

_____. **Le discours politique. Les masques du pouvoir**. Paris: Vuibert, 2005

CHARAUDEAU, P. et al. **Dis-moi quel est ton corps, je te dirai quelle est ta problématique**. Paris: Corpus, 2009. Disponível em <http://corpus.revues.org/1674>. Acesso em 7 de setembro de 2019.

CHOMSKY Noam et HERMAN, Edward. **La Fabrication du consentement. De la propagande médiatique en démocratie**. Marseille: Agone, 2008 (traduction de l’anglais, MANUFACTURING, Consent. **The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Book, 1988).

COLLIER Paul et al.. **Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy**. New York: Oxford University Press, 2003.

COMAN, M. **Pour une anthropologie des médias**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2003.

CORNU Daniel. Journalisme et la vérité. In: **Autres Temps. Cahiers d’éthique sociale et politique (Paris)**, n. 58, pp. 13-27, 1998.

_____. **Journalisme et vérité : L'éthique de l'information au défi du changement médiatique.** Paris: Labor et Fides, 2009.

CRAWFORD Young e THOMAS Edwin Turner. **The Rise and Decline of the Zairian State,** 1985.

DAHLGREN, P. Reconfigurer l'aculture civique dans un milieu médiatique en évolution. In: **Questions de communication** (Paris), n.3, pp. 151-168, 2003.

DAVID Van Rey Brouk. **Congo une histoire,** cité par Philippe Ries disponível em <http://blogs.mediapart.fr/blog/philippe-ries-240513/sur-congo-une-histoire/-europe-face-sur-passe-colonial-et-son-avenir-global>. Acesso em 2 de abril de 2019

DE BONVILLE J. **L'analyse de contenu des médias. De la problématique au traitement statistique.** Paris: Bruxelles: De Boeck Université, 2000.

DE DORLODOT, P. **Marche d'espoir, Kinshasa 16 février 1992. Non violence DOW la démocratisation au Zaïre.** Paris: Groupe Amos-L'Haxmattan, 1994.

DE LA BROSSE, R. **Le rôle de la presse écrite dans la transition démocratique en Afrique.** Bordeaux, 1999. Tese (Sciences de l'Information). Université de Bordeaux 3.

DE LA HAYE, Yves. **Journalisme, mode d'emploi. Des manières d'écrire l'actualité.** Grenoble, ELLUG-Pensée Sauvage, 1985.

DELFORCE e NOYER, J. Pour une approche interdisciplinaire des phénomènes de médiatisation: constructivisme et discursivité sociale. In: **Études de communication** (Paris), n.22, pp. 13-39. 1999.

DELFORCE e WALNUT. **Pour une approche interdisciplinaire des phénomènes de médiation. La dimension discursive: implication et application.** Lille, 1999. Mémoire non publié ((Sciences de l'Information), Université Lille 3.

DEPAEPE, M. et Lies Van Rompaey. **Het teken van de bevoogding. De educatieve actie in Belgisch-Kongo.** Louvain: Apeldoorn, Garant, 1995.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

EKAMBO, D. J.-C. **Histoire du Congo RDC dans la presse. Des origines à l'indépendance.** Paris: L'Harmattan, 2013.

ELIKIA M'BOKOLO. **Afrique centrale: le temps des massacres. Le livre noir du colonialisme, XVIe-XXe siècle: de l'extermination à la repentance.** Paris: Robert Laffont, 2003.

_____. **Afrique noire, histoire et Civilisations.** Paris: Hatier-AUPELF, 1992.

ESQUENAZI, Jean-Pierre. **L'écriture de l'actualité. Pour une sociologie du discours médiatique.** Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2002.

FARGE, A. **Dire et mal dire, l'opinion publique au xviiiè siècle.** Paris: Seuil, 1992.

FELLER, Jean. L'Analyse du contenu, de L. Bardin [compte-rendu]. In: **Communication & Langages** (Paris), n° 35, pp. 123-124, 1977.

FERNANDEZ, B. Le temps de l'individuation sociale. In: **La Revue du M.A.U.S.S.** (Paris), n° 38, 2011, p. 339-348.

FRASER, N. Repenser la sphère publique : une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement. In: **Hermès** (Paris), n° 31, 2001, p. 125-156.

FRÈRE Marie-Soleil. **Élections et médias en Afrique centrale. Voie des urnes, voix de la paix ?** Paris: Karthala-Institut Panos, 2010.

_____. **Le paysage médiatique congolais. État des lieux, enjeux et défis.** Kinshasa: FCI, 2009.

_____. **Presse et Démocratie en Afrique francophone. De la communication traditionnelle précoloniale à l'émergence d'une presse dans les transitions démocratiques au Bénin et au Niger** ». Bruxelles, 1997. Thèse (Sciences de l'Information). Université Libre de Bruxelles.

FRÈRE Marie-Soleil. République Démocratique du Congo : les médias en transition. In: **Les Cahiers du journalisme** (Paris), n. 9, pp. 28-58, 2001

GATLUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. In: **Journal of Peace Research** (Washington), vol. 6, n° 3, p. 167-191, 1969.

GAUTHIER de Villers. **De Mobutu à Mobutu: trente ans de relations Belgique-Zaire.** Paris: De Boeck Supérieur, 1995.

GELARD Jean Pierre (dir.). **Médias, mensonge et démocratie.** Rennes, Presses, 2005.

GERSTLE Jacques. **La communication politique.** Paris, Armand Colin, 2004.

GITLIN, T. Public Sphere or Public Sphericules ? In: **LIEBES, T. E CURRAN, J. (dir.)** (Londres/Routledge): **Media, Ritual, Identity**, 1998, pp. 168-175.

GRANJON, Fabien. Vladimir Ilitch Lénine: parti, presse, culture et révolution. In: Granjon, Fabien (dir.). **Matérialismes, culture et communication. Tome 1. Marxismes, Théorie et sociologie critiques.** Paris: Collection MatérialismeS, Presses des Mines, 2016, pp. 101-120. Disponível em: <http://www.contretemps.eu/culture/vladimir-ilitch-lénine-parti-presse-culture-révolution>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

GRAWITZ, M. **Méthodes en sciences sociales**. Paris: Dalloz, cinquième édition, 1981.

HABERMAS Jürgen. **L'espace public : archéologie de la publicité comme dimension de la société bourgeoise**. Paris: Payot, 2008.

_____. **L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**. Paris: Payot, 1978.

HOCHSCHILD. A. **Les fantômes du Roi Léopold. Un holocauste oublié**. Paris: Belfond, 1998

KABEYA M.-M. e Polydor-Edgar. **L'arbre-qui-parle » : regards sur la presse congolaise, du Congo belge à celui des Kabila, sans oublier le Zaïre de Mobutu**. Paris: L'Harmattan, 2003.

KADIEBWE Muzembe, N. **Guerre froide à l'occident, l'Afrique centrale au cœur du débat**. Cameroun: Edea-Cameroun, 1998.

KALULAMBI Pongo Martin. **Transition et conflit politiques au Congo-Kinshasa**. Paris: Karthala, 2001.

KAMBAYI Bwatshia. **L'illusion tragique du pouvoir au Congo-Zaïre**. Paris: L'Harmattan, 2007.

KAMGA, O. Difficile émergence d'un journalisme objectif en Afrique. **Communication** (Paris), vol. 36/1, 2019. Disponivel em : <http://journals.openedition.org/communication/9827>. Acesso em 8 outubro 2019.

KANT, **Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?** Allemagne, 1784.

KAYEMBE A. et alii. **Situation des médias en RDC**. Paris: éd. Institut Panos, 2004.

KLIN, S. Les Informations télévisées. **Communication-information** (Paris), no.3, p.111-145, 2000.

KOUMBA E. **Presse écrite engagement démocratique au Gabon**. Bordeaux, 1997. Tese (Sciences de l'Information), Université Bordeaux 3 Michel de Montaigne.

KOVACH Bill & Tom ROSENSTIEL, **Principes du journalism. Ce que les journalistes doivent savoir, ce que le public doit exiger**. Paris: Nouveaux Horizons, 2004.

KRISTIN Hermore. **A.B.C. de la presse écrite**. Paris: Nouveaux Horizons, 1995.

La Libre Belgique Afrique, interview publiée le 26 février 2019 « **Mgr Monsengwo : 'Félix Tshisekedi aurait dû reconnaître sa claire et nette défaite** ». Acesso em 9 de setembro de 2019,

LABA Nzuzi, Bernard. **L'Équation congolaise: visiter le passé afin de mieux s'armer pour l'avenir**. Paris: L'Harmattan, 2007.

LABELLE, M. 2001. **Mise en scène du politique: le cas de la mise en scène de l'«Opération Renard du Désert» dans le Washington Post en 1998**. Montréal, 2001. Mémoire (maîtrise en communication). Université du Québec.

LATTMAN-Weltman Fernando. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

LAZARSELD P. F. e MERTON Robert. **Mass communication, popular taste and organized social action**. New York: L. Bryson (ed.), Communication of Ideas-Harper and Row, 1948.

LEBOHEC Jacques, **Les rapports presse-politique**. Paris: L'Harmattan, 1997.

LÉTOURNEAU, A. Remarques sur le journalisme et la presse au regard de la discussion dans l'espace public. In: BRUNET, P.-J. **L'Éthique dans la société de l'information**. Québec/Paris: Presses de l'université Laval/L'Harmattan, 2001, p. 47-71.

LITS M. L'espace public: concept fondateur de la communication. In: **Hermès** (Paris), n° 70), 2014/3, p. 77-81. Disponible em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2014-3-page-77.htm> . Acesso em 4 de março de 2020.

LOUM, Ndiaga. **Médias et l'État au Sénégal: l'impossible autonomie**. Paris: L'Harmattan, 2003.

LOZANO, José Carlos. Hacia la reconsideración del análisis de contenido em la investigación de los mensajes comunicacionales. In: **RUIZ, Enrique Sanchez; BARBA, Cecilia Cervantes (Org.). Investigar la comunicación: prouestas ibero-americanas**, Guadalajara: Universidade de Guadalajara/ Alaic, 1994. pp. 135-157.

LUBOYA Eugène. **Contribution à la recherche sur la liberté de l'information en Afrique centrale francophone, étude comparée de 1880 à 1970**. Paris: IFP, 1971.

LUDO de Witte. **L'assassinat de Lumumba**. Paris: Karthala éditions, 2000.

M'PERENG DJERI Jerry. **Presse et histoire du Congo-Kinshasa. Le discours de la presse et son rôle dans le processus de démocratisation (1990-1995)**. Paris, 2004. Thèse. Université de Cergy-Pontoise.

MAINGUENEAU Dominique. **Analyser les textes de communication**. Paris: Armand Colin, 2007.

MALESHERBES. **Mémoires sur la liberté de la presse**. Genève: Slatkine Reprints, 1969.

MALU-MALU, J.-J. **Le Congo Kinshasa**. Paris: Karthala, 2014.

MARC, Angenot. 1889. **Un état du discours social**. Montréal (Québec): Éditions Balzac, coll. « l'univers des discours », 1989.

MARIE-Eve Saint Georges. **Le traitement journalistique des crises politiques et des catastrophes naturelles : (les cas de la RD Congo et du Rwanda ; d'Haïti et du Japon)**. Paris, 2017. Tese (Sciences économiques et gestion, sciences de l'information et de la communication). Paris II.

MARIE-MADELEINE, A. Aimer l'Afrique, hier et aujourd'hui. In: **Economic Journal**, Belgian, n°35, 1985, p. 5-6

MASAMUNA. A. **Discours de la presse et culture. Étude de la médiatisation de la journée internationale de la femme dans la presse de Kinshasa**. Kinshasa, 2017. Tese. Université Catholique du Congo.

MATHIEN M. **Les journalistes. Histoire, pratiques et enjeux**. Paris: Ellipses Edition Marketing, 2007.

MATTELART, Armand. **Histoire de la société de l'information**. Paris: La Découverte, 2009.

MBANZA Joachim **Um journal dans la tourmente de la guerre. Institut Panos/COTA, Paroles d'Afrique centrale : Briser les silences**, Paris: Karthala, 2003.

_____. En démocratie, la presse doit jouer son rôle. In: **La Semaine Africaine** (Brazzaville), n° 2863, 2009.

MCKENZIE, P. J., et OLIPHANT, T. Informing evidence. claimsmaking. In: **Midwives' and clients' talk about interventions**, p. 29-41, 2010.

MCLAUGHLIN, Greg et BAKER, Stephen. **The Propaganda of Peace: The Role of Media and Culture**. Bristol: Intellect Books, 2010.

MIÈGE, B. **L'Espace public contemporain. Approche communicationnelle**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2010.

_____. **L'espace public contemporain**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2010.

_____. **La Société conquise par la communication**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1989.

MIÈGE et alii. **Dissonances critique de la communication**, Aubenas d'Ardèche: La Pensée sauvage, 1984.

MINKALA-Ntadi, Pierre. **Appropriation professionnelle des technologies de l'information et de la communication en contexte de dépendance politique : la spécificité de la co-construction de l'information de presse au Congo-Brazzaville (1963-2012)**». Grenoble 2012. Tese, (Sciences de l'Information et de la Communication). Universidade de Grenoble.

_____. **L'interférence du cadre politique dans l'orientation de la presse congolaise**. Grenoble, 2008. Mémoire de Master 1 (Sciences de l'Information et de la Communication). Université Stendhal Grenoble 3 – Institut de la Communication et des Médias, Echirolles.

_____. La presse congolaise dans la tourmente politique : l'illustration d'une tension entre liberté d'expression et responsabilité sociale. In: **Quaderni**, n. 77. Disponível em: <http://journals.openedition.org/quaderni/569> ; DOI : 10.4000/quaderni.569. Acesso em 15 de abril de 2018.

_____. **La tutelle politique dans la production de l'information de presse en Afrique francophone. Le cas du Congo-Brazzaville**. Paris: L'Harmattan, 2016.

MOKO Kabunde, J. **Les crimes économiques dans les grands lacs africains**. Kinshasa, UTC, 2019.

MONSENGWO, Laurent (card). Les résultats des élections ne sont conformes ni à la vérité ni à la justice. Kinshasa, 2011. Disponível em <http://fsddc.wordpress.com>. Acesso em 7 de novembro de 2018.

MOUSTAPHA Masmoudi. **Voix libre pour monde multiple**. Paris: Economica, 1986.

MUBANGI BET'UKANY, G. Le parcours de la presse congolaise et le rôle de l'oralité comme relais de l'information en Afrique. In: **Les Enjeux de l'information et de la communication** (Paris), vol. 1, pp. 51-62, 2007.

MUCCHIELLI, R. (1984), L'analyse de contenu de documents et communications. Paris: 5e Edition ESF, 1984.

MULOPO, K. **L'évolution institutionnelle de la presse au Zaïre, de 1908 à 1975**. Paris, 1975. TESE (Sciences de l'information). Paris II

MULUMBWA, Kiluba. **La presse quotienne du Congo-belge, de 1919 à 1960**. Paris, 1983. Tese TESE (Sciences de l'information). Paris II.

MUTAMBA Makombo, J.-M. Du Congo belge au Congo indépendant, 1940-60. Émergence des évolués et genèse du nationalisme. Kinshasa, IFEP, 1998.

MUZITO, A. **La ville de Kinshasa : l'enfer au paradis**. Paris : L'Harmattan, 2016.

NDAYWEL è Nziem Isidore. **Brève histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique du Congo.** Kinshasa: Mediaspaul, 2015.

_____. **Histoire générale du Congo. De l'héritage ancien à la République Démocratique.** Bruxelles: Duculot/Afrique Edition, 1998.

NEVEU, Érik. **Sociologie des mouvements sociaux.** Paris: 2005, La Découverte.

NGIMBI Kalumvueziko. **Congo-Zaïre: Le destin tragique d'une nation.** Paris: L'Harmattan, 2013.

ODIN, R. **Les espaces de communication. Introduction à la sémiopragmatique.** Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2011.

OGDEN, C. K. & RICHARDS, A. **The Meaning of Meaning.** 8th Ed. New York: Harcourt, Brace & World, Inc, 1923.

PERRET T. Le journaliste africain face à son statut. In: **Les Cahiers du journalisme** (Paris), n. 9, 2001, pp. 154-168.

_____. **Le temps des journalistes. L'invention de la presse en Afrique francophone.** Paris: Karthala, 2005

PICHETTE, Jean. **Penser le journalisme dans un monde en crise.** Paris: À bâbord, 2007. Disponível em <https://www.ababord.org/Penser-le-journalisme-dans-un>. Acesso em 7 junho de 2018.

PIERRE, albert. **La presse.** Paris: PUF, 1968, p.25

PRÉVOT Victor. L'œuvre belge au Congo. In: **L'information géographique**, volume 25, n°3, 1961. pp. 93-100. Disponível em : www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1961_num_25_3_2068. Acesso em 04 de abril de 2019.

PROGRAMME DE DÉVELOPPEMENT DU SECTEUR MÉDIATIQUE' (PDSM) EN RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO. **Revue de la Législation Sur les Médias en République Démocratique du Congo.** Kinshasa: Internews/ USAID, 2012, p. 4.

RAMONET. **La tyrannie de J'information.** Paris: Éditions Gali lée, 1999.

RIEFFEL Rémy. **Sociologie des médias.** Paris: Ellipses Edition Marketing, 2010.

RINGOOT R. **Analyser le discours de presse.** Paris: Armand Colin, 2014.

SALLES, Chloë. **Les mutations d'une presse « de référence » : évolution des stratégies d'acteurs à partir de représentations et pratiques journalistiques sur l'Internet. Les blogs au cœur des repositionnements de la presse écrite, le cas du journal Le Monde.** Grenoble, 2010. Tese (Sciences de l'Information et de la Communication). Université de Grenoble, Spécialité, Université Stendhal Grenoble 3.

SANIBANGUY-MOLLET, B. Les médias d'Afrique centrale face aux défis des démocraties. In **Institut Panos Paris/ COTA (éd), Paroles d'Afrique centrale : Briaser les silences** (p. 73-75). Paris: Karthala, 2003.

SCHUDSON, Michael. **Le pouvoir des médias. Journalisme et démocratie.** Paris: Nouveaux Horizons, 2015.

THAYER, L. **Communication Theory and Research, International Symposium on Communication Theory and Research.** Kansas City: University of Missouri, 1965.

THIERRY MICHEL. Mobutu roi du Zaïre, film documentaire de 1999.

THOUVEREZ, L. et Élodie GALLET. « Introduction », Mémoire(s), identité(s), marginalité(s). In: **Le monde occidental contemporain** (Paris), n. 18, 2017. Disponible en : <http://mimmoc.revues.org/2550>. Accès en 14 de junho de 2019.

TOCQUEVILLE Alexis (de). **De la démocratie en Amérique.** Paris: Institut Coppet, 12^{ème} éd., 1968.

TRUDEL, L. **La population face aux médias, Institut canadien d'éducation des adultes.** Montréal: VLB éditeur, 1992.

TSHIBWABWA Kuditshini, K.J. **Conflits armés, pillages des ressources naturelles du Congo et perspectives post coloniales. Vers une décolonisation des discours hégémoniques.** Bruges: Codesria, 2011.

TSHIONZA Georges. **Les médias au Zaïre, s'aligner ou se libérer ?** Paris: L'Harmattan, 1995.

TUDESQ André-Jean. **Feuilles d'Afrique, étude de la presse de l'Afrique subsaharienne.** Paris: Editions de la maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1995.

_____. **Médias d'Afrique.** Paris: Ellipses, 1999.

UBOLE KHOSHI, T. et YUMBI, P. **R.D.C Congo: Terre de potentialités, d'opportunités, de convoitises et de pillages. Des origines à nos jours.** Kinshasa: Editions du CEPAS, 2017.

UBOLE, T. **Justice et paix en RDC: un engagement pour le développement.** Kinshasa: Médiaspaul, 2011.

Udps, La victoire du peuple congolais: Etienne Tshisekedi, Président élu. Disponível <http://udps.org/index.php?option...>). Acesso em 7 de junho de 2019.

VALERIE SACRISTE. **Communication et médias. Sociologie de l'espace médiatique.** Paris: Foucher, 2007.

VAN BOL, J.-M. La presse auotidienne au Congo Belge. Bruxelles-Paris: La Pensée Laïque-Office général du livre, 1959.

VAN Dijk, Teun (dir.). **Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction.** Londres: Sage, Second Edition, 2011.

VAN REYBROUCK. **Congo, une histoire.** Paris: Actes sud, 2012.

VILLAFANA, F. e Cold War. **The Congo: The Confrontation of Cuban Military Forces, 1960-1967.** New York: Transaction Publishers, 2012.

WILLAME, Jean-Claude. Zaïre, années 90, vers la Troisième République). De la démocratie "octroyée" à la démocratie enrayée. In: **Les cahiers du Cedaf-Asdoc** (Bruxelles), vol. 1, 22 avril 1990 - 22 septembre), no 5/6, 199, pp. 214-276.

WITTMANN, Frank. La presse écrite sénégalaise et ses dérives. Précarité, informalité, illégalité. In: **Politique africaine** (Paris), n. 101, pp. 181-194, 2006.

WOLF, M. Recherche en communication et analyse textuelle. In: **Hermès** (Paris), n 11-12, 1993, p. 213-226.

WOLTON Dominique. **Penser la communication.** Paris: Flammarion, 1997.

_____. Quels contre-pouvoirs pour le quatrième pouvoir ?, In: **Le Débat** (Paris), n 60, p. 140-142, 1990.

YACINE Diouf. Les journalistes: des corrompus? In: **Martin TAUREG et Frank WITTMANN** (DAKAR), Entre tradition orale et nouvelles technologies: où vont les mass médias au Sénégal?, Dakar: Enda Tiers Monde, p. 33-46, 2004.

YAMI, Saïd e LE ROY, **Frédéric, Stratégies de coopération. Rivaliser et coopérer simultanément.** Paris: De Boeck, 2010.